



SOBRE AS ÁRVORES QUE NASCEM DAS PEDRAS
ETNOGRAFIA DA BARRAGEM DA PÓVOA NO ALTO ALENTEJO [1923-2013]

Ana Teresa Real Correia Lopes Urbano

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinheiro Chagas Verde, Professor Auxiliar com
Agregação no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora: Professora Doutora Ema Cláudia Ribeiro Pires, Professora Auxiliar na
Universidade de Évora

janeiro 2016



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

SOBRE AS ÁRVORES QUE NASCEM DAS PEDRAS

ETNOGRAFIA DA BARRAGEM DA PÓVOA NO ALTO ALENTEJO [1923-2013]

Ana Teresa Real Correia Lopes Urbano

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinheiro Chagas Verde, Professor Auxiliar com Agregação no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora: Professora Doutora Ema Cláudia Ribeiro Pires, Professora Auxiliar na Universidade de Évora

janeiro 2016

O homem ausente mas totalmente na paisagem.

Paul Cézanne

Na medida em que a natureza ainda deixa algo a ser configurado no interior do seu fazer conformador, na medida em que ela entrega um espaço vazio de configuração a ser preenchido pelo espírito humano, a arte é possível.

Hans-Georg Gadamer

A verdade está incorporada em cada uma das nossas ações.

Tim Ingold

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

À Junta de freguesia da Póvoa e Meadas por me ter permitido o acesso a toda a informação que tinha disponível e pela cedência do alojamento durante o trabalho de campo.

À organização do festival Andanças, particularmente a Ana Martins, por me ter permitido acompanhar o festival de 2013 e por responder com paciência a todas as minhas questões.

A Miguel Teotónio Pereira da biblioteca de Castelo de Vide por me ter ajudado no roteiro bibliográfico sobre a região. Os momentos que passei na biblioteca de Castelo de Vide foram uma intensa viagem de descoberta pelo Alto Alentejo.

A Fátima Mendes, responsável pelo Centro de Documentação da Fundação EDP, por me ter conduzido no arquivo.

A Maria Teresa por me ter aberto as portas da Quinta da Bela Vista e, acima de tudo, por me ter confiado o arquivo do tio, o engenheiro José Custódio Nunes.

A todas as pessoas de Póvoa e Meadas que me abriram as portas das suas casas (e das suas memórias) fazendo jus à fama de serem excelentes anfitriões.

A Abel Godinho Anselmo, antigo trabalhador da barragem. Estou-lhe grata pela sua disponibilidade, pelas muitas conversas que tivemos e pela magnífica sopa de peixe.

A João Carrilho, antigo trabalhador da empresa, pela disponibilidade incondicional e pela documentação que me facultou.

A Videira Louro, habitante da Póvoa e Meadas, pelo entusiasmo que colocou em cada uma das nossas conversas e por me ter disponibilizado o acesso à internet durante o trabalho de campo.

A Manuel e esposa, proprietários do café Oásis, pelos maravilhosos cozinhados.

A João Temudo pela ajuda que proporcionou nos contactos com as pessoas de Nisa. E por me ter apresentado um homem apaixonado pela história da região, João Francisco Lopes, com quem tive o prazer de ter uma longa conversa.

Ao meu orientador, Filipe Verde, pelas conversas sábias e inspiradoras e por nunca me facilitar a vida, fazendo-me lembrar constantemente o que é realmente importante.

À minha coorientadora, Ema Pires, por me ter lançado este desafio, pelo seu generoso e incondicional acompanhamento ao longo deste caminho e, acima de tudo, pelo seu entusiasmo contagiante.

A Rosinha pela leitura atenta do texto. Ao João pelas críticas por vezes cruéis mas sempre certas.

E por fim aos meus pais que sempre foram para mim um exemplo e uma inspiração.

PALAVRAS-CHAVE

Barragem da Póvoa, Alto Alentejo, Póvoa e Meadas, Espaço, Paisagem, Memória, Património.

RESUMO

Etnografia da Barragem da Póvoa [1923-2013] numa perspetiva diacrónica e contextual, focando o momento do surgimento da obra, as ideias que a sustentam e os usos que o espaço foi tendo ao longo do tempo. Importa salientar que este trabalho mais do que a barragem compreende a paisagem da barragem, uma formação que reflete o todo que se organiza em seu redor, um todo heterogéneo que vai mudando ao longo do tempo, um lugar-paisagem que se mantém vivo, logo inacabado, e que continua a ser importante para as pessoas da região.

Situada no Alto Alentejo, nas bordas da Serra de São Mamede perto da aldeia de Póvoa e Meadas, a barragem de Póvoa é o ponto de partida do sistema hidroelétrico da Ribeira de Nisa. Imbuída de um ideal *de progresso e civilização*, a construção da barragem tinha como objetivo produzir energia através da força das águas — *a hulha branca* — e, desta forma, trazer desenvolvimento para a região. Na altura considerada uma obra colossal e improvável — foi a primeira barragem construída a sul do Tejo com base numa grande albufeira artificial —, tinha já na sua génese a ideia do turismo (de barragem) como fator estratégico de desenvolvimento, uma ideia pioneira que se vai consolidar com o surgimento da barragem de Castelo de Bode e, mais recentemente, do Alqueva.

Este trabalho enquadra-se no objetivo mais vasto de investigar/explorar numa perspetiva antropológica as (inter)relações das pessoas com (e nos) espaços, tendo como grelha teórica o «paradigma ecológico» — ‘dwelling perspective’ (Ingold 2011).

ÍNDICE

Índice de imagens

Índice de quadros

Glossário de siglas

Introdução

Objetivo	3
Paisagem teórica	4
A Barragem da Póvoa	5
Sobre o processo de pesquisa e a construção do texto	6
Para uma <i>exploração participante</i>	7

PARTE I — A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

DO ESPAÇO AO LUGAR

1. A inauguração oficial da Barragem da Póvoa

<i>A Festa da Luz</i> : um exercício de reconstituição	11
As imagens do evento: o que foi fotografado e o que não foi fotografado	20
O evento mediático: propaganda política e vontade de acabar com as revoluções	22
Um lugar que é preciso visitar	23

2. A Barragem da Póvoa e a Hidroelétrica Alto Alentejo: um marco para a região

O engenheiro José Custódio Nunes: empreendedor, humanista e <i>alentejanista</i>	25
Um empreendedor social com <i>um amor quase devocional</i> pelo Alentejo	28
A dimensão épica da construção da barragem	30

3. A arquitetura financeira da Barragem da Póvoa: uma construção em coprodução

Os primeiros acionistas	33
O envolvimento de particulares e amigos	36
As difíceis relações com o Estado	37
O envolvimento dos trabalhadores e dos pequenos comerciantes locais	38
O envolvimento dos sócios fundadores e dos fornecedores	39

PARTE II — A VIDA DA BARRAGEM

DO LUGAR À PAISAGEM

4. A ecologia do lugar

O território	46
O espaço antes da barragem	47
Os moinhos: a água como fonte de energia	48
O sistema de Nisa: uma construção em cascata	49
Arquitetura e engenharia da Barragem da Póvoa	52
O muro da barragem, «esse mole colossal»	52
O património edificado e a vida na barragem	53
Os «Centros de Trabalho»	58
Os jardineiros da barragem	59
A construção paisagística: os jardins, os lagos e os pomares à volta da barragem	60
O muro das abelhas	63
Quinta da Bela Vista, «um paraíso do século XX»	64

5. A barragem e o desenvolvimento social e económico da região

Trabalhos e trabalhadores	67
---------------------------	----

A hulha branca	73
A eletricidade como «o início de progresso (...) o ádito que deve conduzir-nos ao maravilhoso edifício da civilização»	74
Estradas, caminhos, pontes e o telefone	75
A barragem e as expectativas do desenvolvimento industrial e agrícola da região	77

6. A barragem como espaço social de encontros e de lazer

A vocação turística da barragem	79
Um lugar de brincadeira	80
A barragem como lugar de morte	80
Segunda-feira de Páscoa: dia do borrego e dia da barragem	81
O banho na barragem antes de «tirar sortes»	82
O peixe, a pesca, os pescadores e a sopa de peixe	83
Os passeios	84
«O postal do Alentejo»	85

PARTE III — A PAISAGEM DA BARRAGEM

ONDE TUDO SE RESUME

7. A dimensão visual da barragem

Um lugar-paisagem	102
A dimensão estética da barragem	103
A dimensão contemplativa da barragem	105
«Vi e admirei»	106
Os enquadramentos da paisagem	110

Conclusão

Da produção de eletricidade à produção de cultura	111
Os «outros espaços» da barragem	113
Do espaço ao lugar, do lugar à paisagem	114
Uma última reflexão na forma de pergunta	116

Bibliografia e Fontes

Enquadramento teórico/metodológico	119
Paisagem, espaço e memória	120
Barragens, energia hidroelétrica e contexto histórico	121
Fontes locais, monografias e etnografias	121
Fontes do arquivo pessoal do engenheiro Custódio Nunes	123
Direitos e autoria das imagens	125

Anexos

Anexo A - Arquivo pessoal do engenheiro Custódio Nunes	129
Anexo B - Reconstituição do programa das festas de inauguração da Central da Póvoa	133
Anexo C - <i>Menu do Lunch</i> oferecido pela <i>Hidroelétrica Alto Alentejo</i> na inauguração da Central da Póvoa	135
Anexo D - Primeira página da brochura impressa para a angariação de acionistas	137
Anexo E - Publicidade nos jornais dos fornecedores da obra na altura da inauguração	139
Anexo F - As visitas e as excursões às barragens da HEAA	141
Anexo G - Descrição técnica da Barragem da Póvoa e do Sistema de Nisa	147
Anexo H - Quadras sobre a Hidroelétrica Alto Alentejo e o engenheiro Custódio Nunes	151
Anexo I - Os caminhos da água	155

Índice de Imagens

- Imagem 1 – Inauguração da Barragem da Póvoa. O ministro do Interior e o ministro do Comércio à chegada à Central da Póvoa no dia da inauguração (1927).
- Imagem 2 – Inauguração da Barragem da Póvoa. A bênção das máquinas pelo bispo de Portalegre (1927).
- Imagem 3 – Inauguração da Barragem da Póvoa. O ministro do Comércio ao «volante» da Central com uma das madrinhas a seu lado (1927).
- Imagem 4 – Albufeira da Póvoa (1927).
- Imagem 5 – Conduta e paredão da Barragem da Póvoa (1927).
- Imagem 6 – Inauguração da Central da Póvoa (1927).
- Imagem 7 – Inauguração da Central da Póvoa (1927).
- Imagem 8 – Página do jornal *A Voz* (1927b) que publicou vários artigos sobre a inauguração da Barragem da Póvoa (1927).
- Imagem 9 – Terraço sobre a albufeira, inaugurado em 1965.
- Imagem 10 – Orçamento do escalão da Póvoa (1924).
- Imagem 11 – Publicidade da ligação da empresa de Cimentos LIZ à construção da barragem (1927).
- Imagem 12 – Anúncios de publicidade da Hidroelétrica Alto Alentejo e da firma Nogueira Lda. na revista *Terra Mãe*.
- Imagem 13 – Imagem da paisagem da região perto da Barragem da Póvoa (2013).
- Imagem 14 – Esquema do aproveitamento hidroelétrico da ribeira de Nisa.
- Imagem 15 – Antiga casa dos trabalhadores na Central da Bruceira agora ao abandono (2013).
- Imagem 16 – Barragem da Póvoa. O muro e o edifício da Central Elétrica.
- Imagem 17 – Vista da Central da Póvoa e da conduta forçada a partir do paredão. Ao longe, as três casas dos trabalhadores da Central (1927).
- Imagem 18 – A conduta forçada, o edifício da Central da Velada e as casas dos trabalhadores.
- Imagem 19 – Pormenor da vida dos trabalhadores na Central da Velada.
- Imagem 20 – A *casa dos engenheiros* na Barragem da Póvoa situada ao cimo da colina, a única com dois andares (1927).
- Imagem 21 – Central da Bruceira. O edifício da oficina (*Centro de Trabalho*), o edifício da Central e as casas dos trabalhadores e do encarregado.
- Imagem 22 – Arranjo paisagístico na Bruceira, onde o edifício da Central surge integrado numa plantação recente de pomar e de horta.
- Imagem 23 – Marco com o logotipo da HEAA (Hidro-elétrica Alto Alentejo) localizado na estrada que liga a estação da Velada à estação da Foz (2013).
- Imagem 24 – As colmeias na Central da Bruceira são atualmente os únicos habitantes das antigas casas dos trabalhadores (2013).
- Imagem 25 – Grande plano da vagoneta que servia para transportar matérias de um lado para o outro. Veem-se ainda trabalhadores da obra e, a julgar pela indumentária, um engenheiro a observar os trabalhos.
- Imagem 26 – Imagem de homens construindo uma *conduta forçada*.
- Imagem 27 – Imagem de homens construindo uma *conduta forçada*. É possível ver uma *padiola*, um importante instrumento de trabalho.
- Imagem 28 - Um conjunto de homens trabalham na instalação das *condutas forçadas*. Ao fundo, alguns burros mostram a forma como os materiais chegavam a estes lugares remotos.
- Imagem 29 – Imagem de um barco dentro de uma *conduta forçada* junto a um homem a trabalhar.
- Imagem 30 – Esta imagem parece a entrada de uma mina. Mas, na verdade, é a entrada de um dos túneis escavados na montanha por onde irá passar uma *conduta forçada*. É possível ver os carris que permitiam que a vagonete chegasse com materiais de construção.
- Imagem 31 – A *hulha branca*. O poder performativo dos elementos aqui admirados como se de um espetáculo se tratasse.

Imagem 32 – Postal ilustrado da Barragem da Póvoa e Meadas, datado do início da década de cinquenta, representando a parte seca da barragem, designadamente a conduta forçada e o paredão.

Imagem 33 – Na imagem vê-se a família de um antigo trabalhador da barragem num dia de matança do borrego na barragem.

Imagem 34 – Os bailes na barragem. É possível ver os rapazes e as moças a dançar em traje domingueiro, com as saias plissadas e os xailes usados nestas ocasiões.

Imagem 35 – Grupo de jovens num passeio de barco na albufeira da Barragem da Póvoa nos anos cinquenta.

Imagem 36 – Nesta imagem é possível ver as famosas hortenses a servir de enquadramento a uma foto familiar depois do almoço de borrego.

Imagem 37 – A vista da parte seca da barragem a partir do interior da cabine da comporta de fundo sugere-nos que barragem é como um barco que navega parado e o que se move (o que muda) é o que está em seu redor. E lembra-nos que um novo enquadramento-paisagem surge com a barragem. (2013).

Imagem 38 – Vista da albufeira da barragem registando o nível das águas quando o muro atingiu os 14 metros (1927).

Imagem 39 – Um conjunto de cadeiras colocadas pelo festival Andanças que convida, de um modo irresistível, à contemplação da barragem (2013).

Imagem 40 – Os pequenos lagos da barragem depois de terem sido limpos por ocasião do Festival Andanças. A imagem revela, de um modo surpreendente, a beleza, quase mágica, do lugar (2013).

Imagem 41 – Esta fotografia terá sido tirada, provavelmente, para documentar uma enchente, mas o que nos mostra é o poder performativo dos elementos, a força da *hulha branca*

Imagem 42 – Esta fotografia terá sido produzida para ilustrar a obra técnica, mas o que revela, afinal, é a dimensão estética e lúdica da paisagem (1927).

Imagem 43 – Esta foto revelam-nos a dimensão paisagem da barragem. Contudo, enquanto esta imagem nos remete intencionalmente para a dimensão paisagem da barragem, a imagem anterior, que faz parte dos arquivos da empresa (HEAA), terá sido tirada para ilustrar o paredão e a albufeira. Estas imagens juntas foram um ponto de partida para pensar *o que permanece e o que muda* (2013).

Imagem 44 – A barragem vista de cima. Na imagem é possível ver o local onde se concentram a maior parte das construções bem como o muro principal da barragem.

Imagem 45 – O paredão surge nesta imagem como uma varanda de onde é possível contemplar a paisagem. Na altura da construção, como hoje, as pessoas têm por hábito parar no paredão para admirar (a obra e a paisagem).

Imagem 46 – Imagem de um álbum de fotografias de Abel Godinho, tirada nos anos sessenta.

Imagem 47 – Imagem tirada em 2013 durante o trabalho de campo. Duas imagens, o mesmo enquadramento. O que muda é o nível da água. Tudo o resto se mantém.

Imagem da capa – Ver legenda da imagem 45.

Índice de quadros

Quadro 1 – Mapa resumo com a identificação dos acionistas e das ligações entre eles e o território/atividade.

Glossário de siglas

CGD – Caixa Geral de Depósitos.

CUF – Companhia União Fabril.

EDP – Energias de Portugal.

GNR – Guarda Nacional Republicana.

HEAA ou H.E.A.A. – Hidroelétrica Alto Alentejo ou Hidro-Elétrica Alto Alentejo se seguirmos a grafia da altura da construção. Uso a primeira sigla no corpo do texto quando me referiro à empresa e a segunda nas referências bibliográficas.

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (a policia política no tempo do Estado Novo).

(...) Em determinada altura, sem que haja qualquer aviso, entramos numa paisagem surpreendente. A vista deixa de ser ocupada pelas extensas planícies alentejanas, por vezes monótonas, e passa a ser dominada pelo cinzento árido do granito. Surgem grandes pedras cinzentas — os canchos — sozinhas ou em conjuntos, que parecem ter sido colocadas na paisagem com a precisão e intencionalidade próprias da obra de arte. A planura alentejana toma uma ligeira ondulação, de onde sobressaem essas enormes esculturas, acompanhadas apenas por algumas árvores. A presença humana parece totalmente ausente. Não se veem casas, não se vê viva alma. A estrada parece ser o único indício de que algum ser humano por ali passou, e mesmo esta parece ter pouco uso. Porém, num olhar mais fino conseguimos vislumbrar alguns muros e outras edificações, como as antas e os safurdões. Estas construções têm em comum com os canchos o cinzento do granito, entranhando-se na paisagem como se fizessem parte dela desde sempre, dando a impressão que os construtores seguiram as instruções que estão por trás da formação dos canchos. E o que resulta é uma paisagem extremamente bela e dramática, onde o acaso e a construção humana se misturam e se confundem.

À medida que avançamos estrada fora, a albufeira da barragem começa a surgir. A água, vai-se revelando e escondendo a cada curva numa espécie de jogo. Mais uma vez parece que um artista interveio ativamente no desenho das margens recortadas do lago. Como percebi depois, a barragem traz consigo o dramatismo das grandes pedras mas acrescenta-lhe a quietude e o brilho da água. Temos a sensação de que natureza e cultura se misturam de tal forma que se tornam indistinguíveis. E é neste cenário que chegamos à barragem.*

* A partir das notas do caderno de campo.

INTRODUÇÃO

Talvez poucas *coisas* sejam tão interessantes para questionar o quadro de pensamento que separa a natureza da cultura como as barragens¹. São autênticos monumentos que parecem ter a capacidade de incorporar de uma forma invulgar o pensamento e as ações do homem, as questões do seu tempo e de cada tempo em que vão sendo vividas, constituindo, por isso, interessantes fenómenos hermenêuticos. São também lugares paradoxais propícios à reflexão. O imenso paredão parece simbolizar a separação entre cultura e natureza, impondo a ideia do domínio instrumental do homem sobre a natureza. Por outro lado, as barragens recriam o espaço em seu redor gerando novas paisagens, novos ecossistemas. As barragens simultaneamente ligam e separam. Ligam as margens e separam as águas. Em suma, são lugares de *jogo, um jogo potenciador das nossas capacidades compreensivas* (Gadamer, 2010).

A Barragem da Póvoa no Alto Alentejo, objeto deste estudo, é um desses lugares. É um lugar calmo mas ao mesmo tempo inquietante. É um lugar de produção de energia mas é ao mesmo tempo um espaço de convívio e de lazer. É um lugar-paisagem com uma certa ordem, com uma expressividade própria, que parece projectar-se para fora de si. Usando as palavras de Gadamer, é um lugar que tem *um excesso de vitalidade que impele à apresentação, onde as ideias encontram espaço para se expressarem através do sensível, fixando algum tipo de eternidade, o que lhe dá o carácter de permanência próprio da obra de arte* (Gadamer, 2010). Enfim, é um lugar que nos convida a entrar no *jogo*. E, como um lugar de *jogo* é sempre um lugar de indefinição, a paisagem da Póvoa tem esse *sopro de liberdade, a que adere às formações da obra de arte* (Gadamer, 2010).

A Barragem da Póvoa, tal como os *canchos* ou as *antas*, dá a impressão de se incorporar na paisagem dita natural, como se fizesse parte dela desde sempre. Ou seja, se há uma coisa que a Barragem da Póvoa nos ensina é que não existe a natureza de um lado e a cultura do outro como entidades separadas, mas que as duas como que se misturam e entretecem. De certa forma, a Barragem da Póvoa parece ter conseguido preencher *aquele fragmento de natureza que tinha sido deixado para configurar pelo espírito humano, e que torna a arte possível*.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é fazer uma etnografia da Barragem da Póvoa (1923-2013) numa perspetiva diacrónica e contextual, isto é, dar a ver o momento em que a barragem surge, as ideias

¹ Este trabalho não pretende debruçar-se sobre esta discussão teórica. A questão surge porque o próprio objeto de estudo obrigou-me a transcender esta dicotomia. Na paisagem da barragem (como, aliás, em qualquer paisagem) esta divisão não é operacional, como espero demonstrar ao longo deste trabalho.

que estão na sua base, e os usos que o espaço foi tendo ao longo do tempo, procurando perceber o que permanece e o que muda.

Importa esclarecer que este trabalho não se restringe à barragem num sentido estrito, mas à paisagem da barragem², uma formação que reflete o todo que se organiza em seu redor. Aliás, como pude perceber depois, quando as pessoas se referem à Barragem da Póvoa, não se estão a referir especificamente ao paredão/muro/barreira, mas a um todo que inclui o espelho de água, os edifícios, as experiências lá vividas, as ideias e os valores, as visões do mundo dos seus habitantes.

Este trabalho insere-se no objetivo mais vasto de investigar as (inter)relações das pessoas com (e nos) espaços (ambientes) tendo como paisagem teórica o «paradigma ecológico» — ‘dwelling perspective’ (Ingold, 2011).

Entendo a etnografia como um trabalho que tem por base o exercício da descrição densa e contextualizada (Geertz, 2008) mas que inclui também a dimensão reflexiva (Agrosino, 2000) e especulativa. Considerando que teoria e prática, investigação e escrita, são processos indissociáveis (Ingold, 2013), procuro trazer o *paradigma ecológico* também para o labor etnográfico-antropológico.

Por fim, este estudo pretende contribuir para pensar a relevância de manter vivo (patrimonializar?) espaços como o da Barragem da Póvoa. Aliás, este trabalho encerra-se com a formulação de uma pergunta: o que se perderia com o desmantelamento da barragem? Esta questão começa a ser levantada atualmente, uma vez que há um grande número de barragens que deixaram de cumprir a função para que foram projetadas, isto é, a de produzir eletricidade. Não deixa de ser irónico que a antropologia, que normalmente é chamada para avaliar o impacto da construção das novas barragens, possa também ser útil para pensar o que se perderia com o seu desmantelamento³.

PAISAGEM TEÓRICA

Este trabalho situa-se na confluência da antropologia do espaço (ambiente) com a antropologia da paisagem (imagem). Aqui o espaço é entendido não tanto como um suporte para as memórias coletivas (Halbwach, 1992) ou como um lugar de *inscrição* de modos de ver (Hirsch, 1995), mas antes como *coisa viva*, atuante e expressiva (Ingold, 2012). A barragem (ou a paisagem da barragem) é assim entendida como local de incorporação de *testemunhos duradouros de vidas e trabalhos das gerações anteriores que nele habitaram e que, nesse fazer-estar, lá foram deixando algo de seu*⁴ (Ingold, 2011: 189). Um espaço-paisagem que nos pode informar sobre os valores que o geraram (Herrington, 2009). Um espaço que não é estático, imutável, mas uma coisa heterogénea, composta

² Só quando comecei a minha pesquisa é que percebi que o meu foco afinal não era a barragem em sentido estrito, mas sim a paisagem (da barragem) uma totalidade que inclui muitas coisas

³ Na literatura antropológica existem vários trabalhos sobre barragens mas com uma perspectiva completamente diferente deste estudo. Em geral os antropólogos têm sido chamados para estudar o impacto nas populações locais da construção de novas barragens ou para medir esses impactos depois das barragens estarem concluídas como, por exemplo, o trabalho de Clara Saraiva (2009; 2003). Nesses casos as barragens são apresentadas como lugares de (potencial) conflito entre interesses económicos (privados ou estatais) e as populações locais. Servem também para pôr em evidência a tensão entre o desenvolvimento económico e a gestão dos recursos naturais. Na perspectiva deste estudo, a barragem, ou melhor, a paisagem da barragem é entendida como património no qual vale a pena deter o olhar.

⁴ Tradução adaptada a partir do inglês.

de muitos lugares que não podem ser destacáveis de um todo. Uma paisagem que continua inacabada e, por isso, continua a comunicar com as pessoas.

Esta pesquisa é teoricamente informada pelo *paradigma ecológico* (Ingold, 2011) e, por via deste, pela *teoria da prática* (Bourdieu, 2002). Inspirado na fenomenologia de Merleau-Ponty (1994), o «paradigma ecológico» assenta na ideia de que existe uma teia de relações entre o homem e os espaços (ambientes), como entre os sentidos e a razão, e que é essa teia de relações que vale a pena estudar. Neste contexto, a *'dwelling perspective'*⁵ proposta por Ingold (2011) — seguindo o conceito de Heidegger de *dwell* (como um construir-habitar-pensar) — considera que o foco deve incidir na maneira como os seres humanos *habitam* o mundo e nas relações que se tecem nesse processo de *habitar*. Ingold vai convocar a «teoria da prática» para propor um espaço-paisagem entendido como «contexto de ação onde se revelam formas irrefletidas da experiência por detrás do quotidiano» (Bourdieu em Ingold, 2011). Trata-se da maneira como o homem *habita* a terra e não do homem e da terra como coisas separadas, ou seja, o foco deixa de ser colocado no sujeito ou no objeto, e passa a estar nas relações, nos caminhos, nas teias de ligações entre eles. Em suma, no *paradigma ecológico a relação* tem uma precedência epistemológica sobre a *coisa*.

A BARRAGEM DA PÓVOA

Situada no Alto Alentejo, nas bordas da Serra de São Mamede, perto da aldeia de Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide, distrito de Portalegre), a barragem de Póvoa, inaugurada em 1927, é o ponto de partida do sistema hidroelétrico da Ribeira de Nisa⁶. Imbuída de um ideal *de progresso e civilização*, a construção da barragem, levada a cabo pela empresa *Hidroelétrica Alto Alentejo*⁷ (HEAA), tinha como objetivo produzir energia através da força das águas — a *hulha branca* — e, desta forma, trazer desenvolvimento para a região. A barragem foi erguida em plena ditadura militar, no início do Estado Novo, atravessando quase um século de história.

O sistema de Nisa, construído em *cascata* de modo a aproveitar o declive natural do terreno, foi o primeiro sistema hidroelétrico regional construído com vista ao aproveitamento integral de um curso de água tendo como base uma albufeira artificial (Simões, 1997: 17; Matos, 2005: 285). A barragem vem assim domesticar o caudal da ribeira e criar um enorme reservatório de água. A Barragem da Póvoa foi a primeira grande albufeira a sul do Tejo, só suplantada por Castelo de Bode em 1951 e, mais recentemente, pelo Alqueva. Portanto, durante quase trinta anos, a albufeira da Barragem da Póvoa foi a maior massa de água da região.

Ao contrário dos outros espaços do sistema de Nisa que se encontram ao abandono (embora ainda produzam eletricidade), o espaço da Barragem da Póvoa nunca deixou de ser habitado. Justamente por isso o lugar continua vivo e dialogante, isto é, continua a dizer alguma coisa às pessoas. Um

⁵ Conceito desenvolvido por Heidegger que reúne *construir, habitar e pensar*. Este conceito junta o fazer, o usar e o refletir no mesmo movimento.

⁶ Deste sistema passa pela *Bruceira* e pela *Velada* e termina na Foz do Tejo.

⁷ Em 1976 a HEAA passa a integrar a EDP, formada com vista à agregação das empresas elétricas nacionalizadas depois do 25 de Abril.

exemplo disso foi a escolha do espaço da barragem para a realização do Festival Andanças em 2013, facto que aliás esteve na origem deste trabalho⁸.

SOBRE O PROCESSO DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Neste trabalho tive em conta três temporalidades de certa maneira distintas que acabaram por orientar a organização do texto e a própria pesquisa: (1) O tempo da construção da barragem entre 1923 e 1927/1939⁹. (2) O tempo após a construção, entre 1927 e 2013. (3) O tempo da visualidade da barragem, de 1923 até ao presente.

O texto etnográfico foi dividido em três partes. Na primeira parte — *A Construção da Barragem* — centro-me no momento da construção em que o espaço, organizado pela presença da barragem, se torna lugar, e na visão do mundo subjacente ao programa de construção da barragem, pela via do pensamento do engenheiro Custódio Nunes, o principal impulsionador deste projeto e, se seguirmos a ideia de Heidegger (2002) de que construir é já um habitar, o primeiro habitante deste lugar. É a fase em que as ideias e os valores (desse tempo) tomam forma na paisagem. Para compreender a fase da construção foram fundamentais as fontes escritas e, em particular, o arquivo pessoal de Custódio Nunes (anexo A), composto por jornais e revistas da primeira metade do século XX, bem como o texto de Heidegger (2002) «Construir, Habitar, Pensar».

A segunda parte – *A Vida da Barragem* — centra-se nos usos e nas práticas trazidas para o espaço da barragem, seguindo a ideia de que um lugar só existe se for habitado (*dwelling*) e não existe num espaço fixo mas num *matrix* de movimentos (Ingold, 2011). A barragem ou, melhor, a paisagem da barragem é aqui entendida como local de incorporação (*embodiment*) de testemunhos duradouros de vidas e trabalhos das gerações anteriores (Ingold, 2011). A pesquisa foi orientada para as memórias das vivências na barragem e teve como base as entrevistas abertas feitas a pessoas ligadas à barragem, como por exemplo antigos trabalhadores, visitantes regulares e pessoas da região. Estas entrevistas foram recolhidas principalmente nos períodos de permanência no terreno¹⁰.

A terceira parte – *A Paisagem da Barragem* — remete para a visualidade da barragem. Aqui explora-se a dimensão estética da barragem, um lugar-paisagem, com uma certa unidade, onde o pensamento e as práticas se fundem, tendo por trás a ideia de que as imagens são um *espaço intermédio* onde as coisas se revelam, se dão a ver (Coccia, 2013). Esta parte do texto reflete uma dimensão fundamental da pesquisa direcionada para as imagens da barragem recolhidas (e

⁸ Esta pesquisa insere-se num projeto liderado pela antropóloga Ema Pires, iniciado em abril de 2013, no âmbito da instalação do festival Andanças no lugar da Barragem da Póvoa em 2013.

O festival Andanças aconteceu pela primeira vez em 1997. O evento teve já 17 edições realizadas em diversos lugares. Em 2013 o Andanças aconteceu pela primeira vez em na Barragem da Póvoa e Meadas.

O Festival *tem por objetivo promover a música e a dança populares enquanto meios privilegiados de aprendizagem e intercâmbio entre gerações, saberes e culturas*. O festival é organizado pela associação PédeXumbo, sediada em Évora.

⁹ O arranque do projeto da Barragem da Póvoa deu-se em 1923 e a inauguração oficial aconteceu em 1927. Contudo, só em 1939 é que o sistema de Nisa acabou de ser construído, razão pela qual considero que este período só termina nesta data.

¹⁰ Grande parte das entrevistas foram feitas entre julho e agosto de 2013, o período mais longo de permanência no terreno. Destaco ainda os depoimentos registados no evento *memórias da barragem*, organizado no âmbito do festival andanças 2013 pela antropóloga Ema Pires, e no qual participaram muitos dos informantes desta pesquisa.

produzidas) no terreno. Estas imagens, para além da sua utilidade como fonte de informação complementares às fontes escritas e às entrevistas, permitem pensar a barragem como unidade-paisagem, tendo sido fundamental para isso recorrer às ideias de Gadamer (1998, 2010) e de Coccia (2013).

Ao longo de todo o texto, mas especialmente na primeira parte, uso intencionalmente a expressividade das palavras (das fontes) da época recorrendo abundantemente a citações textuais (no texto com aspas) ou a expressões usadas na época (apresentadas em itálico). Esta abordagem tem um valor heurístico e é, simultaneamente, uma forma mais intensa de dar a ver as ideias da época. Uso também abundantemente imagens. Elas servem não apenas de ilustração mas também como um poderoso recurso cognitivo. Uma vez que a experiência etnográfica é parte importante do processo de construção do conhecimento, procurei ainda pontuar o texto com alguns relatos da minha experiência no terreno.

PARA UMA EXPLORAÇÃO PARTICIPANTE

Partindo da ideia metodológica de Sara Pink (2009) de uma *etnografia sensorial*, que sugere que o processo etnográfico é um processo cognitivo de experiência sensorial — experiência sensorial entendida como um estado de «observação» super focada que permite apreender os fenómenos em profundidade — e de atenção reflexiva, tanto do pesquisador como dos que participam na pesquisa, proponho fazer uma «observação participante», observação entendida como «um contexto de interação» (Agrosino, 2000: 678) que privilegie a exploração das (inter)relações das pessoas com (e nos) espaços (ambientes). A prática da etnografia, ela mesmo um modo de «dwelling» (construir-habitar-pensar), implica um engajamento percetual das práticas de habitar, mais do que uma *observação participante*, proponho fazer uma *exploração participante*¹¹.

Neste processo de exploração privilegiei duas abordagens: a pesquisa documental (texto e imagens), que me permitiu recuar até ao tempo da construção da barragem¹²; e a pesquisa local, feita através de conversas com as pessoas (entrevistas abertas), em que procurei recolher memórias da barragem, guiadas, sempre que possível, pelas suas imagens¹³. Estas imagens, maioritariamente fotográficas, para além de funcionarem como um catalisador de memórias são, elas mesmas, um dizer do espaço. Refletir com (e a partir de) imagens convoca não apenas o pensamento mas também os sentidos, desvelando um *estar no mundo* permeado pela experiência.

A permanência no terreno permitiu-me levar os informantes ao lugar e obter uma leitura do espaço no

¹¹ Opto por chamar «exploração participante» em vez de «observação participante», por me parecer que reflete melhor a ideia de etnografia como um processo cognitivo que requer participação e envolvimento sensorial.

¹² A pesquisa de fontes locais e primárias (escritas e visuais) foi feita no Centro de Documentação do Museu da Eletricidade, na Torre do Tombo, nas bibliotecas locais (Castelo de Vide e Nisa), na Junta de Freguesia de Póvoa e Meadas, etc., e também foi feita a partir da organização e tratamento que fiz do arquivo pessoal do engenheiro Custódio Nunes, considerado o grande idealizador/empreendedor da barragem.

¹³ As conversas abertas foram realizadas com pessoas que tiveram ou têm uma relação com a barragem, nomeadamente antigos trabalhadores, habitantes da zona (especialmente de Póvoa e Meadas, mas também de Nisa e de Castelo de Vide), atores institucionais (poder local e comerciantes), e os organizadores do Festival Andanças. O tema central destas conversas foram as memórias da barragem, contadas e mostradas através de fotografias pessoais. Estas conversas foram aprofundadas com visitas ao espaço da barragem com os informantes chave.

próprio espaço. Este processo mostrou-se extraordinariamente interessante e produtivo, tanto mais que estas visitas foram feitas numa altura de mudança devido à instalação do Festival Andanças. Recordar no lugar implica a dimensão mais experiencial da memória e contribui para o entendimento dos seus processos de formação.

Paralelamente, interessou-me experienciar pessoalmente o espaço da barragem, o que fiz acompanhando a instalação e realização do Festival Andanças em 2013, experiência essa registada num caderno de campo composto por textos e imagens.

Procurei manter ao longo de todo o processo (terreno, leituras e escrita) um olhar capaz de seguir livremente as indicações da obra, reformulando sempre que era preciso os procedimentos metodológicos. Exemplo disso foi a organização do arquivo de José Custódio Nunes, arquivo esse que me surgiu no caminho de forma inesperada¹⁴. Esse trabalho resultou na produção de um dossier com um resumo de todas as referências do arquivo, dossier esse que foi entregue ao centro de documentação da fundação EDP (bem como parte do arquivo), passando esta informação a estar à disposição da comunidade (ver anexo A).

¹⁴ Este trabalho teve ainda uma outra dimensão ao obrigar-me a reflectir sobre a melhor forma de organizar o arquivo.

PARTE I
A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM
DO ESPAÇO AO LUGAR

1. INAUGURAÇÃO OFICIAL DA BARRAGEM DA PÓVOA

«A prosperidade dos povos não depende dos favores sobrenaturais, mas sim e unicamente das suas próprias faculdades e do grau de vontade que eles puserem na sua própria libertação» (Nunes, 1946: 10).

A FESTA DA LUZ: UM EXERCÍCIO DE RECONSTITUIÇÃO¹⁵

No início do ano de 1927 foi deliberado pela direção da HEAA (Hidroelétrica Alto Alentejo) que a inauguração da Central da Póvoa seria feita a 23 de fevereiro desse ano (H.E.A.A. 2011:4). Para assinalar o acontecimento foram programados três dias de *festejos comemorativos* (anexo B) repartidos entre Castelo de Vide, a Barragem da Póvoa (perto da aldeia de Póvoa e Meadas) e a vila de Nisa.

O evento teve dois momentos especiais: (1) a inauguração da Central da Póvoa, e, por inerência, da barragem (paredão e lago), o primeiro empreendimento construído pela Hidroelétrica Alto Alentejo; (2) a inauguração da luz elétrica em Nisa, a primeira localidade eletrificada a partir da energia gerada pela Central da Póvoa.

As festas decorreram entre 22 e 24 de Fevereiro de 1927 e ainda hoje são recordadas na região, especialmente em Nisa e em Póvoa e Meadas. O facto de as comemorações terem ocorrido a meio da semana (entre terça e quinta-feira), dias normalmente consagrados ao trabalho, mostra bem a importância que o acontecimento teve para a região.

Nas cerimónias de inauguração estiveram presentes dois ministros do Estado (o ministro do Interior, Costa Macedo, e o ministro do Comércio, Carvalho Teixeira), altos representantes do poder local, o bispo de Portalegre (D. Domingues Frutuoso), *grandes proprietários e capitalistas locais*, os acionistas da HEAA, jornalistas, e muitas outras *personalidades ilustres*. Também o povo foi chamado a participar em quase todas as ocasiões.

¹⁵ A partir das fontes da época procuro reconstituir em detalhe o evento que foi a inauguração da Barragem da Póvoa, dando relevância a três dimensões: os festejos propriamente ditos que decorreram na região durante três dias e que remetem para a dimensão local; as imagens que dele foram feitas (e as que não foram) e o modo como foram reproduzidas, numa altura em que o registo fotográfico era ainda um meio pouco comum; e, por fim, a dimensão mediática do evento que nos situa no contexto político da época.

1º DIA

22 DE FEVEREIRO DE 1927 (TERÇA-FEIRA)

A VIAGEM DA COMITIVA OFICIAL DE LISBOA PARA CASTELO DE VIDE E A RECEÇÃO LOCAL

A comitiva oficial — composta por membros do Governo, diversos convidados e os enviados especiais de *O Século*, *Diário de Notícias* e *A Voz* — partiu de Lisboa ao final da manhã de terça-feira, dia 22 de fevereiro. O (comboio) *rápido* saiu da *gare do Rossio* vinte minutos depois do meio dia levando cerca de trinta convidados. O destino final era Castelo de Vide. Da comitiva faziam parte: Artur Nogueira (proprietário da *casa Nogueira*, empresa de material elétrico sediada em Lisboa), Joaquim Duarte Ferreira (dono da Fundação do Tramagal que viria a ser um dos principais clientes da HEAA), ambos acionista fundadores da HEAA, e o conhecido republicano Américo d'Oliveira¹⁶.

Durante o percurso, à medida que o comboio ia passando pelas diversas estações, «foram sendo feitas aos senhores ministros do Interior e do Comércio manifestações de simpatia» por parte do *povo* (*Diário de Notícias*, 1927a). A comitiva foi engrossando, nas estações onde o comboio parava, com a entrada dos representantes das câmaras de Santarém, Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Barquinha, Constância, Abrantes e Golegã. Na *gare* de Santarém os ministros receberam os cumprimentos do Governador Civil, do comandante militar e dos oficiais de guarnição. No Entroncamento, numa paragem mais longa, a comitiva recebeu os cumprimentos do Coronel Pimentel de Castro (comandante militar), dos oficiais de Sapadores dos Caminhos de Ferro e dos outros contingentes que ali se encontravam aquartelados por causa da recente insurreição contra a ditadura militar. Na altura viviam-se tempos muito conturbados politicamente. Poucos dias antes, no início de fevereiro, tinha havido uma insurreição republicana de grandes proporções tanto no Porto como em Lisboa, tumulto esse que marcou o início do que ficou conhecido como *reviralhismo*. Os ministros e a comitiva almoçaram com os militares aí estabelecidos e com convidados locais no restaurante da estação do Entroncamento. Após a refeição voltaram ao comboio para a última etapa da viagem.

À chegada a Castelo de Vide «tiveram uma entusiástica receção» (*A Voz*, 1927a: 6) pelas entidades oficiais locais e pelo *povo*. Um cortejo com dezasseis automóveis levou a comitiva ao *Hotel das Águas* onde ficaram hospedados a convite da HEAA. Os cumprimentos de boas-vindas foram feitos pelo administrador do conselho, capitão Casais, na sala de visitas do hotel ao som da *Portuguesa* interpretada por uma orquestra local. Na ocasião estiveram presentes entidades locais e *personalidades ilustres*, como os médicos municipais, o chefe da *estação telégrafo-postal* e *proprietários e lavradores* da região.

Às oito e meia da noite teve início *um banquete* no Clube de Castelo de Vide sob a presidência do ministro do Interior que se sentou ao centro da mesa. À sua direita sentou-se o Dr. António Alves da Costa, juiz e proprietário local, e à esquerda Eduardo Fragoso, dono de grande parte dos terrenos

¹⁶ Américo d'Oliveira foi um conhecido republicano, revolucionário do 5 de Outubro. Foi diretor da revista *A Caveira*. Mais tarde, em 1932, vai fazer parte dos corpos gerentes da HEAA como representante do governo.

inundados pela albufeira da Barragem da Póvoa, ambos acionistas fundadores da HEAA e grandes entusiastas do projeto da barragem. Diante do ministro do Interior sentou-se o ministro do Comércio que, por sua vez, tinha à sua direita Duarte Ferreira e à sua esquerda o engenheiro Paulo Ataíde. No final do jantar Américo d'Oliveira abriu a série de brindes e fez o primeiro discurso da noite. Oliveira lamentou as recentes insurreições no Porto e em Lisboa e elogiou o Governo pela forma como procedeu para manter o prestígio e a honra da República e o modo como «encaminha o país na sua ressurreição moral e económica» (Santos, 1927a: 1). O ministro do Interior agradeceu a manifestação calorosa como a comitiva vinda de Lisboa foi recebida em Castelo de Vide, interpretando-a como sendo «um aplauso à obra geral do Governo» (*O Século*, 1927b: 3). Lamentou os acontecimentos recentes que *enlutaram o país* e que foram, segundo ele, levados a cabo «por desvairados comprados pelo ouro saído da Rússia» (*O Século*, 1927b: 3). O ministro do Comércio reiterou a importância, para o bem da Pátria e da República, de «terminar de vez com todas as hostilidades e rivalidades entre irmãos da mesma pátria, e de que todos se unissem para o progresso do país» (*O Século*, 1927b: 3). Durante o banquete, «que decorreu com animação e alegria» (*O Século*, 1927b: 3), fez-se ouvir a orquestra do *Asilo dos Cegos*, tendo os ministros recolhido ao hotel por volta da uma da manhã.

2º DIA

23 DE FEVEREIRO DE 1927 (QUARTA-FEIRA)

INAUGURAÇÃO OFICIAL DA CENTRAL HIDROELÉTRICA DA PÓVOA E INÍCIO DAS FESTIVIDADES EM NISA

Na manhã seguinte, a comitiva fez um passeio por Castelo de Vide onde visitou o *Asilo dos Cegos*, uma importante instituição de beneficência local.

Ao meio-dia organizou-se «o cortejo com vinte e dois automóveis e “camionettes”» em direção à Póvoa» (*O Século*, 1927c: 1) para o evento de inauguração da barragem.

Choveu torrencialmente o que impediu os *excursionistas* de gozarem plenamente o «encantador panorama da região» (*O Século*, 1927c: 1), privando-os do prazer «de contemplar com nitidez os majestosos montes e os vales profundos desta Sintra transtagana» (*A Voz*, 1927c: 1).

O *cortejo* chegou à barragem, perto da aldeia da Póvoa e Meadas, à uma e meia da tarde. À espera da *comitiva* estavam as entidades oficiais locais (comissões administrativas de Castelo Branco, Castelo de Vide e Nisa), a comissão dos festejos, duas bandas musicais de Castelo de Vide (União Artística e Dr. José Frederico Laranjo) e muito *povo da região*. Ouviu-se a *Portuguesa* e lançaram-se foguetes e morteiros entre os *vivas* de aclamações do *povo*.



Imagem 1 – O ministro do Interior, Costa Macedo, e o ministro do Comércio, Carvalho Teixeira, à chegada à Central da Póvoa no dia da inauguração (23 de fevereiro de 1927).

O *recinto*, que estava «vistosamente embandeirado» (O Século, 1927c: 1), foi visitado demoradamente pelos ministros. As atenções centraram-se *no grande dique*, nessa altura com catorze metros de altura, vinte e cinco metros de base e dois quilómetros de *flecha longitudinal na lâmina de água* que dava ao local o aspeto de uma *região lacustre*. A *derivação* da represa, que levava a água do *lago* às turbinas, foi também motivo de admiração.

A Central da Póvoa é descrita como um edifício amplo e arejado de dois andares: no primeiro andar estavam localizados dois grupos de alternadores com 500 cavalos cada um e o *quadro de distribuição e manobra*; no andar de cima encontravam-se os quatro transformadores, dois de 30.000 *volts*, destinados a alimentar a linha de Nisa e a derivação para a fundição de aço do Tramagal, e outros dois, de 6.000 *volts*, destinados a alimentar a linha de Póvoa e a linha de Castelo de Vide (A Voz, 1927c: 1).

Pelas duas e um quarto, chegou à Central, de automóvel, o bispo de Portalegre, D. Domingos Frutuoso, acompanhado pelo cónego Malato e pelo reverendo Bizarro e Semedo. O bispo recebeu os cumprimentos do *povo* e das entidades oficiais presentes e uma longa continência do ministro do Comércio. Depois de se paramentar *com a capa, asperges e mitra, empunhando o báculo*, o bispo abençoou as máquinas com água benta, proferindo as seguintes palavras: «benedict hano machinam ad lumen excitandum» (Diário de Notícias, 1927b: 1), ou seja, «bendita seja esta máquina que serve para fazer luz» (O Século, 1927c: 1).



Imagem 2 – A bênção das máquinas pelo bispo de Portalegre, D. Domingos Frutuoso, acompanhado pelo cónego Malato e pelo reverendo Bizarro e Semedo (23 de fevereiro de 1927).

De seguida fez um discurso onde enfatizou o trabalho e a coragem da gente alentejana e a importância do *progresso*, tanto de *ordem moral* como de *ordem material*, que esta obra, a seu ver, tão bem exemplificava.

Pouco depois, o maquinista Joaquim Neves Ferreira de Almeida abriu as válvulas, permitindo que a água da represa entrasse nas turbinas, o ministro do Comércio fez girar os *volantes* e as madrinhas rebentaram as garrafas de *champagne* sobre os *maquinismos*. As madrinhas eram as esposas dos quatro principais acionistas fundadores da HEAA: Manuela Castanheira Almeida Martins Nogueira (esposa de Artur Nogueira), Henriqueta Fragoso (esposa de Eduardo Fragoso), Maria Alves da Costa (esposa de António Alves da Costa) e Carolina Mineiro Duarte Ferreira (esposo de Duarte Ferreira). Por fim, o ministro do Interior levantou a alavanca do quadro e *fez-se luz* em quatro lâmpadas de mil velas instaladas na Central.



Imagem 3 – O ministro do Comércio ao «*volante*» da Central da Póvoa com uma das *madrinhas* a seu lado (23 de fevereiro de 1927).

O momento foi de comoção ou, como sublinhou um repórter presente, de «emoção coletiva» (*Diário de Notícias*, 1927b: 1), com manifestações de regozijo e felicitações aos responsáveis acompanhados por *uma marulhar intenso e vibrante de palmas* que «saudavam comovidamente a luz» (*A Voz*, 1927c: 2). A ocasião foi *abrilhantada* pela atuação das duas filarmónicas presentes. A seguir foi oferecido pela Hidroelétrica Alto Alentejo um *lunch* num pavilhão erguido ao cimo da ribeira (provavelmente o edifício construído para alojar os engenheiros). O *lunch* foi fornecido pela *pastelaria Ferrari* de Lisboa e o menu estava redigido em francês (anexo C).

Durante os brindes, o ministro do Comércio partilhou com satisfação o facto de estar a assistir a «uma festa do trabalho que reunia toda a gente da região, desde pessoas mais gradas, até ao povo trabalhador, não faltando a graça das senhoras, nem os representantes da Igreja» (*O Século*, 1927c: 2). *A linda terra alentejana* via realizada uma obra que, na senda do *progresso*, devia ser um exemplo para outras iniciativas. No final, o engenheiro José Custódio Nunes (diretor da HEAA) tomou a palavra para agradecer a presença de todos e enfatizar as dificuldades dos *três anos de luta* necessários para pôr a obra de pé, nas suas palavras, «uma obra de fé» (*O Século*, 1927c: 2), terminando com um brinde ao *peçoal trabalhador*.

Depois da cerimónia inaugural da Barragem da Póvoa, o cortejo seguiu para Nisa onde chegou por volta das cinco e meia da tarde. A vila estava em festa com as ruas *embandeiradas* e apinhadas de *povo*. Na praça do município uma multidão era contida pelas forças da GNR e pela polícia cívica de

Portalegre. A comitiva foi recebida com foguetes à porta da Câmara, já a noite caíra, uma noite *escura como breu*, ao som do Hino Nacional interpretado pela banda dos Bombeiros Voluntários de Nisa, pela banda de Alpalhão e pelos membros da *Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nizense*.

A sessão solene de boas vindas teve lugar nos Paços do Concelho. O presidente da comissão administrativa de Nisa fez um elogio à atuação do Governo por «ter conseguido jugular os movimentos insurreccionais do Porto e de Lisboa e por ter triunfado a ordem» (*O Século*, 1927c: 2) numa «brilhante atuação patriótica e salvadora (...) da Pátria» (*Diário de Notícias*, 1927b: 1). Aproveitando a ocasião, apelou aos representantes do Governo para a necessidade de levar a cabo algumas obras fundamentais, designadamente uma rede de água potável cuja falta estava a causar doenças em todas as freguesias. Por último, falaram ainda o ministro do Interior e o representante da Junta da Amieira, partindo a comitiva em seguida num cortejo para inaugurar a *cabine* (posto de transformação) que, depois de ligado, iluminou profusamente as ruas de Nisa.

De volta ao centro da vila realizou-se, pelas dez e meia da noite, um banquete *de 100 talheres* na sala de audiências do tribunal. A sala foi decorada pelo artista e pintor Benvindo Ceia «com colgaduras de damasco e festões de flores que pendiam dos lustres de luz elétrica» (*O Século*, 1927d: 2). Os lugares de honra eram ocupados pelo ministro do Interior, que tinha à sua direita o ministro do Comércio seguido de Duarte Ferreira e do seu filho, e à sua esquerda o governador civil de Portalegre ao lado de quem se sentou Artur Nogueira e Eduardo Fragoso. Em frente sentava-se presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Nisa, Dr. Francisco Mourato Peliquito acompanhado por dois vogais.

No final, com o *champagne*, fizeram-se os discursos. Falou primeiro o presidente da Câmara que saudou os ministros, rendendo-lhes homenagem pela «pureza de caráter, convicções e princípios» (*O Século*, 1927d: 6). Neste discurso fez uma dura crítica aos Governos anteriores «que contribuíram para o descalabro em que o país se arruinava irremediavelmente» e elogiou o «glorioso exército», assim como o chefe de Estado e a política seguida (*O Século*, 1927d: 6). Seguiu-se-lhe o governador civil de Portalegre, que partilhou o seu orgulho pelo facto de «o distrito se ter conservado calmo durante a revolução, o que provava que o povo da região apenas pensava em trabalhar» (*O Século*, 1927d: 6). O engenheiro Custódio Nunes, em nome da HEAA, elogiou Nisa, *terra de gente trabalhadora*, a primeira da região a *aplaudir a grande obra* (Nisa foi, de facto, o primeiro município a celebrar um contrato de fornecimento de luz elétrica com a HEAA). Depois tomou a palavra Américo d'Oliveira que lembrou que a HEAA recusou capitais estrangeiros para a sua iniciativa. De seguida, o ministro do Interior mostrou-se satisfeito com a confiança demonstrada por todos no Governo em funções, reiterando que «os detentores do poder tinham vontade [...] de acabar de vez com as revoluções em Portugal» (*O Século*, 1927d: 6). Fechou a série de discursos o Dr. João Serra, médico municipal de Nisa que, referindo-se ao Alentejo a aos alentejanos, exaltou «as belezas da raça» e da região (*O Século*, 1927d: 6).

O banquete, *abrilhantado* pela banda dos Bombeiros Voluntários de Nisa, terminou pouco depois das duas da manhã, tendo os ministros e a comitiva seguido para a casa da família Fragoso e os

jornalistas para a casa do proprietário e regente agrícola José Alves Mousinho Almadanim, onde ficaram hospedados.

3º DIA

24 DE FEVEREIRO DE 1927 (QUINTA-FEIRA)

OS FESTEJOS EM NISA

O último dia foi dedicado aos festejos populares e religiosos. Pelas sete horas da manhã, apesar do mau tempo, a banda da terra e a banda de Alpalhão percorrem as ruas da vila tocando a *alvorada*. Às nove horas, na sede da escola doutor José da Graça Mota e Moura, foi distribuído um *bodo*¹⁷ a cento e cinquenta pobres, oferecido pela HEAA e pela Câmara Municipal.

Pelas dez horas, realizou-se na igreja matriz de Nossa Senhora da Graça uma missa assistida pelo bispo de Portalegre, D. Domingos Frutuoso. O bispo proferiu uma preleção sob o tema «o homem nasceu para o trabalho» (*O Século*, 1927d: 6), em que falou da importância da obra inaugurada e do valor social do trabalho. Na igreja, completamente apinhada, estiveram presentes os dois ministros e as entidades oficiais locais, os diretores da HEAA e muito *povo*, predominando o *elemento feminino*.

Ao início da tarde chegou a Nisa a banda dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, que era aguardada à entrada da vila pelas bandas de Nisa e de Alpalhão. Percorreram então as ruas tocando, sempre acompanhadas por muito *povo*. Terminaram a marcha no coreto da Praça da República onde deram um concerto. Pelas dezasseis horas realizou-se na mesma praça uma *ginkana de automóveis*. No final, o *povo* acompanhado pela banda dos Bombeiros Voluntários de Nisa, dirigiu-se ao *palácio* do juiz Alves da Costa a fim de mostrar agradecimento pelo seu papel na defesa dos interesses da vila e da região. Da janela, dirigindo-se ao *povo*, Alves da Costa agradeceu e prometeu que em breve a vila teria um hotel e um teatro. Os manifestantes dirigiram-se depois ao *palácio* da família Fragoso onde cumprimentaram os ministros ao som do Hino Nacional e de muitas *vivas*.

Para finalizar as festividades oficiais, Jaime Fragoso e seu pai, Manuel Fragoso, ofereceram em sua casa um *lauto jantar* onde estiveram presentes os ministros e as entidades oficiais locais, o padre Joaquim Peralta, os membros da comissão de festas, os diretores da HEAA e os jornalistas. No fim do jantar, com o *champagne*, trocaram-se afetuosas saudações. A ideia de que Nisa acabava de entrar numa era de progresso foi referida por todos os intervenientes locais. Alves da Costa afirmou mesmo que a vila tinha agora as condições para ser *uma terra de turismo* e uma das mais importantes do Alto Alentejo (*Diário de Notícias*, 1927d: 4). Na ocasião, o visconde de Vale de Sobreira foi ainda saudado na pessoa do seu filho Aníbal Vieira, bem como o bispo de Portalegre.

Note-se que a barragem, associada à iluminação pública e ao saneamento, surge também no discurso como motor da atividade turística que, já nessa altura, era considerada indispensável para o *progresso* da região.

¹⁷ Distribuição de alimentos, roupas, e outros bens aos pobres.

O banquete terminou por volta das dez horas da noite, altura em que tiveram início três bailes distintos. O grande baile de gala nos Paços do Concelho, no qual estiveram presentes os ministros e os cidadãos mais ilustres. O baile dos camponeses que se realizou na sede da Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nisense. E o baile dos artistas, realizado na escola oficial da vila. Os ministros visitaram todos os bailes tendo sido aclamados pelo povo. Houve ainda arraiais nas praças públicas, iluminação dos edifícios públicos e privados, concertos populares pelas bandas de música e um vistoso fogo de artifício no largo da Câmara.

A existência destes três bailes e dos arraiais de rua mostram bem a forma como a comunidade local se estratificava. Existiam, pois, quatro grupos distintos. Um grupo composto pelos proprietários e capitalistas locais, os representantes do poder político e os notáveis da região. Outro grupo que agregava os pequenos proprietários e os camponeses rendeiros. Um terceiro composto pelos artífices que viviam dos seus ofícios. E o grupo dos mais pobres, trabalhadores, assalariados do campo, da construção, etc., que festejaram o acontecimento nos arraiais de rua.

O REGRESSO A LISBOA

25 DE FEVEREIRO DE 1927 (SEXTA-FEIRA)

Os ministros e a comitiva regressaram a Lisboa no dia 25 de fevereiro, tendo apanhado o *rápido* que vinha de Madrid e que, a título excepcional, parou pelas oito horas da manhã na estação do Peso. Chegaram à *gare* do Rossio em Lisboa pelas duas horas da tarde, onde os aguardavam membros dos seus ministérios. Na ocasião, foi anunciada aos jornalistas e demais presentes a intenção de atribuir ordens de mérito industrial aos diretores da HEAA pelos relevantes serviços prestados ao Alto Alentejo e ao país.

O evento da inauguração da barragem mostra bem como na altura, tal como agora, estas ocasiões são aproveitadas para ações de propaganda por parte do poder político vigente, bem como para dar visibilidade nacional a reivindicações locais, através de recados endereçados aos governantes. Por outras palavras, mostra como os eventos de inauguração de obras e instituições são palcos de propaganda política e, no sentido inverso, são usados para vincular publicamente os governantes às suas promessas.

AS IMAGENS DO EVENTO: O QUE FOI FOTOGRAFADO E O QUE NÃO FOI FOTOGRAFADO

Nos arquivos da HEAA (depositado na Fundação EDP) foi possível localizar cinco fotografias do evento de inauguração, todas elas tiradas no interior do edifício da Central da Póvoa no momento da inauguração oficial. Duas das fotografias não tiveram divulgação mediática, provavelmente por terem deficiências de exposição (imagens 6 e 7), sendo que é nestas duas imagens que o engenheiro Custódio Nunes surge em maior destaque. As outras três fotografias (imagens 1, 2 e 3) foram amplamente difundidas nos jornais da época, tornando-se uma espécie de imagens oficiais do evento, como demonstra o facto de me terem sido mostradas por quase todas as pessoas com quem contactei na minha busca de imagens relacionadas com a barragem¹⁸.

Vejamos agora o que nos mostram as imagens. A imagem 1 mostra a comitiva dentro da Central, dando destaque ao ministro do Comércio (à esquerda) e ao ministro do Interior (à direita), ambos militares. A fotografia terá sido tirada provavelmente à chegada já que todos se encontram ainda de chapéu. Importa lembrar que o regime vigente na altura era uma ditadura militar pelo que se pode depreender que a presença das muitas fardas mostra a importância política atribuída ao evento.

A segunda imagem capta o momento da bênção das máquinas levada a cabo pelo bispo de Portalegre, D. Domingos Frutuoso, na altura em que terá pronunciado a frase «bendita seja esta máquina que serve para fazer luz». O bispo está acompanhado pelo cónego Malato e pelo reverendo Bizarro e Semedo. Esta imagem testemunha o envolvimento do poder religioso nesta *obra de progresso*. A Igreja e os militares viriam a ser os principais pilares do Estado Novo na altura em gestação.

Na terceira imagem podemos ver o ministro do Comércio ao «leme das máquinas», provavelmente na altura em que os *maquinismos* da Central começaram a trabalhar logo após a bênção. É curioso que esta imagem sugere um homem ao leme, como se de um barco se tratasse: ao leme da barragem, ao leme do progresso, ao leme do país, enfim, uma encenação metafórica do poder vigente. Sobre o lado esquerdo temos a única mulher captada pela máquina fotográfica (uma das madrinhas). A imagem chama ainda à atenção para a existência de semelhanças entre a tecnologia usada na arte do mar e algumas componentes usadas nos maquinismos da barragem, como, por exemplo, o leme que o ministro segura. Na verdade, existem várias componentes ligadas à barragem que parecem inspiradas nas técnicas de navegação. Esta semelhança fenomenológica, (também visível na imagem 37) diz-nos que a arte da construção de barragens, uma arte recente na altura, foi provavelmente inspirar-se na tecnologia da construção naval, uma tecnologia antiga e bem conhecida. No fim de contas trata-se igualmente de dominar as águas e navegar, aqui um navegar parado pois que o que muda é tudo o que está em seu redor. Mas, no final, implica sempre movimento e domínio das águas. Em suma, as três imagens, que podemos considerar as imagens oficiais do evento, revelam a implicação dos poderes vigentes, tanto o secular como o religioso, na obra.

¹⁸ Nomeadamente pelo presidente da junta da Póvoa e Meadas, por dois antigos trabalhadores da barragem, por um habitante da Póvoa interessado na história da região, pelo departamento de arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide e por uma pessoa ligada à associação *Amigos de Castelo de Vide*. Todos tinham em seu poder cópias destas três fotografias.

A autor destas fotos é, com grande probabilidade, o fotógrafo Costa Pinto, oriundo de Castelo de Vide, autor da maioria das fotografias da barragem tiradas nessa altura.

Foram ainda publicadas nos jornais da época duas outras imagens: uma imagem do lago com o muro ao fundo onde se vê um barco com dois ocupantes a atravessar as águas calmas da represa¹⁹ (imagem 4); e uma imagem do lado seco da barragem onde se pode observar a *conduta forçada* com o muro principal ao fundo, na altura ainda com (apenas) catorze metros (imagem 5). Estas imagens evidenciam a barragem enquanto paisagem. Na primeira, uma paisagem bela e calma. Na segunda, uma paisagem que mostra a relevância da obra e da técnica. Ambas apelam à possibilidade do devir turístico preconizado para a barragem, visto como um sítio que é preciso visitar.



Imagem 4 – Albufeira da Póvoa (1927)



Imagem 5 – Conduta e paredão (1927)

Sobre a chegada a Castelo de Vide da comitiva oficial vinda de Lisboa (primeiro dia das comemorações) ou sobre as festividades em Nisa (terceiro dia), nenhuma imagem foi encontrada. Sobre as manifestações do povo nas ruas ou sobre as atividades lúdicas organizadas durante os três dias de festividades, nenhuma fotografia parece ter sido tirada. Nem sobre o momento em que os candeeiros das ruas de Nisa se acenderam imprimindo na paisagem uma expressividade nova. Apesar das câmaras fotográficas não abundarem na época, não deixa de ser significativo que o momento escolhido para fixar em imagens tenha sido o da inauguração dos «*maquinismos*» da Central elétrica da Póvoa, evidenciando a relevância que se atribua, na época, à técnica como motor de desenvolvimento.



Imagem 6 e 7 – Inauguração da Central da Póvoa (1927)

¹⁹ Esta imagem é a única que está realmente identificada como sendo da autoria de Costa Pinto.

O EVENTO MEDIÁTICO: PROPAGANDA POLÍTICA E VONTADE DE ACABAR COM AS REVOLUÇÕES

A inauguração oficial da Barragem da Póvoa foi um acontecimento com dimensão local, como expressam as festividades da inauguração, mas teve também eco nacional através da cobertura mediática feita pelos jornais da época, como *O Século*, o *Diário de Notícias* e *A Voz* (imagem 8), que mandaram *enviados especiais* ao local²⁰.

A inauguração foi pensada pela HEAA como um evento de relações públicas, organizado com dois objetivos: o de marcar/celebrar o acontecimento, mas também, e acima de tudo, o de chamar a atenção do poder central para o papel que a barragem poderia vir a ter no desenvolvimento do Alto Alentejo. E, neste sentido, o de sensibilizar o Governo para a importância do financiamento público ou, pelo menos, para a importância do seu aval para conseguir os empréstimos bancários necessários para prosseguir com a obra.



Imagem 8 – Página do jornal *A Voz* (1927b), jornal que publicou vários artigos sobre a inauguração da barragem.

²⁰ Entre 23 de fevereiro (dia da inauguração oficial) e 3 de março foram publicados nestes jornais 13 artigos, 8 dos quais merecendo destaque de primeira página. O *Diário de Notícias* publicou 5 artigos (três deles com imagens), *O Século* 4 artigos (todos sem imagens), e *A Voz* 4 artigos (2 deles com imagens).

Contudo, grande parte da cobertura mediática da inauguração da Central da Póvoa centra-se nas questões da política nacional. Vejamos alguns títulos dos jornais da época:

«O Alto Alentejo e o Sul da Beira Baixa inundados de energia eléctrica. No acto inaugural da iluminação em Nisa, o Sr. Américo de Oliveira e os Srs. Ministros do Interior e do Comércio fizeram interessantes declarações políticas» (*Diário de Notícias*, 1927a: 1).

«Regressaram, ontem, a Lisboa os membros do Governo que foram a Nisa assistir à inauguração da Hidro-Eléctrica. O sr. ministro do Interior afirma o seu propósito e o dos seus colegas [do Governo] de acabarem com as revoluções em Portugal» (*O Século*, 1927d: 2-6).

A maior parte dos artigos publicados nos jornais sobre a inauguração acabam por replicar quase textualmente os discursos proferidos pelos ministros e pelos seus apoiantes. Os membros do Governo usaram assim a inauguração da barragem para reforçar a legitimidade do Governo da *Ditadura Militar* bem como algumas ideias que viriam a servir de base à ideologia do Estado Novo. A obra foi considerada como um exemplo de trabalho, de «patriotismo e de fé» (*Diário de Notícias* 1927a: 1) colando o Alentejo às ideias políticas propagandeadas.

Para compreender este facto é preciso ter presente a instabilidade política em que mergulhara Portugal na primeira república e que culminou com a instalação da *Ditadura Militar* através do *golpe de 28 de maio* de 1926, que levou, mais tarde, em 1933, à instauração do Estado Novo. A instabilidade era de tal ordem que uma empresa de seguros oferecia aos comerciantes e às pessoas um seguro contra as revoluções (*A Voz*, 1927b), E a intenção de «acabar com as revoluções» (*O Século*, 1927d: 6) em prole do «triumfo da ordem» (*O Século*, 1927c: 2) era, na verdade, o principal argumento de legitimação da *Ditadura Militar*. A Barragem da Póvoa nasce, pois, num conturbado contexto político. Aliás, poucos dias antes da inauguração, entre 3 e 9 de fevereiro, deu-se a primeira insurreição contra a *Ditadura Militar*, abafada pelos militares, em que morreram muitos civis²¹.

A inauguração da barragem teve, pois, uma forte dimensão política ao servir de palco para discursos de legitimação do Governo instalado pela *Ditadura Militar*, numa altura em que, como refere Filipe Meneses (2009), *as inaugurações das obras de progresso eram celebrada como uma vitória sobre os céticos e a restante oposição republicana*.

A construção deste grande empreendimento alentejano — foi a primeira grande barragem construída abaixo do Tejo — e a ideia de que foi preciso um «esforço colossal» (Muralhas, 1933) para a por de pé serviu também para afirmar a ideia de que o *povo alentejano* tinha *características únicas associadas ao trabalho e ao espírito de sacrifício*, um discurso que visava contrariar a imagem muito propagada da *indolência alentejana*.

UM LUGAR QUE É PRECISO VISITAR

A importância de tornar visível, de mostrar, de tornar pública a obra, parece ter sido uma preocupação constante da administração da HEAA, desde o momento da inauguração da Barragem da Póvoa. Por exemplo, a empresa fazia regularmente publicidade em revistas e jornais (imagem 12)

²¹ Esta insurreição foi o primeiro episódio daquilo que ficou conhecido como o *reviralthismo*.

e imprimiu várias brochuras de divulgação²² (anexo D). Em 1929, a convite do comissário da *Exposição Internacional de Sevilha*, a HEAA fez um filme sobre a Barragem da Póvoa e a barragem da Bruceira para ser apresentado durante a exposição. Na altura, apesar dos imensos constrangimentos financeiros, o filme realizou-se e foi apresentado com sucesso (H.E.A.A., 2011: 3)²³. Porém, são as visitas às barragens que a direção da HEAA parecia privilegiar como meio de divulgação. A empresa organizava regularmente visitas à Barragem da Póvoa, bem como aos outros empreendimentos da Ribeira de Nisa e, mais tarde, às outras barragens contruídas pela empresa (ver anexo F). Parece, assim, que a inauguração da Barragem da Póvoa em 1927 foi o primeiro evento do que viria a tornar-se uma rotina, e, mais tarde, quase uma tradição.

A organização dessas visitas tinha como objetivo mostrar a obra realizada aos políticos, aos acionistas, aos engenheiros, aos jornalistas, bem como a um público mais vasto através da publicação de notícias na imprensa. Estas ocasiões eram também aproveitadas para mandar recados ao Governo e para afirmar publicamente as ideias e os valores defendidos pela empresa. E, não menos importante, serviam para projetar um Alentejo desenvolvido e belo, com qualidades humanas e paisagísticas dignas de acolher a atividade turística, destacando sempre o papel da HEAA na construção desse Alentejo.

Curiosamente existem registos de visitas de escolas às instalações da HEAA desde 1932, o que revela não apenas a preocupação da empresa em dar a conhecer a sua obra e os valores que lhe estão associados junto da população mais jovem, mas também uma certa vocação pedagógica. É preciso notar que a eletricidade era, na altura, uma matéria fascinantemente nova e desconhecida, enfim, um motivo de curiosidade e de espanto.

A partir dos anos trinta, já não eram apenas os passeios organizados pela HEAA, mas eram as próprias pessoas que, por sua iniciativa, organizavam excursões para ver estes «monumentos» que só eram possíveis de «apreender, vendo» (*Diário de Notícias*, 1936). Aliás, ainda hoje, se continuam a organizar passeios para visitar barragens. Um antigo trabalhador da HEAA utilizou mesmo o termo «barragista» para classificar os amantes de barragens, como era o seu caso.

Se estes passeios inicialmente tiveram como objetivo principal admirar o feito técnico da eletricidade e a grandeza da construção, rapidamente se tornaram uma atividade de puro lazer onde se ia para conviver e para apreciar a paisagem. O «espírito do turismo» é o mesmo em ambas as alturas mas a paisagem torna-se cada vez mais relevante, enquanto os equipamentos, como a central elétrica e a própria barragem, outrora o centro das atenções, vão perdendo importância ao longo do tempo.

²² Nomeadamente quando pretendia fazer aumentos de capital (H.E.A.A. 1924) ou quando lançava novos projetos (H.E.A.A., 1953; 1962).

²³ Não consegui localizar o referido filme.

2. A BARRAGEM DA PÓVOA E A HIDROELÉTRICA ALTO ALENTEJO: UM MARCO PARA A REGIÃO

«Ligado à existência da Hidroelétrica Alto Alentejo desde a sua primeira hora, todas as horas de cada dia daquela importante empresa eram horas da sua própria vida, pois uma e outra se tinham de tal modo fundido, que nem ele próprio saberia estabelecer-lhes a separação» (*Revista Alentejana*, 1961).

A Barragem da Póvoa foi o ponto de partida do sistema hidroelétrico construído na Ribeira de Nisa²⁴ — o primeiro sistema integrado construído em Portugal com vista ao aproveitamento completo de um curso de água para produção de eletricidade (Simões 1997: 17; Matos 2005: 285). Para realizar este projecto foi criada a empresa Hidroelétrica Alto Alentejo (HEAA), fundada pelo engenheiro José Custódio Nunes. A obra foi considerada, na altura, uma *obra colossal* (Muralhas, 1933) e teve um grande impacto nas pessoas da região, especialmente na aldeia de Póvoa e Meadas e em Nisa (a barragem é muitas vezes designada como a barragem de Nisa), facto que se nota ainda hoje.

A Barragem da Póvoa, a empresa HEAA e José Custódio Nunes, o seu principal impulsionador, confundem-se, tanto nos textos da época como nas palavras das pessoas com quem falei. Custódio Nunes defendia que o motor de desenvolvimento alentejano devia ser procurado no local, através do aproveitamento dos recursos naturais apoiado nas novas tecnologias, de modo a *trazer o progresso e a civilização para o Alentejo*, melhorando deste modo a vida das pessoas. Assim, para compreender todas as dimensões da barragem temos de nos deter nas ideias do homem que, de certa forma, se fundem com o empreendimento.

O ENGENHEIRO JOSÉ CUSTÓDIO NUNES: EMPREENDEDOR, HUMANISTA E ALENTEJANISTA

A Barragem da Póvoa e a HEAA estão intrinsecamente ligadas a José Custódio Nunes. Embora a obra tenha sido o resultado do esforço de muita gente foi, sem dúvida, o seu carisma que permitiu que o projeto se tornasse realidade. Ilídio Simões (1997) considera mesmo que Nunes foi um dos «pioneiros da eletricidade em Portugal» a par de António Marques da Silva (ligado à criação da Hidroelétrica da Serra da Estrela) e de Ezequiel de Campos²⁵.

José Custódio Nunes nasceu na aldeia de Póvoa e Meadas em junho de 1887, perto do local onde foi construída a Barragem da Póvoa. Era o mais velho de uma família com dez filhos (quatro rapazes e

²⁴ O sistema de Nisa — um sistema hidroelétrico regional — veio a ser formado pela barragem e Central da Póvoa, pela Central da Bruceira, pelo açude do Poio, pela Central da Velada e açude do Rancheiro e pela Central e açude da Foz, já muito próximo do Tejo.

²⁵ Ezequiel de Campos foi investigador e teórico no domínio da hidráulica e um grande impulsionador dos aproveitamentos hidroelétricos como motor de desenvolvimento.

seis raparigas). Os pais eram pessoas modestas, com poucos recursos, sendo o pai um pequeno comerciante da aldeia de Póvoa e Meadas (Mendes, 2008).

Na verdade, o seu nome de batismo era José Godinho Nunes, (Godinho por parte da mãe e Nunes por parte do pai). Porém, o seu primeiro professor tratava-o por *José do Custódio* (Custódio era o primeiro nome do seu pai) e assim ficou, o que prova bem a pouca importância atribuída ao nome da sua ascendência. Passou então a chamar-se oficialmente José Custódio Nunes²⁶. Curiosamente foi o único dos dez filhos do casal que perdeu o Godinho da mãe. Na Póvoa também era conhecido como «o estudante».

Na escola primária revelou uma inteligência viva e um gosto por apreender que levou o professor a aconselhá-lo a prosseguir os estudos. Os pais mandaram-no então para o seminário de Portalegre. Porém, o jovem não se adaptou à vida eclesiástica e acabou por ir estudar para Coimbra. Aí fez o curso na escola dos CTT e depressa atingiu um posto diretivo na organização dos serviços públicos da empresa. Paralelamente fez o curso dos liceus como trabalhador-estudante, inscrevendo-se depois como aluno externo no Instituto Industrial do Porto onde, em 1916, se formou com ótimo aproveitamento. Entretanto, a seu pedido, é colocado como chefe de secção dos CTT em Portalegre, função que interrompe para prestar serviço militar no Regimento de Artilharia de Portalegre, tendo sido depois mobilizado para a Primeira Guerra Mundial. Depois da guerra regressou ao seu lugar nos CTT e resolveu prosseguir os estudos de engenharia, candidatando-se ao *Institut Electrotechnic* de Toulouse em 1918, onde entra diretamente para o segundo ano. Conclui a sua formatura em 1920 no Instituto Eletrotécnico de Bruxelas com 33 anos.

De regresso a Portugal vai trabalhar para Lisboa como engenheiro para a firma Nogueira, Lda. É nessa altura que começa a pensar em como é que poderia contribuir para o desenvolvimento do país. O facto de ter vivido no exterior, onde teve contacto com outras mundivisões, aliado à difícil conjuntura económica e à instabilidade política, contribuíram decisivamente para influenciar o seu pensamento e acicatar o desejo de agir. Estes dois excertos resumem bem a sua visão:

«São os imperativos geográficos, é a própria natureza que condiciona as actividades humanas e assim é que a agricultura e a industria não nascem e não prosperam aqui e ali por simples vontade dos homens mas são determinadas precisamente por aqueles imperativos geográficos: água, o clima, o solo, enfim, um ambiente propício a tais actividades» (Nunes, 1944: 10).

«Tudo confiamos nos outros, seja no vizinho, ou seja no Governo, e quando falham estas ilusões, para não deixar de confiar, confiamos ainda, e com supremo recurso, na Santa Providência, para que ela nos dê por milagre o que nós não soubemos conquistar com a nossa inteligência, com o nosso esforço e com a nossa vontade (...) Se não se mudar esta mentalidade gregária através de uma educação conveniente, não é possível realizar entre nós obras de grande envergadura que não sejam ou construídas pelo Pai Estado, ou por companhias estrangeiras, alheias ao meio deletério em que nós vegetamos esta vida de forçados primários» (Nunes, 1933: 6-7).

²⁶ Como consta do seu Bilhete de Identidade de 1930 ao qual tive acesso.

Como se constata, a visão do mundo de Custódio Nunes era informada pela ideia de que a atividade humana se devia consertar com as condições do ambiente — contexto geográfico e socioeconómico — em prol do desenvolvimento, e de que o Homem não devia procurar a riqueza e a satisfação das suas ambições nem no exterior, nem nos outros, nem no sobrenatural, mas sim em si próprio, na sua capacidade e no seu esforço. E que os resultados deviam ser partilhados pela comunidade local, ou seja, para ele «a sociedade moderna não podia subordinar o seu bem-estar à inércia dos que não compreendem o direito que todos têm à vida» (Nunes, 1944: 5).

Amante e conhecedor da região onde nasceu, cedo percebeu que a Ribeira de Nisa tinha condições ótimas para o aproveitamento hidroelétrico em vários pontos do seu leito, proporcionando a localização ideal para a concretização das suas ideias. Penso que foi o seu entrosamento com o local que lhe permitiu intuir que a Ribeira de Nisa embora à primeira vista parecesse ser *uma ribeira à procura de água* (Brito Camacho 1931), tinha, na verdade, as condições ideais para a edificação de um sistema hidroelétrico inovador para a época²⁷.

A capacidade de trabalho e a determinação que lhe eram reconhecidas, juntamente com a ideia de que o conhecimento era indispensável para o progresso²⁸ e que devia ser colocado ao serviço do bem comum, tornam-no muito mais do que um empresário bem sucedido, «um empreendedor com uma função social» (*Diário de Notícias*, 1927c: 1) que queria melhorar a vida da população da região.

Custódio Nunes revela pois uma dimensão humanista e uma sensibilidade social, qualidades descritas por Fausto Gonçalves (1957) da seguinte maneira:

«Possui um verdadeiro sentido de amizade e praticava a solidariedade humana sem alarde e envolvido na maior modéstia (...) A verdadeira fraternidade humana prevalecia no seu espírito (...) Não procurava criar um abismo intransponível entre irmãos (...) Entendia que a condição social não podia fornecer uma escala para medir o verdadeiro valor do homem e só podiam avaliar-se as ações humanas pelo bom serviço que prestavam à Humanidade (...) queria que o mundo fosse melhor, mais justo [em suma] que o homem não se tornasse lobo do próprio homem» (Gonçalves, 1964).

Custódio Nunes nunca casou nem deixou descendência direta. Consta que em jovem se apaixonou pela filha de um homem muito rico da região, um amor impossível devido à distancia social que os separava.

Custódio Nunes era «um homem cujas preclaras virtudes morais se equilibram com os mais notáveis dotes de espírito, caldeado por uma cultura brilhante e extensa» (em Rafael Calado, 1944). Nunes era um leitor atento, estudioso de história e amante da arte, que valorizava o saber e o trabalho tanto

²⁷ A Ribeira de Nisa nasce na Serra de São Mamede, 800 metros acima do nível do mar, numa zona muito pluviosa e desagua na margem esquerda do Tejo, depois de um percurso de 42 quilómetros. O desregulamento do seu caudal, muito volumoso no inverno e seco no verão, e o declive acentuado do leito, tinham pois as condições ideais para que a água pudesse ser aproveitada produtivamente.

²⁸ Exemplo disso é o prémio lançado por Custódio Nunes atribuído anualmente aos três melhores alunos da escola Industrial e Comercial de Portalegre. O prémio era pecuniário (no valor de vinte cinco, quinze e cinco contos, respetivamente de acordo com um antigo trabalhador da HEAA, com 84 anos, num depoimento recolhido em agosto de 2013) e destinava-se a incentivar o estudo das tecnologias.

quanto o deleite estético. Apreciador de arte clássica — foi mecenas do Museu de Arte Antiga²⁹ — e de cerâmica portuguesa, comprava com frequência quadros e livros que viriam a fazer parte da casa da quinta que edificou perto da barragem, a *Quinta da Bela Vista*. A casa da quinta foi desenhada pelo arquiteto Cassiano Branco, seu amigo, embora a versão edificada seja uma interpretação simplificada (por Custódio Nunes) do projeto inicial.

Passou pela maçonaria, tendo sido iniciado em 28 de junho de 1909 na Loja da Redenção³⁰ com o nome simbólico de *Giordano Bruno* — não deixa de ser significativo que tenha escolhido o nome de um homem com ideias avançadas para o seu tempo que levou a defesa das suas convicções até à últimas consequências —, onde atingiu o grau 4 em abril de 1911. Foi regularizado na loja Montanha de Lisboa em 1921³¹ (Ventura, 2007: 280). Mais tarde acabou por se afastar da maçonaria, não só pelos problemas que esta ligação causava à empresa nas relações com o Governo do Estado Novo (é sabido que o Estado Novo não gostava da maçonaria), mas também porque a disciplina maçónica implicava obrigações que entravam em conflito com os valores de liberdade e de independência que ele tanto prezava. Foi ainda um dos primeiros sócios do Rotary Club de Lisboa³².

A sua divisa era «confiança e trabalho» (Nunes, s.a.: 46). Sobre isso diz ele: «todas as conquistas da ciência, todos os milagres da civilização e do progresso foram realizados por quem tinha confiança em si mesmo» (Nunes, s.a.: 45), pois «não é à sorte que se deve confiar o êxito de qualquer empreendimento mas sim à concepção firme e metódica e depois à confiança no triunfo, à fortaleza de ânimo diante da qual todos os obstáculos se desvanecem» (Nunes, s.a.: 45-6).

Colaborou com várias revistas e jornais onde escreveu regularmente sobre as grandes questões nacionais e sobre o Alentejo, designadamente nos jornais *Terra Mãe*, *A Rabeca*, *O Distrito de Portalegre* e nas revistas *A Alentejana* e *Boletim da Casa do Alentejo*, entre outras. Foi diretor e depois sócio honorário da Associação Industrial Portuguesa (desde 1934) e sócio fundador e presidente da direção da Casa do Alentejo (1932 a 1934 e 1937).

UM EMPREENDEDOR SOCIAL COM «UM AMOR QUASE DEVOCIONAL» PELO ALENTEJO

Custódio Nunes foi um regionalista convicto e um grande defensor do Alentejo, região pela qual sentia «um amor quase devocional», nas suas palavras «uma admiração, um gosto, mesmo uma idolatria» devido «ao carácter afável, acolhedor e ao mesmo tempo altivo da sua população; ao cunho particular da sua paisagem que (...) tem sempre uma grandeza, uma majestade e uma imponência que impressiona as almas contemplativas» (Nunes, 1944: 7-8). E continua elogiando «o Alentejo do presente, todo ele aberto às mais variadas culturas, por uma legião de homens que ora sob um clima duro e agreste, ora sob a inclemência do frio e das geadas que cortam, ora sobre as ardências do sol escaldante, souberam romper as entranhas da terra, transformando a charneca, rasgando-a com o suor das sucessivas gerações (...) o que se traduziu na intensa vida agrícola da grande província e na sua influência decisiva na vida económica do país» (Nunes, 1944: 9-10). Nunes termina afirmando

²⁹ «Amigo do Museu» n.º 3/538.

³⁰ n.º 285 do REAA de Coimbra.

³¹ n.º 214 do REAA.

³² Sócio n.º 63.

que «é um dever sagrado (...) um imperativo de consciência, esforçarmo-nos pelo desenvolvimento da nossa terra e pelo seu futuro» (Nunes, 1944: 15). Em suma, Custódio Nunes, como nos diz Muralhas (1957), *além de alentejano é um grande alentejanista pois coloca o Alentejo sobre todas as coisas*.

No domingo 6 de março de 1931, o Grémio Alentejano fez uma homenagem ao engenheiro Custódio Nunes onde foi enaltecida «a sua inteligência, honorabilidade, faculdades de trabalho e persistência, [classificando-o como] um homem de acção, de vistas largas, de concepção de ideias nobres e elevadas (...) que goza das simpatias gerais (...) e é apontado como um exemplo a seguir» (*Democracia do Sul*, 1933: 1).

Depois da morte de Custódio Nunes, em julho de 1961³³, com 74 anos, a direção da HEAA decidiu erguer um monumento na Barragem da Póvoa para perpetuar a sua memória (H.E.A.A., 2011: 151). O monumento foi Inaugurado em 1965 (no dia em que Custódio Nunes faria 78 anos) numa homenagem em que estiveram presentes personalidades oficiais, membros da direção e do pessoal da HEAA e da direção da Casa do Alentejo (Simões, 1997). O monumento é composto por uma escultura em cimento representando o movimento das turbinas enquadrado por um muro de grandes pedras de granito, numa alusão ao muro da barragem, muro esse onde surge o busto de Custódio Nunes em alto-relevo com a seguinte inscrição: «Homenagem a José Custódio Nunes, engenheiro, 1887-1961. A vida de um segundo. Uma obra na vida do mundo». De facto a barragem é uma obra que marca a terra e faz mundo.

O espaço edificado na barragem para albergar este monumento obrigou à construção de uma pequena península que se debruça como um terraço sobre a albufeira, convidando à sua contemplação (imagem 9). Esta homenagem ao criador da obra foi, curiosamente, a última estrutura significativa construída no espaço da barragem, como se com ela um ciclo se fechasse.

³³ Custódio Nunes foi enterrado no cemitério de Póvoa e Meadas.



Imagem 9 – Terraço sobre a albufeira inaugurado em 1965. A meio podemos ver o muro onde se encontra o busto de Custódio Nunes e, sobre o lado direito, a escultura alusiva ao movimento das turbinas elétricas. Na verdade, estamos perante um memorial erguido em homenagem ao homem — José Custodio Nunes — e à (sua) obra — técnica e paisagística. O enquadramento desta imagem reforça a ideia de que estamos perante um lugar onde a natureza e a edificação humana se associam de um modo perfeito.

As homenagens a Custódio Nunes estendem-se a outros lugares, como por exemplo, a nomeação de duas ruas, uma na Póvoa e Meadas e outra em Nisa, com o nome da Hidroelétrica Alto Alentejo. E, em 2009, foi inaugurada uma placa na casa onde nasceu, na aldeia de Póvoa e Meadas. Está atualmente em discussão a possibilidade de atribuir à Rua Direita (a rua mais importante da Póvoa) o nome do engenheiro.

A DIMENSÃO ÉPICA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

«Conhecíamos os homens das páginas fulgurantes de mestre Rousseau e dos avisos repassados do pessimismo doentio de Schopenhauer, mas não quisemos ouvir essas vozes para escutar apenas as que brotam confiantes no nosso entusiasmo varonil, acicatadas pela fé ardente no triunfo, embora conquistado a golpes de audácia e coragem. Era preciso vencer muito embora no fim tombássemos extenuados, como os gladiadores dos velhos circos romanos» (Nunes, 1944: 38).

Custódio Nunes escreveu muito acerca das questões do seu tempo como, por exemplo, sobre as estratégias que defendia para o desenvolvimento do país, sobre o regionalismo ou sobre as singularidades do Alentejo. Também muito se escreveu acerca dele e da sua obra. Todos estes textos são atravessados por duas características. A primeira assenta numa visão ideal da condição humana e dos valores fundamentais que devem informar a ação humana. E a segunda desenvolve-se através de um estilo de escrita muito dramático que reforça a dimensão épica do acontecimento. Na verdade, a construção da Barragem da Póvoa e a criação da HEAA continua a ser cantada ainda hoje (anexo H), como uma coisa improvável que acabou por acontecer graças às qualidades de uma pessoa, vista na região como um herói³⁴.

À semelhança dos heróis clássicos, Custódio Nunes era «(...) dotado de um carácter de excepcional pureza, espírito vivo e ideias generosas» (*Revista Alentejana*, 1961: 7). Era também conhecido pela sua coragem, força de vontade e determinação, sempre guiado por ideais nobres e altruístas de liberdade, fraternidade, sacrifício, coragem, justiça e moral. Nunes era, pois, o tipo de pessoa que parecia capaz de ultrapassar todos os obstáculos em prole de um objetivo. Por isso, a sua memória se perpetuou até hoje com uma «auréola de glória» (Gonçalves, 1957: 52).

Tanto o estilo da sua prosa como os textos produzidos por outros a seu respeito reforçam a ideia de estarmos perante uma obra excepcional feita por um homem excepcional. Não encontrei nada, nem ninguém, que não concordasse com essa ideia.

Vejamos aqui alguns exemplos do que se escreveu sobre a obra e sobre o homem. Brito Camacho no seu álbum de viagens ao sul de Portugal (1931) mostra a dimensão de improbabilidade e excecionalidade da obra. Diz ele:

«se alguém me tivesse dito, ainda há poucos anos, que represariam as suas águas [da Ribeira de Nisa] em qualquer ponto, fazendo uma albufeira, eu riria do projeto, considerando-o irrealizável. Pois a represa fez-se, e aqui estou eu sentado no paredão que lhe estanca as águas» (Brito Camacho, 1931).

Pedro Muralhas (1933), num artigo escrito para o *Álbum Alentejano* refere-se à obra como um «esforço colossal», «um trabalho de Hércules» em que «só pessoas com muita confiança no seu saber se podiam abalançar a [erguer] uma obra tão gigantesca como esta».

Nunes (s.a.: 38), fala do processo de construção como «uma luta titânica», «um esforço desesperado onde foi preciso lutar contra dificuldades de todas as ordens». Para ele, o êxito do empreendimento deveu-se «à conceção firme e metódica e depois à confiança no triunfo, à fortaleza de ânimo diante da qual todos os obstáculos de desvaneceram» (Nunes, s.a.: 45-6). Apesar das dificuldades, depois de «executado o primeiro escalão» do sistema de Nisa, continuou-se e «não se adormeceu nas delícias de Cápuá, como os soldados de Cartago» (Nunes 1944).

³⁴ Fenómeno idêntico ao que aconteceu com António Marques da Silva na Central da Senhora do Desterro, na Serra da Estrela.

3. A ARQUITETURA FINANCEIRA DA BARRAGEM DA PÓVOA: UMA CONSTRUÇÃO EM COPRODUÇÃO

A HEAA foi criada com capitais privados, exclusivamente nacionais, e maioritariamente da região, facto que veio dar força ao discurso regionalista que a empresa elaborou a partir da sua fundação. É importante salientar que, ao contrário de outros empreendimentos desta natureza, esta iniciativa não tinha por detrás grandes capitalistas. Por exemplo, o dinheiro necessário para os estudos prévios foi conseguido através do patrocínio de duas pessoas conhecidas, Alberto Godinho Nunes (irmão de Custódio Nunes) e Eusébio Delisle (ligado ao setor da eletricidade), que viriam depois a tornar-se sócios da HEAA.

Na altura, o desenvolvimento industrial do Alto Alentejo era muito incipiente e não havia demanda privada, ou seja, nem havia consumidores industriais nem particulares suficientes na região. Por isso, ao contrário do que acontecia nas grandes cidades, a empresa teve de erguer uma vasta rede de distribuição de modo a fazer chegar a eletricidade aos consumidores, tornando o projeto mais dispendioso e mais difícil de concretizar. Os primeiros grandes clientes da eletricidade produzida pela HEAA foram as Câmaras Municipais da região e a metalurgia do Tramagal e, mais tarde, em 1936, a fábrica de cimentos Liz em Leiria. Nesta fase, a escassez de capitais e a dificuldade de envolver o Estado no projeto — as relações da HEAA com o Estado central caracterizaram-se sempre por uma certa ambivalência e uma tensão permanente — dificultou ainda mais a sua concretização e trouxe novos desafios.

Vejamos pois como se deu o processo de fundação da empresa HEAA, tendo em conta os atores envolvidos — acionistas, trabalhadores, técnicos, fornecedores, clientes, Governo central e população local — e as relações entre eles, especialmente as relações (difíceis) com o Estado, tendo como pano de fundo o financiamento do projeto.

OS PRIMEIROS ACIONISTAS

A HEAA foi constituída com 7.500 contos de capital inicial que correspondia ao valor orçamentado para construir o escalão da Póvoa (imagem 10). Contudo, na altura da inauguração da Central da Póvoa apenas 2.000 contos³⁵ desse valor estavam realizados, correspondendo ao montante que foi subscrito por dezasseis acionistas, como mostra o quadro 1. Ou seja, o projeto arrancou sem estar

³⁵ Só em dezembro de 1929 a HEAA aumenta o seu capital de 2.000 para 4.000 contos; dois anos depois, em agosto de 1931, de 4.000 para 8.000 contos; e, em fevereiro de 1938, para 10.000 contos.

garantido o dinheiro necessário para a obra, o que lhe deu contornos singulares e levou a um grande envolvimento das pessoas da região.

OS PRIMEIROS ACIONISTAS, O VALOR DAS QUOTAS E AS LIGAÇÕES

Acionistas e valor das cotas	Ligações
Nogueira Lda (300 contos) e Artur Martins Nogueira (100 contos)	Capital ligado à empresa Nogueira de artigos elétricos sediada em Lisboa. A empresa forneceu os equipamentos para a eletrificação de Nisa. Custódio Nunes trabalhou na empresa. Artur Nogueira fez parte da direção da HEAA desde a fundação até à sua morte.
Joaquim Cordeiro Duarte Ferreira (250 contos)	Ligado à fundição do Tramagal — Metalúrgica Eduardo Duarte Ferreira — empresa que foi o primeiro grande cliente industrial da HEAA.
Henrique Augusto Vieira de Castro (240 contos) e Luís Lopes Vieira de Castro (100 contos)	Família ligada ao sistema bancário em Portalegre.
José Custódio Nunes (200 contos)	Engenheiro eletrotécnico natural da Póvoa e Meadas. Foi o principal impulsionador do empreendimento. Foi membro da direção da HEAA desde a fundação até à sua morte.
João Geirinhas (100 contos)	Engenheiro eletrotécnico, colega de Custódio Nunes. Fez parte da direção da HEAA desde a fundação até à sua morte. Fez parte da direção da Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos integrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ministério da Economia s.a.).
Eduardo Marçal Pimentel Fragoso (150 contos)	Ligado à família Fragoso, grandes proprietários locais, donos de grande parte dos terrenos inundados pela albufeira.
Eusébio Nunes Delisle (100 contos)	Diretor da Companhia Nacional de Viação e Eletricidade integrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Arquivo Distrital de Leiria 2008).
Francisco Xavier Centeio (100 contos)	Engenheiro civil fez parte da Direção Geral dos Serviços Hidráulicos integrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ministério da Economia s.a.).
António Alves da Costa (100 contos)	Juiz e proprietário natural de Nisa.
Mário da Silva Pereira de Albuquerque (100 contos)	Engenheiro civil ligado à Junta Autónoma das Estradas integrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ministério da Economia s.a.).
Eugénio Cândido Maleitas (50 contos)	Não consegui identificar
José Barata de Azevedo (50 contos)	Não consegui identificar
António Casimiro da Costa (50 contos)	Não consegui identificar
Alberto Godinho Nunes (50 contos)	Irmão de Custódio Nunes

Quadro 1 – Mapa resumo com a identificação dos acionistas e das ligações entre eles e o território/atividade.

A direção da HEAA, na época, era composta por Artur Martins Nogueira (ligado à casa Nogueira, empresa de artigos elétricos, o acionista com maior investimento de capital, no total de 400 contos: 100 contos em nome próprio e 300 contos em nome da empresa que geria) e pelos engenheiros João Geirinhas e José Custódio Nunes (dois dos quatro amigos que, uns anos antes, em Lisboa, começaram a imaginar o empreendimento), com participações de 100 e 200 contos respetivamente.

O quadro 1 mostra-nos que o capital inicial é maioritariamente proveniente de pessoas da região (1.000 contos), dos quais 600 contos foram contribuições de pessoas da aldeia da Póvoa. Seguem-se pessoas relacionadas com o setor da energia, particularmente da eletricidade (800 contos). Assim, o capital inicial do empreendimento parece ter tido por detrás pessoas com motivações regionalistas ou com interesses no setor elétrico. É voz corrente, ainda hoje, o esforço que Custódio Nunes teve de fazer por todo o Alentejo em busca de capital para a obra. Acerca disso, diz-nos Fausto Gonçalves: «Houve quem duvidasse do êxito da empresa, mas José Custódio Nunes, sem discursos estudados, com palavras convincentes, cheio de esperança, radioso de beleza moral, fez os seus convidados acreditarem na obra que tinha em projecto. Mais do que isso, fez acreditar que a fundação da HEAA era um objectivo com finalidade patriótica e portanto nacional, que iria beneficiar o Alentejo e contribuir para o seu progresso» (1964: 7).

7

ORÇAMENTO

Base da libra 130\$00

Designação	Artigos	Capítulos	Total
CAPÍTULO I			
Expropriações de terrenos e moinhos	200.000\$00	200.000\$00	
CAPÍTULO II			
Obras hidráulicas e construção civil			
Barragem	1.500.000\$00		
Açude e canal de derivação	400.000\$00		
Conduitas forçadas	320.000\$00		
2 Centrais	100.000\$00	2.320.000\$00	
CAPÍTULO III			
Equipamento mecânico-eléctrico			
2 turbinas de 500 cav. . .	180.000\$00		
2 " " 1.200 cav. . .	300.000\$00		
2 quadros e aparelhagem .	80.000\$00		
4 alternadores	340.000\$00		
2 transformadores e elevadores	200.000\$00	1.100.000\$00	
CAPÍTULO IV			
Linhas de distribuição			
1.ª linha			
Central de Castelo Branco	280.000\$00		
" Portalegre-Crato .	410.000\$00		
Transformadores	400.000\$00		
2.ª linha			
Abrantes	500.000\$00		
Transformadores	120.000\$00	1.710.000\$00	
Concessões, estudo, projecto e organização . . .		2.000.000\$00	
Administração, direcção das obras e imprevistos		170.000\$00	7.500.000\$00

Imagem 10 – Orçamento do escalão da Póvoa (H.E.A.A 1924),

A Barragem da Póvoa começou a ser construída em 1923, antes mesmo de a empresa estar formalmente constituída e muito antes de se ter reunido todo o capital necessário para a obra. Custódio Nunes estava convencido de que com o início das obras os capitais que faltavam surgiriam naturalmente. Contudo, isso não aconteceu. A obra foi andando graças aos empréstimos de particulares, de acionistas e de fornecedoras e com a cumplicidade dos trabalhadores e das pessoas da região. A falta de dinheiro crónica na empresa (e no país) deram contornos particulares a este projeto. Vejamos pois como é que a Barragem da Póvoa se foi erguendo a partir do seu financiamento.

O ENVOLVIMENTO DE PARTICULARES E AMIGOS

Quando a obra arrancou, apenas um quarto das necessidades financeiras estavam garantidas, pelo que o dinheiro começou a faltar logo no início. Nesta altura eram os empréstimos particulares que iam permitindo que as obras não parassem. De acordo com as atas da empresa, em abril de 1926 foi feito um pedido de empréstimo à firma Duarte Ferreira e no mês seguinte «a situação financeira grave leva a um novo pedido de empréstimo» à mesma firma (H.E.A.A., 2011: 3). Em julho de 1926 há uma nova referência nas atas da HEAA às «dificuldades financeiras (...) resolvidas por empréstimos particulares» (H.E.A.A., 2011: 3). Em agosto é feito um empréstimo de trezentos mil escudos junto da CGD. Contudo, em novembro foi necessário recorrer de novo a «empréstimos particulares» (H.E.A.A., 2011: 3).

Mesmo em cima da data da inauguração da barragem, a empresa estava a preparar *uma operação financeira de vulto* para poder continuar as obras. É neste contexto que os ministros foram convidados para a inauguração em 1927. E, na verdade, três meses depois da inauguração o Governo autorizou o primeiro empréstimos via Caixa Nacional de Crédito no valor de 4.000 contos, uma operação integrada na política de fomento da *Ditadura Militar*. Em junho, o ministro das Finanças Sinel Cordes visitou a barragem e, na ocasião, reiterou a intenção de o Governo avalizar um novo empréstimo. Contudo, em abril de 1928 o dinheiro ainda não tinha sido desbloqueado o que levou a direção da HEAA a decidir que «chegando à altura de 22 metros (...) se terminariam os trabalhos da barragem despedindo em seguida todo o pessoal» (H.E.A.A., 2011: 6). Nessa altura as conversações com o Governo são intensificadas. Porém, face ao impasse, em maio de 1928, a direção da empresa colocou pela primeira vez a hipótese de contrair um empréstimo ao estrangeiro (H.E.A.A., 2011: 6). Se isso tivesse acontecido, uma das bandeiras da empresa (o seu nacionalismo) teria caído por terra e provavelmente o destino da obra não seria o mesmo. Mas a empresa acabou por conseguir um empréstimo do Banco *Lisboa Æ Açores* e os trabalhos prosseguiram (H.E.A.A., 2011: 6).

Em abril de 1928, o Governo aprovou um grande empréstimo de 10.000 contos, no âmbito da política de fomento da *Ditadura Militar*, destinado à conclusão das obras da barragem e do resto do sistema de Nisa. Em dezembro de 1928 a Central da Bruceira começou a funcionar. Menos de um ano depois, em setembro 1929, a necessidade de aumentar as reservas de água para satisfazer a

demanda crescente obrigou ao retomar das obras do muro da barragem (H.E.A.A., 2011: 8)³⁶. Mas, poucos meses depois, em maio de 1930, as obras voltam a ser suspensas em virtude do atraso do empréstimo do Estado e volta a ser equacionado o recurso a capitais estrangeiros.

Importa referir que o retorno direto da exploração da barragem era na época muito pequeno já que os consumos de energia elétrica eram muito baixos. Nessa época existiam poucos dispositivos elétricos em casa das pessoas. A eletricidade era procurada principalmente pela indústria e pelas câmaras municipais para a iluminação, ainda incipiente, do espaço público. No caso da HEAA o primeiro cliente municipal foi a Câmara de Nisa «apesar da potência pedida pela câmara ser tão diminuta que não compensava as despesas de exploração» (H.E.A.A., 2011: 3).

AS DIFÍCEIS RELAÇÕES COM O ESTADO

Ezequiel Santos (1930), num artigo intitulado «Valia Regional», chama a atenção para o papel estratégico da HEAA no desenvolvimento do que ele chama o Portugal rural. Nas suas palavras, «nenhum outro empreendimento do país tinha tanto valor como o iniciado pela HEAA (...) pois a eletricidade proveniente das centrais (...) podia e devia ser o mais poderoso factor da reforma agrícola do Alentejo e do Ribatejo, ao mesmo tempo que havia de favorecer a economia industrial da Estremadura e do Alentejo» (Santos, 1930: 2). Ezequiel Santos recomendou ao Governo que «habilitasse a hidro-eléctrica a realizar o mais depressa possível a sua incontestável ação benéfica para o trabalho do centro e sul do país (...) uma vez que o empreendimento era absolutamente necessário e oportuno também para a reforma da mentalidade do centro e sul do país» (Santos 1930: 3,4) através de «um empréstimo imediato pelo Estado do dinheiro necessário para se prosseguir com a obra» (Santos, 1930: 3-4).

Apesar de, no discurso, o Estado ser favorável ao empreendimento, na prática não desbloqueava o dinheiro necessário para esse fim. Em virtude disso, os primeiros anos da década de trinta são caracterizados por uma luta de palavras entre a HEAA e os governantes. Por exemplo, Custódio Nunes (s.a.), num artigo da revista *Terra-Mãe* faz um crítica ao país e aos seus dirigentes. Para ele, Portugal é um «país consagrado pela rotina e pela cretinice (...) onde os empreendimentos deste género, apesar de tão reclamados como factor de desenvolvimento, nunca receberam o amparo benéfico do Estado» (Nunes, s.a.: 39). Num outro artigo, Nunes é ainda mais vigoroso, e afirma que «o país não pode passar eternamente a vida a dedilhar o fado choradinho das desditas nacionais» (Nunes, s.a.: 46). Aos portugueses crítica a falta de confiança em si mesmos. Para Nunes «é por confiar tudo nos outros e nada em nós, por esperar indefinidamente a vinda de um messias salvador por entre as brumas matinais de uma manhã nevoenta, que o país chegou a “esta apagada e vil tristeza” em que se debate e na qual se vai dissolvendo a sua personalidade de povo ousado e forte» (s.a.: 46).

³⁶ A eletricidade foi chegando aos poucos a toda a região. Castelo de Vide foi a segunda localidade a ter luz elétrica. Em setembro de 1927 é que se estabelece o primeiro contrato com uma firma (Firma Repenicado e Bengala, Lda. de Castelo de Vide). Em 1931 as linhas chegam a Portalegre e ao Crato e em 1933 a Castelo Branco. À Póvoa e Meadas chega em 1932, apesar de o consumo não justificar.

Mais tarde, num outro artigo (1936), Nunes fala da escassez de recursos energéticos, como o carvão, óleos e petróleos, defendendo os aproveitamentos hidroelétricos como uma alternativa sustentável para a produção de energia. Termina acusando o Estado Português de nunca ter pensado nisso a sério (Nunes, 1936: 1) e coloca em evidência o problema da eletrificação do interior pouco povoado. Diz mesmo que «o Alentejo está em péssimas condições para ser eletrificado» pelas enormes distâncias que separam as povoações e acusa o Estado Português e os alentejanos de nada fazerem para mudar a situação. «A apatia do Estado neste ponto corresponde à apatia fatalista do nosso povo, num deixar correr lânguido que é cómodo mas criminoso» (Nunes 1936, 8). No entanto, as relações com o Estado, melhor ou pior, foram-se mantendo, como nos revela uma placa da Central da Bruceira inaugurada em junho de 1938. A lápide foi descerrada numa homenagem ao falecido general Sinel Cordes e ao tenente Carvalho Teixeira, como agradecimento ao apoio prestado à empresa enquanto ministros das Finanças e do Comércio.

Em setembro de 1931 são concluídas finalmente as obras da barragem chegando o muro aos vinte e cinco metros e meio. Nessa altura, Custódio Nunes dirigiu uma carta ao Ministério das Finanças dando conta da conclusão da Barragem da Póvoa bem como do início do fornecimento de eletricidade a Portalegre³⁷ (Nunes, 1931). Cerca de um mês depois, a 7 de outubro de 1931, provavelmente como resultado da referida carta e da influência de Ezequiel Santos, Salazar visita as obras da barragem. Esta visita, envolta numa auréola de mistério ficou, no entanto, registada no *Livro de Visitantes* da HEAA que ele assinou (H.E.A.A., 1927), e parece ter sido crucial para desbloquear o empréstimo da Caixa Nacional de Crédito, embora na prática o dinheiro só tenha chegado dois anos depois, em fevereiro de 1934. Por isso, em outubro 1931, mais uma vez a falta de dinheiro levou ao despedimento de uma parte do pessoal que trabalhava no escalão da Velada (H.E.A.A., 2011).

Só em março 1937 é que a HEAA dá como terminadas as obras do aproveitamento da Ribeira de Nisa. A empresa entra em exploração normal numa altura em que o aumento do consumo na rede, incrementado pelo fornecimento de energia à empresa de cimentos de Leiria, proporciona finalmente «o desenvolvimento progressista da (...) sociedade»³⁸ (H.E.A.A., 2011: 22).

No início dos anos quarenta o aumento de preço das matérias primas, em consequência da Grande Guerra juntamente com um período de seca (entre 1942 e 1944)³⁹ e com o aumento do consumo levaram a HEAA a pôr em marcha novos projetos. Assim, em 1944 deu-se início às obras para a construção da barragem da Pracana no Rio Ocreza e, em 1946, da Barragem de Belver, o primeiro aproveitamento hidroelétrico construído no Rio Tejo⁴⁰.

O ENVOLVIMENTO DOS TRABALHADORES E DOS PEQUENOS COMERCIANTES LOCAIS

No início da construção da barragem as dificuldades financeiras levaram a HEAA a pagar aos trabalhadores com ações da empresa. Por exemplo, em março de 1926 *o guarda livros* e *o caixa* da

³⁷ Portalegre começa a receber eletricidade às 24 horas de 12 de setembro de 1931.

³⁸ Na verdade, a quarta e última central do sistema, a Central da Foz, só será concluída em maio de 1939, pouco antes da segunda Guerra Mundial (a construção começou em agosto de 1937). Esta central será submergida poucos anos depois quando da construção da Barragem de Belver.

³⁹ Esta seca obriga à utilização de um gerador de energia a diesel para compensar a falta de água.

⁴⁰ Começam a funcionar em 1950 e 1951 respetivamente.

HEAA são contratos pelos salários de 600 escudos e 500 escudos respetivamente, sendo uma parte, 400 escudos, pagos em dinheiro e o restante em ações da empresa (H.E.A.A., 2011). A maioria dos funcionários da HEAA, na altura da construção, era acionista da empresa, já que quando o dinheiro faltava, o salário (ou parte dele) era pago em ações⁴¹. Houve mesmo períodos em que as pessoas se iam abastecer às mercearias e aos talhos da Póvoa com as ações da empresa. Os comerciantes aceitavam as ações como pagamento acreditando que mais tarde iam ser ressarcidos do dinheiro⁴², numa espécie de economia paralela baseada na confiança e no acreditar do sucesso da obra.

Os pequenos comerciantes locais contribuíram assim, direta ou indiretamente, para o financiamento da barragem. Por exemplo, o comerciante José Barreiros permitia que os empregados da Central comprassem *a rolo* (fiado) sempre que a empresa adia pagamentos. Um merceiro da Póvoa estabeleceu mesmo um acordo com o engenheiro Custódio Nunes aceitando fornecer mercearias aos trabalhadores da barragem em troca de ações. Um outro comerciante, chamado José Miranda Filipe, adquiriu um grande número de ações para ajudar a obra⁴³. Em resumo, num movimento inédito, pequenos comerciantes e trabalhadores locais surgem a par com os proprietários e capitalistas, partilhando de certa forma a responsabilidade de realizar a obra. Este facto torna, sem dúvida, este projeto singular. Talvez por isso exista, ainda hoje, tanto da parte dos antigos trabalhadores como da generalidade da população da Póvoa, um sentimento de pertença ao projeto, de tal forma que o sentem como seu.

O ENVOLVIMENTO DO SÓCIOS FUNDADORES E DOS FORNECEDORES

O envolvimento dos sócios fundadores não se restringia apenas ao capital investido. A título de exemplo, grande parte dos terrenos da barragem eram de Eduardo Fragoso, terrenos esses que foram cedidos em troca de ações da empresa. No caso de Duarte Ferreira, da metalurgia do Tramagal, para além de ser acionista, fez vários empréstimos à HEAA na altura da construção. É claro que para a empresa metalúrgica era fundamental ter acesso à energia produzida pela HEAA para o desenvolvimento do seu negócio, logo havia um interesse direto.

Outro facto curioso são os anúncios publicados nos jornais na data da inauguração da barragem que ligam duas das empresas fornecedoras ao surgimento da barragem: os cimentos Liz e a empresa Thomson Houston⁴⁴ (anexo E).

⁴¹ De acordo com o relato de um dos antigos trabalhadores da HEAA na Bruceira, que entrevistei.

⁴² De acordo com um testemunho de um dos participantes das *Memórias da Barragem*.

⁴³ De acordo com o relato de um dos antigos trabalhadores da HEAA que entrevistei, da Póvoa.

⁴⁴ Os cimentos Liz em Leiria foram usados na construção da barragem e, mais tarde, a empresa vem a ser cliente da HEAA. A empresa Thomson Houston foi a fornecedora do material elétrico usado na Central.



Imagem 11 – Publicidade publicada na altura da inauguração em que se revela a ligação dos fornecedores ao projeto de construção da barragem, neste caso a empresa de Cimentos Liz.

Os três jornais nacionais que fizeram a cobertura das festas de inauguração foram: *O Século*, *o Diário de Notícias* e *a Voz*. Nas edições de dia 26 de fevereiro de 1927 saíram três anúncios, um em cada um dos diários (dois deles na primeira página e um na segunda página), que publicitavam a ligação dos *cimento Liz* à construção da barragem. O anúncio dizia:

«A Hidro Electrica Alto Alentejo preferiu os cimentos *Liz* para a construção da barragem e obras hidráulicas da Ribeira de Nisa, agora inaugurada» (*A Voz*, 1927: 1; *Diário de Notícias*, 1927: 1; *O Século*, 1927: 2) como se pode ver na imagem 11.

No dia seguinte, 27 de fevereiro 1927, surgiu na primeira página do jornal *A Voz* um anúncio do mesmo tipo, também colocado em lugar de destaque sobre o lado direito da primeira página, ao nível do título do jornal, que dizia:

«O material elétrico empregue na Central da Hydro Elecrica do Alto Alentejo que acaba de inaugurar, foi na sua totalidade construído por Cie Française THOMSON HOUSTON, representantes - Sociedade Ibérica de Construções Ibéricas Elétricas, Lda. Praça dos Restauradores, 78-1º Dtº. (*A Voz*, 1927: 1).

Este tipo de ações publicitárias era uma forma de tornar pública uma relação de parceria, isto é, pretendia transmitir a ideia de que as entidades estavam comprometidas num mesmo objetivo,

retirando daí o que de bom (e de mau) viesse a acontecer, o que significava que, de algum modo, partilhavam responsabilidades mas também partilhavam os eventuais sucessos.

Na verdade tratava-se de uma ação de comunicação publicitária que comprometia duas entidades com interesses comuns, mas que ia para além disso. Por exemplo, a empresa *Thomson Houston* anunciava a aplicação de produtos de uma tecnologia ainda relativamente desconhecida num empreendimento concreto. A marca cimentos Liz associava a qualidade do cimento à robustez do paredão da barragem.

A parceria dos cimentos de Leiria com a HEAA terá tido ainda um outra faceta menos visível como nos revelam as atas da HEAA. Em março 1926 a empresa aumentou os preços do cimento (H.E.A.A., 2011: 2), o que fez a HEAA interromper a obra. Contudo, pouco depois da inauguração as empresas terão chegado a um acordo, pois a empresa de Leiria continuou a fornecer o cimento para a obra. Reciprocamente, em setembro de 1929, iniciam-se as negociações para o fornecimento de energia à cimenteira (H.E.A.A., 2011: 8) e em março 1931 é assinado o contrato.



Imagem 12 – Anúncios de publicidade da Hidroelétrica Alto Alentejo e da firma Nogueira, Lda. na revista *Terra Mãe* (s.a.), números 5 e 6.

Um outro exemplo de associação entre empresas encontra-se patente na publicação de duas páginas de publicidade inseridas na revista *Terra-Mãe* (s.a.: volume 5 e 6) no princípio da década de trinta (imagem 12). O anúncio da HEAA surge ao lado do da casa Nogueira⁴⁵, firma que cedeu

⁴⁵ A firma Nogueira, Lda. é simultaneamente acionista da HEAA e fornecedora de material elétrico às câmaras.

graciosamente à HEAA durante três anos o imóvel onde funcionou a sede da empresa, num primeiro andar no número 135 da Rua dos Douradores em Lisboa⁴⁶.

Em suma, a Barragem da Póvoa não teria sido construída sem a cumplicidade de empresas mas também das pessoas, dos trabalhadores e dos comerciantes locais. E parece que isso ficou de algum modo impresso na obra que é lembrada ainda hoje por todos, com orgulho, como algo de seu.

⁴⁶ Em janeiro de 1929 passa para a sede definitiva na Rua dos Douradores, 150, 1º Dto. Em novembro de 1938 a sede passa para a Rua da Prata, 185, 1º andar. Em novembro de 1952 passa para a Avenida Duque de Loulé, 110 Lisboa.

PARTE II
A VIDA DA BARRAGEM
DO LUGAR À PAISAGEM

4. A ECOLOGIA DO LUGAR



Imagem 13 – Imagem da paisagem da região perto da Barragem da Póvoa (2013).

O TERRITÓRIO

A Barragem da Póvoa foi construída no leito da Ribeira de Nisa, perto da aldeia de Póvoa e Meadas, concelho de Castelo de Vide, no Alto Alentejo.

A Ribeira de Nisa nasce na Serra de São Mamede⁴⁷ (junto a uma povoação também chamada Ribeira de Nisa ou Monte Carvalho) 950 metros acima do nível do mar e desagua na margem esquerda do Tejo, perto de Nisa, a jusante das *Portas do Ródão*. Tem uma extensão total de sessenta quilómetros (Oliveira, 2004) e atravessa três concelhos: os concelhos de Portalegre, de Castelo de Vide e de Nisa⁴⁸. O seu regime torrencial, com grandes variações de caudal, volumoso no inverno e quase nulo nos meses de agosto e setembro, é acentuado por desnivelamentos muito pronunciados. A Barragem da Póvoa veio, pois, regularizar o caudal da ribeira, permitindo conter as cheias do inverno e evitar a estiagem do verão, de modo a que houvesse sempre um caudal mínimo para produzir energia (H.E.A.A., 1924).

Na zona onde se situa a barragem predominam as rochas graníticas que condicionam as formas de relevo da paisagem, nomeadamente através de muitos blocos pedunculados e *caos de blocos*, grandes aglomerados de blocos de pedras que na região chamam *canchos*. Na zona da barragem aflora o granito de Nisa (Ferreira, 2000).

A Barragem da Póvoa foi erguida trinta e sete quilómetros a montante da confluência da Ribeira de Nisa com o Rio Tejo, num ponto intermédio entre Castelo de Vide, Póvoa e Meada e Nisa⁴⁹.

Administrativamente a barragem faz parte do concelho de Castelo de Vide, distrito de Portalegre e está sob a jurisdição das freguesias de São João Batista e de São Tiago Maior⁵⁰. Aliás, é o leito da Ribeira de Nisa que divide estas freguesias, ficando a primeira com as terras para oeste e a segunda com as terras para este. Esta divisão manteve-se após a construção da barragem, muito embora a linha divisória seja agora uma linha imaginária no meio da albufeira. Curiosamente, apesar de dar nome à barragem, a freguesia de Nossa Senhora de Póvoa e Meadas⁵¹ não tem jurisdição sobre ela. Mas são os povoenses, mais do que quaisquer outros, que a sentem como sua.

A localidade mais perto da barragem é a aldeia de Póvoa e Meadas. É uma pequena aldeia do concelho de Castelo de Vide que em 1933 tinha 1.607 habitantes — *780 varões e 827 fêmeas* (Fidalgo, 1933: 3). Atualmente tem apenas 606 habitantes o que espelha bem o movimento de desertificação que tem ocorrido na região.

⁴⁷ A Serra de São Mamede é uma elevação portuguesa, com 1025 metros de altitude, situada no Alto Alentejo, distrito de Portalegre. Parte da serra é considerada área protegida, sob o nome de Parque Natural da Serra de São Mamede, uma área de aproximada 55.524 ha distribuídos por quatro concelhos do distrito de Portalegre: Castelo de Vide, Marvão, Arronches e Portalegre.

⁴⁸ A Ribeira de Nisa tem dois afluentes, a Ribeira do Cógulo e a Ribeira do Carvalho (Salgueiral).

⁴⁹ A 15 quilómetros a noroeste de Castelo de Vide, 5 quilómetros para sudoeste da aldeia da Póvoa e Meada e a 14 quilómetros de Nisa.

⁵⁰ Castelo de Vide tem quatro freguesias: São João Batista, São Tiago Maior, Santa Maria da Devesa e Nossa Senhora de Póvoa e Meadas.

⁵¹ A freguesia de Nossa Senhora de Póvoa e Meadas corresponde, na prática, à aldeia da Póvoa e terrenos envolventes.

Na altura da construção da barragem as principais atividades económicas da região estavam ligadas à agricultura e à criação de gado. Cultivava-se o trigo, o centeio, o linho e fazia-se criação de vacas, cabras e porcos (Ralo, 1995). As principais atividades industriais eram a produção de azeite, a salsicharia e a moagem de cereais, primeiro nas azenhas e depois da construção da barragem em pequenas unidades movidas a energia elétrica.

Daniel Ferreira Fidalgo afirma, num artigo publicado no jornal *O Castelovidense* em 1933 intitulado «Póvoa e Meadas», que a Póvoa era uma terra próspera, rica, com muito trabalho. Já nessa altura tinha iluminação, fontanários, lavadouros públicos e esgotos. As duas escolas públicas eram insuficientes para servir as duzentas crianças da aldeia (em 2013 a aldeia de Póvoa e Meadas tinha apenas cinco crianças em idade de frequentar o ensino básico).

A Póvoa era «socialmente desenvolvida» tendo, por exemplo, «uma sociedade filarmónica e uma associação mutualista de trabalhadores rurais que a troco de uma quota mensal fornecia aos seus associados assistência médica e farmacêutica, reforma na velhice e na doença, e uma cantina que vendia os bens essenciais a preços módicos». (Fidalgo, 1933: 3).

O ESPAÇO ANTES DA BARRAGEM

No local da barragem existem vários vestígios arqueológicos de épocas passadas. Encontram-se vestígios da cultura megalítica, como as *antas dos Currais do Galhordas e da Tapada*, vestígios romanos, visigóticos e medievais, *safurdões* e moinhos antigos, testemunhos de uma ocupação humana continuada de há, pelo menos, sete mil anos para cá (Rosa 1997).

De acordo com Jorge Rosa (1997), na altura da ocupação romana a zona da Póvoa foi dividida em três vilas: a *Vila dos Mosteiros*, a *Vila das Meadas* (ambas já estudadas) e a «Vila da Barragem» (ainda por estudar). Os vestígios da «Vila da Barragem», compostos por vestígios de casas e de um lagar de azeite (Rosa, 1997: 34), terão sido submersos pela albufeira da barragem⁵². A qualidade da decoração das pedras encontradas indicia que o lugar foi habitado por pessoas com alguma importância. Curiosamente, não há nenhum registo da época da construção que refira a existência de vestígios arqueológicos na zona da barragem, o que diz alguma coisa sobre a pouca importância atribuída à história na altura.

Também perto da Barragem da Póvoa existem vestígios de uma barragem romana, mais concretamente na zona da *Vila das Meadas*, conhecida como represa da *Tapada Grande*. Esta barragem, de dimensões consideráveis⁵³, represava as águas de um ribeiro afluente da *Ribeira da Vide*, e destinava-se ao regadio agrícola e à criação de gado.

A barragem também é rica em monumentos funerários. À sua volta existem três necrópoles com sepulturas do tipo crista⁵⁴. A maior, conhecida como *Azinhaga da Boa Morte*, é composta por sete

⁵² Foi um antigo trabalhador da HEAA, arqueólogo amador, que me chamou a atenção para a possibilidade da sua existência, existência essa que Jorge Rosa anotou no seu livro *Póvoa e Meadas, um olhar sobre a sua história* (1997).

⁵³ A barragem era constituída por um muro de pedra, cal e tijolo com 76 metros de comprimento, 1,6 metros altura e 25 centímetros de espessura (Quintela et al em Rosa, 1997: 32).

⁵⁴ Cova de terra retangular escorada por lajes.

sepulturas dispostas lado a lado e situa-se na margem esquerda da albufeira próxima do paredão. Na altura do esvaziamento da albufeira foram encontradas mais duas necrópoles submersas⁵⁵ perto do muro da barragem (Rosa, 1997). Existem ainda, em redor da albufeira, um grande número de sepulturas antropomórficas da época medieval.

Estes vestígios nas margens da Ribeira de Nisa apontam para a ocupação humana desde tempos remotos, particularmente na zona da barragem. Como se o espaço (o desenho do espaço) convidasse à fixação humana mesmo antes da barragem existir, revelando uma relação de *affordance* (Gibson em Ingold, 2011) entre a Geografia e o Homem. Ou seja, a ideia de que os objetos e os ambientes carregam «informação ecológica», logo a sua forma propicia o uso que deles fazemos num determinado ambiente.

Esta ideia pode estender-se ao surgimento da Barragem da Póvoa, erguida perto de uma barragem romana (a represa da Tapada Grande), como se este espaço tivesse implícitas «as instruções» para o uso que dele foi feito. O espaço da barragem parece pois ser propício para a ocupação humana, tendo a aparecimento da barragem apenas colocado isso em evidência.

OS MOINHOS: A ÁGUA COMO FONTE DE ENERGIA

«Entre rochedos, por onde outrora corria uma pequenina ribeira que, serpenteando pelos vales ia movendo as velhas azenhas, levanta-se agora uma gigantesca barragem, que suporta uma imensa lagoa» (Cardoso, 1936: 5).

Antes da construção da barragem a água da Ribeira de Nisa já fazia mover as azenhas como comprovam os vestígios encontrados ao longo das suas margens⁵⁶ (Ribeiro, 1993). A zona à volta da ribeira era também um terreno de caça conhecido como *Tapada da Ribeira de Nisa*, tapada essa que foi inundado após a construção da barragem (Ralo, 1995: 73).

Mais concretamente, junto à barragem existem vestígios de três moinhos, dois situados na zona seca da barragem adjacente à Central e um na zona alta perto do muro. O mais antigo, situado na zona seca da barragem, é uma azenha a «fio de água»⁵⁷, construído em pedra sobre o leito da ribeira (ainda é visível o sistema que fazia mover as mós). Perto deste, encontra-se um moinho mais recente, o moinho do *ti Guilherme* (nome do seu antigo moleiro). Nas imediações existe um *safurdão* de planta quadrada usado pelo *ti Guilherme* para guardar gado. O terceiro, conhecido como o *moinho do Joaquim da Cruz*, localiza-se sobre o lado esquerdo do muro, perto da crista da barragem. Este moinho foi construído pela HEAA para substituir o outro do mesmo dono que foi inundado pela

⁵⁵ Uma das necrópoles situa-se em frente da já referida no texto mas do outro lado do muro. A outra encontra-se aproximadamente a cem metros do muro da barragem.

⁵⁶ A força motriz das águas era também aproveitada pelos lagares, encontrando-se vestígios nas margens de algumas ribeiras. Contudo, na Ribeira de Nisa não há referência a nenhum.

⁵⁷ Expressão usada por um antigo trabalhador da barragem e que remete para a tecnologia da construção das barragens.

albufeira. Neste caso, como noutros, a HEAA fez novos moinhos para os moleiros que quiseram manter o seu ofício e, ao que consta, a eletricidade passou a ser gratuita⁵⁸.

Os moinhos eram importantes locais de encontro e de partilha, onde as pessoas iam com frequência, pois parte da jorna dos trabalhadores do campo era paga em cereal. Isso obrigava as famílias a deslocarem-se aos moinhos, normalmente uma vez por semana, para transformar o cereal em farinha (o moleiro ficava com uma parte do cereal como forma de pagamento). O pão era feito em casa e cozido em forno próprio ou no forno comunitário da aldeia.

Os moinhos, até essa altura, situavam-se junto das margens da ribeira, uma vez que usavam a água como força motriz. Com a construção da barragem passaram a usar eletricidade, pelo que muitos deles se mudaram para a povoação. Os ribeiros deixaram de ser o lugar dos moleiros e a fonte de energia dos moinhos, e estes foram deslocalizados já que a eletricidade permitia que trabalhassem durante todo o ano, deixando de estar à mercê dos elementos.

Seguindo o leito da Ribeira de Nisa, por baixo do Poio, na *ladeira do Roma*, existem vestígios de um moinho que usava um sistema de retro-alimentação que servia para alimentar esse e outro moinho em cotas diferentes⁵⁹, um exemplo de aproveitamento engenhoso da orografia que já seguia os mesmos princípios que vieram a ser usados no aproveitamento hidroelétrico da Ribeira de Nisa.

O SISTEMA DE NISA: UMA CONSTRUÇÃO EM CASCATA

«Para construir foram necessários prodígios da técnica, um quase milagre de tenacidade, e esforço»
(*Novidades*, 1936).

Para ter uma noção mais exata da construção da Barragem da Póvoa é preciso lançar um olhar mais amplo e ter em atenção a construção do sistema de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira de Nisa⁶⁰, uma vez que a barragem foi pensada como parte desse sistema.

O sistema de Nisa é composto por uma barragem que sustenta uma albufeira (a Barragem da Póvoa), três açudes (o açude do Poio, o açude do Rancheiro e o açude da Foz) e quatro centrais elétricas (a Central da Póvoa, a Central da Bruceira, a Central da Velada e a Central da Foz). O sistema é caracterizado por uma *construção em cascata* que aproveita o declive natural do terreno para conduzir as águas.

⁵⁸ Informação dada por um antigo trabalhador da barragem.

⁵⁹ Relato de um antigo trabalhador da HEAA que começou a inventariar os moinhos da Ribeira de Nisa, tarefa que no entanto não concluiu por lhe parecer demasiado extensa em virtude da quantidade de moinhos existentes.

⁶⁰ O sistema de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira de Nisa fica entre a estrada distrital nº 166 (que vai de Alpalhão a Castelo de Vide) e a foz do Tejo atravessando três concelhos e terminando já fora da Serra de São Mamede. O sistema foi construído em dois escalões: o escalão da Póvoa que vai até à ponte da Bruceira (na estrada entre Nisa e Montalvão) e o escalão da Bruceira, que vai desde a ponte da Bruceira até ao Rio Tejo.

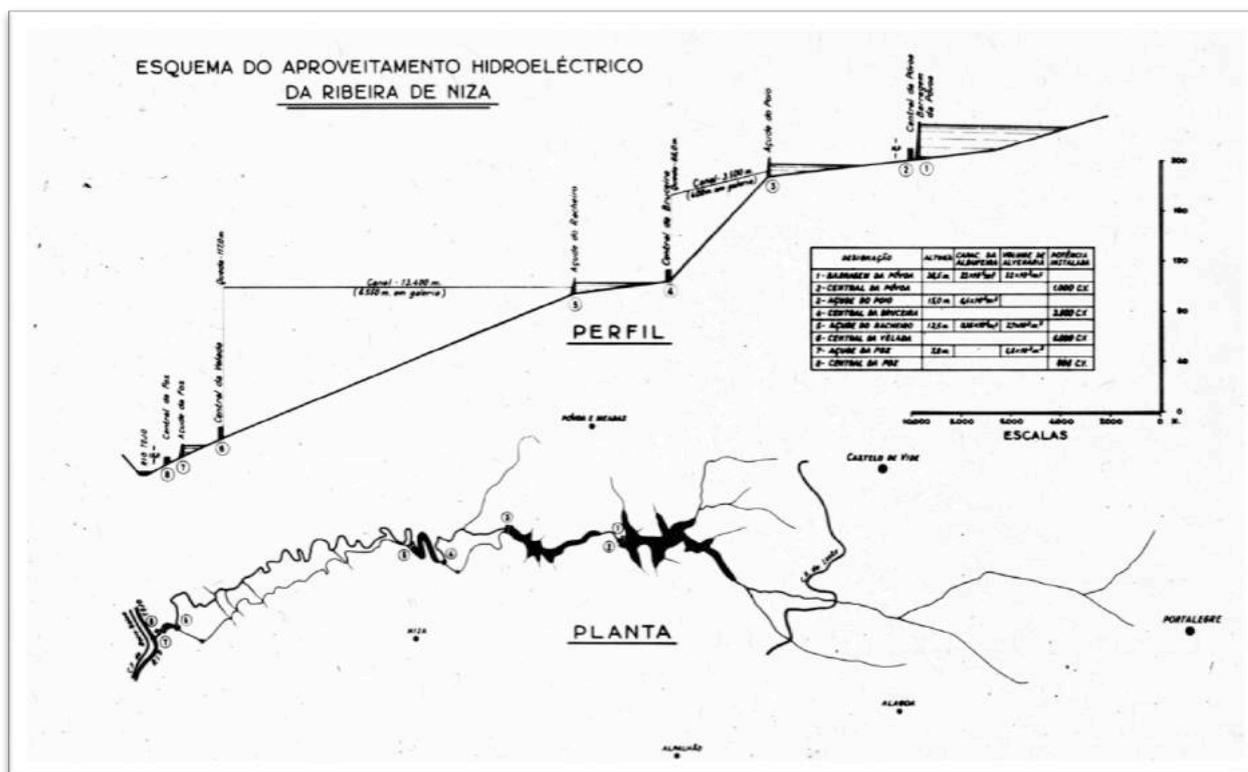


Imagem 14 – Esquema do aproveitamento hidroelétrico da Ribeira de Nisa

Nesta época, apesar de a engenharia estar em grande expansão, havia ainda muitos condicionalismos técnicos na arte da construção de barragens. Este facto obrigava a que a construção fosse feita num maior entrosamento com a geografia. Tudo tinha de ser tido em conta, a orologia, a geologia, a hidrografia, a meteorologia, etc⁶¹. Nos termos de Gibson, era preciso observar a «informação ecológica» do ambiente. A *construção em cascata* do sistema de Nisa é um exemplo disso mesmo (imagem 14). Talvez por isso, ao contrário de outras barragens que se impõe na paisagem, como se quisessem afirmar o domínio do ser humano sobre a natureza, quando observamos o enquadramento da Barragem da Póvoa sentimos que existe um entrosamento da construção com o ambiente que resulta numa imagem de grande harmonia. Na paisagem da barragem a estrutura surge, a meu ver, como se lá tivesse estado sempre.

As obras de construção do sistema de Nisa iniciaram-se com a Barragem da Póvoa em 1923 (Rodrigues 1947) e foram concluídas em 1939 com a entrada em funcionamento da Central da Foz⁶². No entanto, a maior parte dos trabalhos concentrou-se num período de dez anos, entre 1925 e 1935, período no qual entraram em funcionamento três das quatro centrais: a Central da Póvoa

⁶¹ Note-se que não se constrói uma barragem onde se quer mas onde se pode.

⁶² A Barragem da Póvoa demorou oito anos até ficar totalmente concluída. A Central da Bruceira começou a laborar em 1928 mas só seis anos depois é que as obras terminaram. O primeiro passo para a construção da Velada foi dado em abril de 1931, com a abertura dos acesso ao local, mas só foi concluída em julho de 1935, isto é, foram precisos quatro anos para chegar ao fim. Só depois disso se iniciaram as obras da Central da Foz, inaugurada em 1939, concluindo-se, por fim, o sistema de Nisa.

(1926/1927), a Central da Bruceira (1928) e a Central da Velada (1935). Durante quinze anos, com avanços e paragens, houve sempre trabalhos a decorrer, muitas vezes em vários lugares ao mesmo tempo. Ainda assim, para a época, tendo em conta a dimensão da obra, podemos concluir que esta se fez com bastante rapidez. Com a construção do sistema de Nisa, o espaço ganhou um conjunto de novos lugares (novas referências), sendo a Barragem da Póvoa, sem dúvida, o mais relevante.

A Barragem da Póvoa é, pois, a estrutura a partir da qual todo o sistema se desenvolve. Foi nesse espaço que ocorreram as maiores mudanças, especialmente com o surgimento da albufeira e do grande muro. Curiosamente, este é o único lugar de todo o sistema que ainda hoje permanece vivo e, num certo sentido, continua a ser um centro de produção importante para a região, agora mais na área do lazer e da cultura do que na produção de energia elétrica⁶³. É certo que as centrais da Bruceira e da Velada ainda produzem eletricidade mas tudo em seu redor se encontra ao abandono (imagem 15). A Central da Foz deixou de funcionar nos anos setenta do século passado quando foi submersa pelas águas do Tejo, como consequência da construção da Central da Pracana. A questão que se levanta é o que fazer com estes lugares e com os edifícios que se encontram em ruínas. E para esta questão parece ainda não haver uma resposta nem grande vontade de pensar no assunto.



Imagem 15 – Antiga casa dos trabalhadores na Central da Bruceira, agora ao abandono.

⁶³ Embora a Central ainda funcione, a energia que produz é muito pouco significativa para as necessidades atuais.

ARQUITETURA E ENGENHARIA DA BARRAGEM DA PÓVOA

A Barragem da Póvoa tem o *coroamento* trezentos e treze metros acima do nível do mar. A sua planta traçada em arco tem duzentos e cinquenta metros de raio e cento e sessenta e oito metros de comprimento em linha reta (H.E.A.A., 1924). O muro principal está vinte e oito metros e meio acima do terreno natural e tem quase quatro metro de fundações. O muro tem dois metros e trinta de espessura na «crista» e vinte cinco metros e trinta na base (anexo G). A albufeira que surgiu com a barragem tem capacidade ou, como se dizia na época, faz um «reservatório de energia» de 22.000x1.000m³ de água .

Na construção foram instalados no muro da barragem «*descarregadores de cheias*» que, quando eram abertos, «faziam tanto barulho que se ouvia na Póvoa»⁶⁴. Autónomo em relação ao muro da barragem havia um «*descarregador de emergência*» que era fechado no inverno para «*segurar as águas*», ou, segundo a expressão de um antigo trabalhador da barragem, «*para guardar a água*». Este descarregador só era aberto em caso de emergência quando chovia muito.

Existe ainda um «*descarregador de fundo*» que atravessa o corpo principal da barragem, no «*talvegue*», e que ainda se encontra em funcionamento. Este descarregador tem uma forma circular e é equipado a jusante com uma válvula dispersora que proporciona um efeito especial quando a água passa por ele, um jato oco a que as pessoas da região chamam «*o leque*». Ainda hoje, quando chove muito, se vai visitar a barragem só para ver «*o leque*». Por sorte, a primeira vez que visitei a barragem pude assistir a esse espetáculo.

O muro da barragem foi essencialmente construído com pedra de granito aplicada no núcleo do muro principal (pontualmente surge também noutros corpos da barragem) e alvenaria argamassada, usada nos muros de paramentos e nos corpos a montante e a jusante (Oliveira, 2004). O granito tinha a resistência necessária para uma obra desta grandeza e embora seja raro na maior parte do Alentejo existe abundantemente na zona da barragem, o que mostra mais uma vez a congruência da barragem com a paisagem.

O MURO DA BARRAGEM, «ESSE MOLE COLOSSAL»⁶⁵

As pessoas da Póvoa, principalmente as mais velhas, referem-se muitas vezes à barragem como *muro*. Na literatura da época também era usada a palavra *paredão*. Uma e outra remetem para o método de construção mais parecido com a maneira de fazer um muro ou uma parede. Dá a ideia de que a estrutura não era apreendida como uma interrupção mas antes com uma linha de separação (imagem 16). Ou seja, a barragem não desligava as partes, apenas lhes imprimia uma outra forma. A palavra barragem é, na verdade, usada pelas pessoas para se referirem a um todo — uma paisagem — e não apenas ao muro/paredão.

⁶⁴ De acordo com o depoimento de um antigo trabalhador da barragem, morador da Póvoa. Estes descarregadores já não funcionam.

⁶⁵ Expressão empregue por um jornalista na altura da inauguração da barragem (Figueiredo, 1927: 1).

O muro da barragem, «esse mole colossal», não foi erguido todo de só uma vez. A primeira fase da construção terminou no final do ano de 1926, com o muro a atingir 14 metros de altura. Em 30 de dezembro de 1926, *perante o contentamento e admiração geral, fechou-se pela primeira vez a comporta de fundo da barragem* (Ralo, 1995). *A 16 de janeiro de 1927 a conduta foi posta em carga pela primeira vez* (Ralo 1995) fazendo as turbinas trabalhar. E em fevereiro a barragem foi inaugurada oficialmente. Porém, só três anos mais tarde, quando a procura de eletricidade começou a exceder a oferta e se reuniram as condições financeiras, é que a construção do muro foi retomada, atingindo os vinte e quatro metros em fevereiro de 1930 e vinte cinco metro e noventa em maio. Em 1931, oito anos depois do início das obras, a HEAA dava por concluída a construção do muro da barragem, que atingiu finalmente os vinte e oito metros e meio. A partir dessa data a barragem encontrava-se finalmente em condições de alimentar todas as centrais do sistema de Nisa.



Imagem 16 – Ao fundo o grande muro. Do lado esquerdo é possível ver o edifício da Central Elétrica.

O PATRIMÓNIO EDIFICADO E A VIDA NA BARRAGEM

O sistema hidroelétrico de Nisa compreendia um conjunto vasto de edificações muito diferentes, a maioria delas eram construções técnicas, mas também estruturas de lazer e casas de habitação destinadas às famílias dos trabalhadores das centrais, um conjunto de novas referências no espaço que vão muito para além da valência industrial do empreendimento.

Das construções técnicas faziam parte a grande barragem (da Póvoa), os açudes, os edifícios das «centrais elétricas», as «estações» e as «subestações», mais de uma dezena de quilómetros de «canais a céu aberto», o que obrigou a fazer inúmeros túneis e pontes pelo caminho, as «condutas forçadas», as «câmaras de carga», os «canais de derivação» junto às centrais e os armazéns de apoio à atividade hidroelétrica. Foram ainda abertas estradas de acesso aos locais e caminhos para a eletricidade, isto é, linhas de distribuição que permitiam ligar as centrais aos centros de consumo⁶⁶.



Imagem 17 – Vista da Central da Póvoa e da conduta forçada a partir do paredão em 1927. Ao longe, as três casas dos trabalhadores da Central.

Paralelamente foram erguidas casas para alojar os trabalhadores permanentes e as suas famílias, casas essas que formavam «pequenos povoados»⁶⁷ compostos por quatro ou cinco famílias. No caso do açude do Poio existia apenas uma casa na qual vivia em permanência a família do «guarda

⁶⁶ Do primeiro escalão saíam linhas para Nisa, Castelo de Vide, Castelo Branco, Portalegre e para Abrantes, onde quase metade da produção se destinava às fábricas do Tramagal. Mais tarde, da Central da Velada, foi construída uma linha direta à fábrica de cimento Liz de Leiria. As linhas de transporte eram inicialmente feitas com condutores de cobre apoiados em postes de madeira colocados junto às estradas ou vias de fácil acesso. Em zonas mais remotas, onde a manutenção era mais difícil, os postes eram de cimento.

⁶⁷ Expressão empregue por um morador da Póvoa, antigo trabalhador da HEAA.

açude» que tinha como tarefa abrir as comportas quando era preciso «*largar a água*» para as centrais ou fechá-las para «*guardar a água*» quando não era necessário produzir eletricidade.

O facto de os locais serem muito isolados, alguns de difícil acesso, e dos períodos de trabalho serem muito extensos (trabalhava-se por turnos quase todos os dias) obrigava a que os trabalhadores vivessem nas imediações, pois as centrais não funcionavam sem a mão humana, ao contrário do que acontece hoje, em que a maioria é comandada remotamente. A proximidade das pessoas era, pois, indispensável para manter o sistema a funcionar em segurança.



Imagem 18 – Na imagem é possível ver a conduita forçada, o edifício da Central da Velada (do lado esquerdo) e as casas dos trabalhadores (do lado direito). Esta era a Central mais remota. «Fica nas profundezas de uma vale que chega a parecer que vamos fazer uma viagem ao centro da terra. Nunca mais para a descida tortuosa e estreita para aquele abismo» (Cardoso, 1936: 5).



Imagem 19 – Pormenor da vida dos trabalhadores na Central da Velada.

Na Central da Póvoa foram erguidas cinco habitações⁶⁸. Três pequenas casas geminadas, perto do edifício da Central (imagem 17), que se destinavam aos operadores da Central (compostas por dois quartos e uma *cozinha de lume*) ficando as casas de banho no exterior. Cada família tinha a sua horta junto das casas. Uma outra casa, também geminada, situada mais acima perto do muro da barragem, destinava-se ao encarregado ou chefe da Central e a outra família, normalmente a do empregado mais antigo. A terceira casa, conhecida como «casa dos engenheiros» ou «casa da direção», a única com dois andares, situava-se mais acima, no início do caminho que desce para a Central. Destinava-se a receber os técnicos e engenheiros que vinham de fora ou outros convidados da direção. Era a mais luxuosa. Estava mobilada com cuidado e tinha loiças da *Vista Alegre* (imagem 20).

O programa de arquitetura traduz a hierarquia social da época: em baixo, perto da Central, as casas dos trabalhadores, um pouco acima, à entrada da barragem, a casa do encarregado e, por fim, na zona com melhor vista, a casa dos engenheiros.

Durante o Festival Andanças, o espaço da Barragem da Póvoa foi ocupado totalmente pelo festival, bem como estas edificações que, depois de recuperadas, serviram para apoiar a organização. Não deixa de ser curioso que as casas dos trabalhadores da Central tenham sido escolhidas para acolher os músicos e seus instrumentos (podemos dizer os grandes obreiros do Andanças) e as casas do

⁶⁸ Durante a construção da Barragem da Póvoa foram erguidas uma série de casas provisórias para dar apoio às obras e para alojar os trabalhadores e que mais tarde foram desmanteladas.

encarregado e dos engenheiros tenham servido para acolher a organização e direção do festival. Como se a arquitetura do espaço tivesse inscrito o uso que cada edificação deveria ter, inscrição essa que parece ter sido apreendida pelos organizadores do Andanças.



Imagem 20 – A *casa dos engenheiros* na Barragem da Póvoa em 1927. Situada ao cimo da colina era a única com dois andares. Esta casa foi destruída por um incêndio e depois reconstruída com algumas alterações. Ou seja, ao contrário das outras edificações que se mantêm quase inalteradas, esta casa tem hoje um aspeto um pouco diferente do apresentado na imagem.

As outras centrais do sistema de Nisa incluíam também «pequenos povoados». Por exemplo, a Central da Bruceira tinha três casas para os trabalhadores ao nível da estrada e uma mais acima onde habitava o encarregado da Central (imagem 21). Na Velada, o local mais remoto, foi construído um conjunto de casas com um pequeno pátio no meio (imagem 18 e 19). Numa das imagens pode ver-se uma mulher a estender a roupa. Também na Foz existem vestígios de uma casa de apoio. Estas casas eram cedidas aos trabalhadores enquanto estivessem ao serviço da empresa. Na altura, grande parte dos trabalhadores vivia em casas muito pobres, sem água nem eletricidade, pelo que este direito era percebido como algo de muito valor. Aliás, não só não pagavam renda como tinham água e eletricidade sem custos.

A HEAA era conhecida por não pagar grandes salários, mas em contrapartida cultivava uma proximidade muito grande com os trabalhadores a quem dava algumas regalias, como, por exemplo,

as casas ou a atribuição de subsídios aos filhos dos empregados que frequentavam a escola (H.E.A.A., 2011: 29).

As pessoas que viviam na Barragem da Póvoa eram frequentemente visitadas por familiares e amigos. Uma das pessoas que entrevistei relatou-me que tinha o costume de passar o Natal na barragem, em casa do irmão que trabalhava na Central. As duas filhas do irmão nasceram na barragem e lá foram criadas.

Em torno da Barragem da Póvoa existiam muitas construções precárias, uma espécie de barracas, onde durante a semana viviam os trabalhadores da empresa que não tinham direito a casa. Estes trabalhadores, apesar de virem das imediações, eram obrigados a dormir durante a semana perto da barragem em virtude dos transportes serem escassos e dos períodos de trabalho muito extensos.

É importante salientar que, na época, estes lugares eram muito isolados, situando-se longe dos centros urbanos. Aliás, durante muito tempo o único contacto regular que os habitantes da barragem tinham com o exterior era feito através de um estafeta que ia e vinha todos os dias a pé ou de burro. Trazia o correio, as encomendas, os jornais e as novidades. Os estafetas chegavam de manhã, passavam lá o dia e regressavam à noite com uma lista do que os habitantes da barragem precisavam para a sua vida.

António Maria Polido foi estafeta da Central da Velada. Nas suas memórias conta que «andava 24 quilómetros por dia [que correspondia a] 17.500 passos para lá e para cá. Em 30 dias [somavam] 5 milhões e cem mil [passos]» Até aos trinta anos, de acordo com as suas contas tinha andado «61 milhões e 200 mil passos» a caminho da Velada (1998).

Como me disse um antigo trabalhador da barragem⁶⁹:

«Viver na barragem era bastante duro. Era necessário um processo de adaptação. A *telefonía* era a única distração. Mais tarde chegou a televisão, mas não se apanhava bem o sinal. A vida era serviço, casa, serviço, casa. As mulheres limpavam as habitações, faziam a comida, lavavam a roupa, tratavam das galinhas e de um bocadinho de horta. Fazia-se uma vida sozinho. Era uma prisão. Muitos preferiam trabalhar no campo».

O trabalho na Central era muito solitário, especialmente à noite, quando os operadores trabalhavam sozinhos. Mais tarde, depois do 25 de Abril, os trabalhadores da Póvoa passaram a morar na barragem apenas temporariamente, regressando à povoação sempre que tinham folgas. A partir dessa data as casas começaram a ser usadas pelas famílias dos funcionários para férias e, por vezes, eram mesmo emprestadas a colegas da empresa para o mesmo fim.⁷⁰

OS «CENTROS DE TRABALHO»

Em frente da Central da Bruceira foi construído, em 1931, um edifício para albergar as oficinas de manutenção, o maior *Centro de Trabalho* da HEAA. Na verdade, a HEAA era conhecida pelos

⁶⁹ De acordo com o depoimento de um antigo operador de Central que viveu com a família na Pracana e na Póvoa entre o final dos anos sessenta e o princípio dos anos setenta.

⁷⁰ De acordo com o depoimento de um antigo operador de Central que trabalhou na Póvoa a partir do final dos anos sessenta.

excelentes *Centros de Trabalho* que funcionavam como centros de formação para os futuros eletricitistas, serralheiros, guarda-fios, etc., e onde se realizavam diversas atividades de apoio à exploração hidroelétrica. Estes centros eram conhecidos por serem lugares onde se cultivava a liberdade de reunião e de expressão, apesar da ditadura vigente. As relações da HEAA com o Estado Novo caracterizavam-se por uma certa ambivalência. Consta, por exemplo, que a empresa não suspendia os trabalhadores presos pela ditadura, continuando mesmo a pagar-lhes o salário durante esse período.



Imagem 21 – Central da Bruceira. Em primeiro plano o edifício da oficina, o *Centro de Trabalho* e o edifício da Central. Ao fundo, do lado direito, as casas dos trabalhadores da Central e mais acima, do lado esquerdo, a casa do encarregado.

OS JARDINEIROS DA BARRAGEM

Na Barragem da Póvoa, nos anos sessenta, o quadro dos trabalhadores permanentes era constituído por um encarregado, quatro operadores da Central que trabalhavam por turnos e dois jardineiros. Nos anos setenta o número de jardineiros subiu para quatro, tal a dimensão do jardim e dos pomares em redor da Central. Na Bruceira trabalhavam também dois jardineiros. A função principal dos jardineiros era cuidar do espaço exterior, nomeadamente das árvores e do jardim. Colhiam a tília e a azeitona que eram depois distribuídas pelos trabalhadores da empresa. Cuidavam do viveiro das hortênsias e das camélias. Tinham também a função de «guardar as águas», isto é, de monitorizar o nível da albufeira, a cota da água. Fazia parte desta tarefa consultar regularmente a escala do nível das

águas, situada no meio do muro, de modo a dar a informação aos operadores da barragem que não conseguiam ter contacto visual com a albufeira a partir do seu posto de trabalho. Auxiliavam também o trabalho da Central quando era necessário. Quando havia problemas o operador da Central acendia uma luz no exterior, que funcionava como um sinal para chamar os jardineiros. Nas traseiras da Central havia um pequeno edifício com três divisões para dar apoio às tarefas do jardim e dos pomares. Era a «casa dos jardineiros». Era lá que se guardavam as azeitonas e as folhas de tília. Nos dias mais frios os jardineiros acendiam aí uma fogueira para se aquecerem e nas alturas mais complicadas, em que a água era muita, por vezes dormiam lá para poderem apoiar os trabalhos da descarga da barragem.

A CONSTRUÇÃO PAISAGÍSTICA: OS JARDINS, OS LAGOS E OS POMARES À VOLTA DA BARRAGEM

«... a Hidro cuidou e alindou o espaço, ainda apreciável, fronteiro ao muro e envolvente da Central e das moradias, através da plantação de árvores e arbustos ornamentais. Os eucaliptos, as amendoeiras, as tílias, as acácias, as robínias, etc., bem como os renques de hortênsias, roseiras, cameleiras, etc., transformaram o meio ambiente num autêntico «oásis», acolhedor, aprazível, repousante» (Ralo, 1995: 76).

O interior dos edifícios das centrais eram descritos como lugares de grande ordem, mantidos sempre limpos. Todos os dias o local era varrido e arrumado⁷¹. «*O pessoal era atento e disciplinado, o asseio absoluto, irrepreensível*» (Cardoso, 1936: 5). Esta ordem, porém, ultrapassava as paredes da Central. Todo o espaço em redor era arranjado com esmero e apuro estético. As casas dos trabalhadores, os pomares, os olivais e os jardins, onde sobressaiam as hortênsias e as camélias, eram geometricamente desenhados e mantidos limpos e arranjados pelos jardineiros contratados apenas para esse fim.

Os antigos trabalhadores da barragem, bem como os habitantes mais antigos da região, referem com muito orgulho a ordem e o arranjo paisagístico da Barragem da Póvoa, tal como das zonas envolventes das outras centrais do sistema de Nisa.

Na Póvoa, a HEAA «plantou doze árvores de cada uma das espécie mais conhecida e aclimatáveis naquelas encostas (...) e cem tílias, para que nelas pudessem alimentar-se as abelhas das suas colmeias» (Cardoso, 1936: 5). Na Central da Bruceira o edifício da Central surge integrado numa plantação recente de pomar e de horta (imagem 22). Há referências à abundância e qualidade das ameixas (seriam mais de cinquenta árvores de abrunhos e ameixas amarelas⁷²) e aos excelentes figos. Na Central da Velada foi plantado um laranjal que ainda hoje existe.

⁷¹ De acordo com o relato de um antigo trabalhador da HEAA, esta era uma das tarefas cumpridas escrupulosamente pelos trabalhadores das Centrais.

⁷² De acordo com um antigo trabalhador das oficinas da Bruceira.



Imagem 22 – Arranjo paisagístico na Bruceira, onde o edifício da Central surge integrado numa plantação recente de pomar e de horta. Há referências, por exemplo, à qualidade das ameixas e aos excelentes figos. À direita vemos uma estrada ladeada de árvores que fazia a ligação entre a estrada nacional e a Central.

A criação e manutenção paisagística em torno da barragem (e das centrais) tinha, a meu ver, dois objetivos. O de mostrar que com a construção de barragens era possível uma mudança na paisagem agrícola alentejana, do sequeiro (pouco produtivo) para uma agricultura de regadio muito mais produtiva (ideia que tanto Custódio Nunes como Ezequiel Santos defendiam). Os pomares e as hortas eram uma espécie de amostra visual das possibilidades dessa nova paisagem. Tinha também subjacente a ideia de criar um lugar que pudesse ser fruído pelas pessoas nos tempos livres, ou seja, a barragem como pólo de atração da vida social local e de turistas vindos de fora. A paisagem da barragem encena-se assim como espaço de produção de eletricidade e de agricultura e, simultaneamente, como espaço de fruição e de lazer, apto a receber visitantes e turistas.

Foi na Barragem da Póvoa que esta dimensão estética teve maior expressão. Um pouco acima da Central foi construído um lago em cascata, que ainda hoje existe — uma espécie de mimetização do sistema de Nisa —, cheio de peixes vermelhos, rodeado por zonas ajardinadas (imagem 40). Foram plantadas árvores e flores. As árvores vieram todas do Porto. Havia árvores de diversas espécies como o carvalho francês, o carvalho americano, as rubíneas e as amieiras. Destacavam-se as

hortênsias e as camélias *da cor do vinho*. Havia mesmo um viveiro de hortênsias que fornecia as autarquias vizinhas. Ainda hoje, em Castelo de Vide, é possível ver a exuberância das hortênsias, quem sabe, uma reminiscência desse viveiro.

Este jardim só era possível de manter graças a um engenhoso sistema de rega — composto por «condutas forçadas» em miniatura e um sistema de comportas que se abria e fechava (manualmente) à medida das necessidades — que em tudo faz lembrar o sistema da barragem, inclusivamente pelo facto de usar a gravidade para conduzir as águas (anexo I).

A barragem estava cheia de placas com a inscrição «proibido colher flores» de maneira a preservar a ordem e a beleza dos jardins. Os jardineiros eram os únicos autorizados a colher flores, embora, ao que consta, nunca negassem flores a ninguém.

Diante das escadas, junto ao muro da barragem, havia ainda um espaço muito bem arranjado com o *emblema* da empresa em buxo, composto pelas quatro iniciais: o «H» e o «E» por cima e os dois «A» por baixo. Hoje não existem vestígios desta instalação que terá sido retirada, provavelmente quando a empresa foi nacionalizada⁷³. Contudo existe um antigo marco (no caminho que liga a Velada à Foz) com o logótipo da empresa, num arranjo gráfico idêntico à descrição que me foi feita (imagem 23). Curiosamente, se fosse hoje, a empresa teria só três iniciais uma vez que a grafia da palavra Hidroelétrica se alterou: primeiro escrevia-se *Hidro Elétrica* depois *Hidro-Elétrica* até chegar à grafia atual que junta definitivamente a água com a eletricidade na palavra *Hidroelétrica*.

Foram construídas ainda algumas estruturas de apoio aos visitantes, como mesas de pedra para refeições e piqueniques e, mais tarde, casas de banho públicas e uma cozinha comunitária.

⁷³ Em 1976 a HEAA passa a integrar a EDP, formada com vista à integração das empresas elétricas nacionalizadas depois do 25 de Abril.



Imagem 23 – Marco com o logotipo da HEAA (Hidro-eléctrica Alto Alentejo) localizado na estrada que liga a estação da Velada à estação da Foz. Curiosamente este é o único vestígio que encontrei com o logótipo da HEAA, logótipo esse que me foi descrito com entusiasmo e pormenor por antigos trabalhadores da empresa, nomeadamente a versão em sebe de buxo que existia na zona ajardinada da Barragem da Póvoa.

O MURO DAS ABELHAS

Quando se visita a zona da Central da Bruceira, a segunda Central do sistema de Nisa, descobrimos que as antigas casas dos funcionários foram ocupadas pelas abelhas (ver imagem 24). Toda a zona se transformou num bairro de colmeias. As antigas casas em ruínas, agora ocupadas pela vegetação, servem de enquadramento aos novos habitantes. São uma espécie de «muro apiário». Porém, a vocação da barragem como lugar de produção de mel parece ser mais antiga.

A Barragem da Póvoa teve, em tempos, um *muro de abelhas* (muro apiário) que era, aliás, uma das atrações para os visitantes, especialmente para as crianças⁷⁴. *Muro das abelhas* é a designação dada aos antigos muros de pedra na zona da Serra de São Mamede e envolvente.⁷⁵ Tratava-se de uma construção em forma quadrada ou redonda que constituía um recinto fechado com o objetivo de albergar e proteger os cortiços das abelhas dos ataques de animais selvagens. Na Póvoa produzia-se

⁷⁴ O muro das abelhas foi-me relatado por duas das pessoas que entrevistei.

⁷⁵ Noutras zonas do país eram construídos em taipa.

muito mel de boa qualidade tendo, no passado, existido cinco muros e grupos de colmeias dispersos por pequenos socalcos (Ralo, 1995).

Durante o trabalho de campo, em 2013, uma das ofertas que me fizeram foi um excelente pote de mel. Embora o muro das abelhas já não exista na barragem, o mel continua a ser produzido na Póvoa como pude comprovar.



Imagem 24 – As colmeias na Central da Bruceira são atualmente os únicos habitantes das antigas casas dos trabalhadores (2013).

QUINTA DA BELA VISTA, UM PARAÍSO DO SÉCULO XX

No princípio dos anos quarenta, Custódio Nunes construiu a *Quinta da Bela Vista* perto da barragem, para poder seguir a obra de perto e receber visitas ilustres. A quinta foi uma criação de Custódio Nunes, «uma invenção sua (...) apenas ajudada condescendentemente pela natureza» (Rodrigues, 1947: 4).

A *Quinta da Bela Vista* estende-se por uma colina estéril, toda aflorada pelo granito dos enormes *canchos*, entre a barragem e a aldeia, e é composta por uma grande casa, «um palacete encantador

de gosto e de comodidade (...) cercado por um horto e um jardim, que bem pode dizer-se das delicias, porque não há flor nem fruto de linda cor, de bom aroma e de fino paladar que ali não se crie — ali onde não havia terra, nem húmus, nem humidade!» (Rodrigues, 1947: 4).

Um «novo paraíso foi criado à saída da Póvoa. Um paraíso do século XX, onde há telefonia, caloríficos e frigoríficos, onde, como nos castelos ingleses, se janta de *smoking*, se joga o *bridge* e se fala de desporto, de literatura e de arte nas horas de repouso dos cálculos e dos trabalhos de campo» (Rodrigues, 1947: 4).

Hoje, a quinta, propriedade de uma sobrinha de Custódio Nunes, é um lugar dedicado ao turismo rural. A dimensão estética da barragem, aqui replicada num ambiente mais privado, acaba pois por cumprir o papel de lugar turístico que Custódio Nunes quis imprimir à paisagem da barragem quando a concebeu.

A palavra paraíso, aqui empregue para qualificar a *Quinta da Bela Vista*, é usada amiúde para descrever a paisagem da barragem. Também a palavra oásis surge nos textos da época bem como da boca das pessoas. E, de facto, o impacto que tem na árida paisagem alentejana é equivalente ao efeito de um oásis no meio do deserto. A beleza da paisagem, que parece manter-se ao longo dos tempos, faz com que ainda hoje o lugar da barragem seja apelidado como o «postal do Alentejo».

A imagem da barragem, ou a paisagem, é pois a dimensão mais permanente do lugar. A paisagem da barragem é o meio pelo qual a imagem (da barragem) como fenómeno se exprime e produz sensível.

5. A BARRAGEM E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DA REGIÃO

TRABALHOS E TRABALHADORES

A construção da barragem foi um marco importante para Póvoa e Meadas e para a região, tendo contribuído para o seu desenvolvimento social e para a divulgação da aldeia (Ralo, 1995). Um dos aspetos mais relevantes para o desenvolvimento socioeconómico da região foi o emprego criado, particularmente na aldeia de Póvoa e Meadas e em Nisa mas também por toda a região.

Precisamos, porém, de distinguir dois tipos de trabalhos que decorreram em paralelo, de natureza e temporalidade diferentes: os trabalhos ligados às obras de construção (construção da barragem, dos edifícios, das condutas) e os trabalhos ligados à produção de eletricidade (nas centrais elétricas e à sua volta). As centrais empregavam trabalhadores permanentes vindos das proximidades, muitos deles de Póvoa e Meadas e de Nisa. Já os trabalhadores das obras eram recrutados também em localidades mais distantes. Os relatos dizem-nos que a maioria se deslocava a pé. Em virtude disso, os que se encontravam mais longe de casa dormiam em barracas provisórias construídas ao pé da barragem e traziam comida para seis dias, designadamente pão, toucinho e outros produtos curados, pois só iam a casa uma vez por semana.



Imagem 25 – Grande plano da vagoneta que servia para transportar matérias de um lado para o outro. Veem-se ainda trabalhadores da obra e, a julgar pela indumentária, à esquerda, um engenheiro a observar os trabalhos.

Nas obras havia trabalhadores especializados, designadamente pedreiros e carpinteiros (os homens dos ofícios). No entanto, a maioria dos trabalhadores da construção era recrutado entre os camponeses que, devido à sazonalidade das tarefas agrícolas, estavam muitas vezes sem trabalho. As fotos dos trabalhos revelam-nos sinais disso mesmo, através da roupa que os homens usavam, muito próxima da indumentária dos *lavradores*, composta por calção de saragoça e polainas de burel e, sob a jaqueta, o colete de pano verde terra, assertoado com botões de metal amarelo (Gordo, 2004 [1954]). Usavam ainda uma faixa à cintura e chapéu. Através das imagens a preto e branco não conseguimos saber de que cor era o colete nem se tinha botões dourados, mas conseguimos detetar o aprumo que João Gordo reconhece aos camponeses do Alto Alentejo (imagem 26). Distintamente os trabalhadores ligados à Central tinham já um farda, composta por fato-macaco ou bata, mais própria do mundo industrial.



Imagem 26 – Imagem de homens construindo uma conduta forçada. Nesta imagem é possível ver a indumentária usada pelo trabalhadores da construção, em tudo semelhante à que usavam para o trabalho no campo. Sobre o lado direito podemos ver uma *aguadeira*, a única mulher que surge nas imagens da construção.

No período mais intenso das obras estiveram envolvidos mais de duzentos trabalhadores. A mão-de-obra disponível nem sempre era suficiente, já que os trabalhos concorriam tanto com as tarefas do campo como com outros imponderáveis. A título de exemplo, em agosto de 1926, existem registos de falta de «pedreiros e carpinteiros para a obra (...) devido às febres na região» (H.E.A.A., 2011: 3). A falta de dinheiro para pagar salários também obrigou a que as obras parassem muitas vezes, como ficou registado nas atas da HEAA em abril de 1928, quando «todo o pessoal das obras teve que ser despedido» (H.E.A.A., 2011: 6). A esta paragem outras se seguiram pelos mesmos motivos.



Imagem 27 – Imagem de homens construindo uma «conduta forçada» que servia para conduzir a água entre as centrais. É possível ver uma *padiola*, um importante instrumento de trabalho, que permitia transportar grandes pesos numa altura em que quase tudo era feito à mão.

No início, as obras concentravam-se na zona da barragem, sendo o maior desafio a construção do muro/paredão. Rapidamente essas dificuldades se estenderam à construção das «condutas forçadas», muitas delas a «céu aberto» (anexo I). No total foram construídos quase vinte quilómetros de canais por terrenos inóspitos de caminhos nunca antes percorridos (imagem 28). Os materiais de construção chegavam em vagonetes conduzidas sobre carris ou, quando isso não era possível, em burros. Os carris eram montados e desmontados à medida que a conduta ia avançando. Havia ainda a ajuda da «*padiola*» usada para transportar manualmente pedras e outros elementos pesados (imagem 27).



Imagem 28 – A dificuldade da obra, construída num terreno inóspito que em muitos casos não conhecia mão humana, está bem patente nestas imagens. Um conjunto de homens trabalham na instalação das condutas forçadas. Ao fundo, alguns burros mostram a forma como os materiais chegavam a estes lugares.

Durante anos a fio, muitas dezenas de homens desbravaram os difíceis acessos à Ribeira de Nisa *apenas à pá e picareta* a fim de abrir os túneis e as condutas necessárias para conduzir as águas. Surpreendentemente surgem também barcos no meio da montanha, usados para transportar materiais e pessoas para as zonas mais remotas. Navegavam nas «*condutas a céu aberto*», conquistando caminho à medida que estas iam sendo inundadas (imagem 29).

Na verdade, os barcos já tinham sido importantes na construção da barragem como meio para atravessar a albufeira (imagem 38). Importa salientar que antes da construção da barragem não existiam barcos nesta zona já que a ribeira tinha um caudal tão pequeno e incerto que não permitia a sua navegação. Assim sendo, foi a construção da barragem que trouxe os barcos para esta zona. A verdade é que por aqui ficaram. Os barcos de trabalho deram lugar aos barcos de recreio, primeiro a remos (imagem 35) e, mais recentemente, a pedais, as chamadas gaivotas, que agora fazem parte das atividades de lazer.



Imagem 29 – Imagem de um barco dentro de uma conduta forçada, um novo um caminho que se abre por entre as montanhas. Do lado direito é possível ver um homem a trabalhar. O barco terá servido, provavelmente, para o trazer até aqui.

Nesta época, a construção deste tipo de sistema era um enorme desafio, uma verdadeira aventura. Para se ter uma ideia, o canal que conduzia a água do açude do Rancheiro até à Central da Velada tinha catorze quilómetros. Nesse percurso foi necessário construir pontes e aquedutos e perfurar dezanove túneis. E, no término, antes de chegar à Central, foi preciso montar uma conduta de aço com uma queda de cento e dezassete metros (*Novidade*, 1936) descrita assim por Cardoso (1936: 5):

«A água despenha-se de uma altura de 117 metros, para onde foi enganada e seduzida pelo engenheiro Custódio Nunes, que depois de a fazer passar por um túnel de sete quilómetros aberto a dinamite através daquelas montanhas de granito, a abandona finalmente àquela altura que lhe causa vertigens».

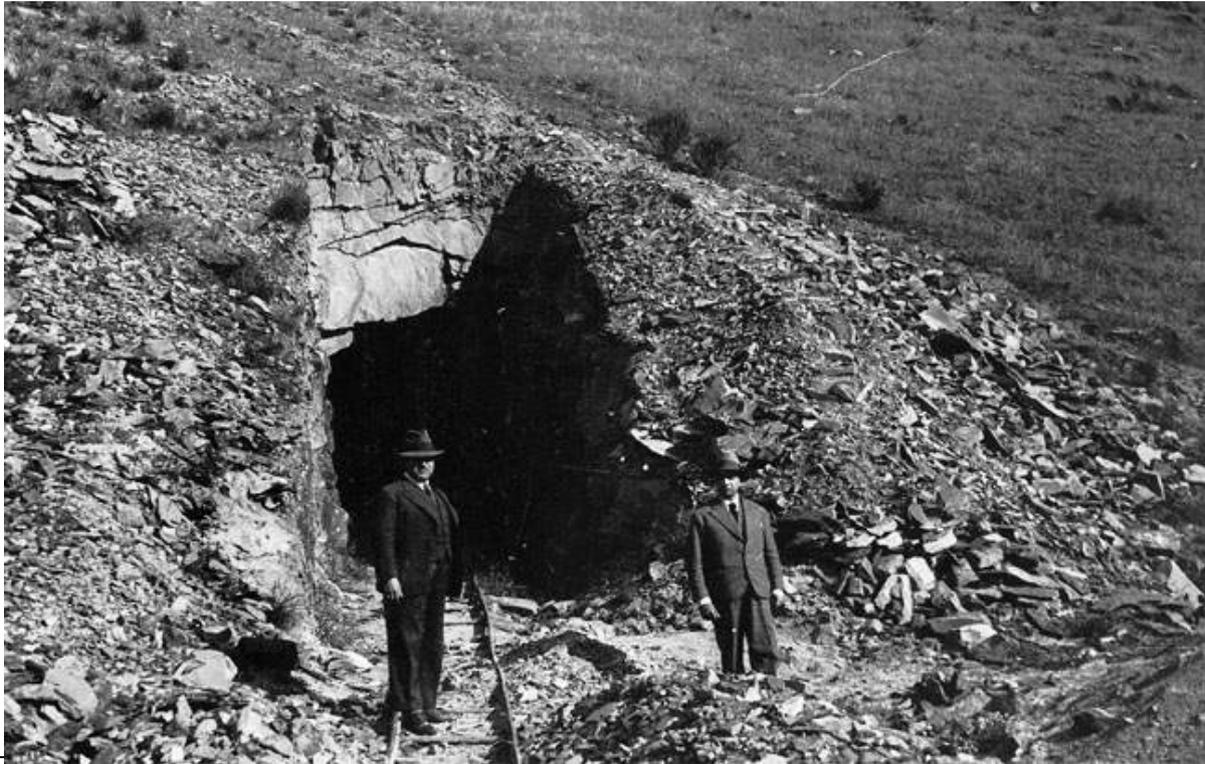


Imagem 30 – Esta imagem parece a entrada de uma mina. Mas, na verdade, é a entrada de um dos túneis escavados na montanha por onde irá passar uma *conduta forçada*. É possível ver os carris que permitiam que a vagonete chegasse com materiais de construção. Os dois homens que surgem na imagem, a julgar pela indumentária seriam provavelmente engenheiros.

Curiosamente, as imagens que existem da construção do sistema de Nisa, tal como as expressões que são usadas, remetem para o imaginário da exploração mineira. Por exemplo, as *vagonas* e os carris usados para transportar material pesado, como as grandes pedras de granito, parecem os mesmos que eram usados nas minas (imagem 25 e 30). A dinamite usada para abrir os túneis era também usada nas minas. A dificuldade de conquistar terreno para chegar à água era equivalente à dificuldade para chegar aos filões de ouro e de outros minérios. Houve mesmo, segundo uma expressão da época, uma corrida ao chamado «ouro líquido». A água era vista, nesta altura, como matéria preciosa, como *ouro a correr para o Tejo, uma fantástica riqueza* que poderia ser aproveitada de maneira produtiva, uma «*fortuna que se esbanjava por não haver ainda em Portugal quem se tivesse apercebido do que ela valia*» (Diário de Notícias, 1936). As metáforas usadas na altura ilustram bem o valor atribuído à água e o reconhecimento das suas potencialidades como factor de desenvolvimento económico, social e ambiental.

A HULHA BRANCA⁷⁶



Imagem 31 – A hulha branca. O poder performativo dos elementos aqui admirados como se de um espetáculo se tratasse.

«A água prodigiosa, durante séculos abandonada à sua sorte, à corrida eterna e improdutivo para o mar, transforma-se em luz, faz trabalhar fábricas, dá húmus e vida a terras mortas» (Gonçalves, 1957: 48).

«Sinto-me deslumbrado ante o milagre da Ulha branca, a água, realizando o deslumbramento da luz» Rocha Martins (H.E.A.A., 1927).

No final do século XIX, a tecnologia hidroelétrica começou a surgir como uma alternativa para a produção de energia,⁷⁷ até então gerada essencialmente por centrais termoelétricas com base no carvão importado (principalmente de Inglaterra), o que deixava o país muito dependente do exterior e contribuía para aumentar o *deficit* externo. Com a primeira Guerra Mundial e a conseqüente escassez de matérias-primas, o preço do carvão tornou-se incontrolável, pondo em evidência a dependência energética do país. A guerra teve, pois, um papel fundamental no incremento da construção das

⁷⁶ Nas fontes da época a palavra surge por vezes escrita sem o «H» inicial.

⁷⁷ A primeira hidroelétrica em Portugal surge em 1892, num aproveitamento do Rio Corgo, afluente do Douro, seguida pela Central da Furada no Rio Cádavo, em 1895/96 (Simões, 1997).

centrais hidroelétricas como modo de suprir as necessidades energéticas através de recursos endógenos.

Assim, no princípio do século XX, a água e os rios começam a ser vistos como fonte de riqueza, dando origem a uma «corrida ao ouro de Portugal». Esta corrida é bem visível nos inúmeros pedidos de licenças com vista ao estudo dos cursos de água feitos nas primeiras décadas do século XX, licenças essas que, na maior parte das vezes, eram sucessivamente revendidas num negócio puramente especulativo, aproveitando o facto de a regulamentação dos recursos hídricos ser ainda incipiente ou mesmo inexistente⁷⁸. É neste contexto que surge a expressão *hulha branca*⁷⁹, uma criação linguística que reflete o potencial da água como fonte de energia. A expressão é usada abundantemente nos textos sobre a Barragem da Póvoa (curiosamente Custódio Nunes pouco a usou) querendo significar *potência hidráulica fornecida por cataratas ou quedas de água para produzir energia elétrica*. A palavra *hulha* significa «carvão mineral»⁸⁰. A expressão faz, pois, equivaler o movimento da água à potência do carvão como fonte de energia. É importante salientar que a expressão teve origem em França⁸¹ que, tal como Portugal, não tinha carvão. Por exemplo, em Inglaterra, onde o carvão de qualidade era abundante, a expressão não teve uso.

Hulha branca é também, num certo sentido, um conceito económico que reflete o valor da água e que é usado pelos académicos e pelos fazedores de opinião para dar dramatismo à defesa da viragem da política energética das fontes fósseis para o movimento hídrico. A expressão *hulha branca* foi caindo em desuso a partir dos anos cinquenta, altura em que essa viragem se concretiza plenamente com o início da construção das grandes barragens pelo Estado Novo.

A ELETRICIDADE COMO «O INÍCIO DE PROGRESSO (...) O ÁDITO QUE DEVE CONDUZIR-NOS AO MARAVILHOSO EDIFÍCIO DA CIVILIZAÇÃO» (FIGUEIREDO 1927: 4)

Paralelamente, no princípio do século passado, iniciou-se uma aposta no desenvolvimento das infraestruturas urbanas que serviam as populações, mesmo as das vilas e cidades mais pequenas, sendo a eletrificação um dos principais investimentos feitos pelos municípios, muitos dos quais criaram as suas próprias redes de produção e distribuição de eletricidade (Matos, 2005). Na época, a par do telégrafo, uma das aplicações da eletricidade com mais impacto foi a iluminação pública⁸² que veio alterar profundamente a perceção e utilização dos espaços. Pelo que a chegada da energia elétrica provocou mudanças tanto na organização e no ritmo de trabalho como na vida doméstica. A eletricidade como fonte de energia e de calor permitiu, por exemplo, aumentar o conforto dentro de casa e trazer água para perto das populações (Matos, 2005). Foram estas mudanças que Custódio

⁷⁸ A Lei das águas de 1919, a lei dos aproveitamentos hidráulicos de 1926 e, por fim, em 1944, a lei 2002 de Ferreira Dias, vêm não só pôr cobro a este movimento especulativo como a regular o setor.

⁷⁹ A palavra foi pela primeira vez referenciada em português em 1881.

⁸⁰ A palavra *hulha* refere-se a «uma espécie de carvão mineral intermediária entre antracito e linhito», duas espécies com alto teor de carbono que, por isso, ardem facilmente, mas é usada comumente para referir «qualquer carvão mineral» (Houaiss, 2005: 4460).

⁸¹ Também usada no norte da Europa, a Itália e a Espanha. Por exemplo, os ingleses não usam a expressão *hulha branca* porque têm grandes reservas de carvão e portanto nunca tiveram necessidade de investir na hidroeletricidade.

⁸² Para se ter uma ideia da disparidade do desenvolvimento do país, em Portugal a iluminação pública elétrica foi inaugurada em Cascais em 1878, isto é, quase cinquenta anos antes.

Nunes quis trazer para o Alto Alentejo. A chegada da eletricidade a uma zona tão remota era vista como «o início de progresso (...) o pórtico por onde se pode ingressar rumo à civilização» (Figueiredo, 1927: 4).

A Câmara de Nisa, o primeiro cliente municipal da HEAA, inaugurou a iluminação pública em fevereiro de em 1927, no dia da inauguração da barragem. Uma iluminação «extensa e esplêndida» (Figueiredo, 1927: 4) que permitiu tornar as zonas públicas *mais bonitas e seguras*. A energia elétrica possibilitou também o abastecimento de água potável a Nisa através da instalação de motores que serviam para puxar a água da nascente mais próxima, a fonte da Galiana. Foram instalados fontanários nos principais largos tornando a água mais acessível, o que permitiu melhorar os cuidados de higiene e a limpeza das ruas, ajudando dessa forma a evitar doenças. Contribuiu ainda para embelezar o espaço público com a instalação de jardins nas praças que passaram a ser usados para lazer pela população, numa altura em que as «diversões noturnas eram muito raras» (Gordo, 2004 [1954]). Note-se que até então apenas as ruas principais eram iluminadas com candeeiros de petróleo ou lâmpadas de azeite e poucas casas tinham luz (Gordo, 2004 [1954]). A chegada da eletricidade promoveu uma mudança efetiva na vida e nos hábitos das pessoas, tanto no espaço público como no espaço doméstico.

Póvoa e Meadas foi das primeiras zonas rurais do país a ter iluminação pública elétrica. Mestre Rita, com quem falei, ainda se lembra da primeira vez que acenderam as luzes na Póvoa, facto que recorda desta maneira:

«éramos rapazes novos, devíamos ter sete ou oito anos, e seguíamos o senhor engenheiro com o povo todo atrás, demos a volta à rua a ver se as lâmpadas estavam todas acesas. Foi um acontecimento»⁸³.

Curiosamente em 2009 foram inaugurados em Póvoa e Meadas (na Rua de Santo António) quinze candeeiros equipados com lâmpadas LED dando nota de que a Póvoa quer continuar associada ao pioneirismo das tecnologias de iluminação (*Notícias de Castelo de Vide*, 2009).

ESTRADAS, CAMINHOS, PONTES E O TELEFONE

Uma das grandes mudanças que a barragem trouxe foram as alterações nas vias de comunicação (estradas, pontes e caminhos) e a introdução do telefone.

Com a construção da barragem, o lugar usado para atravessar a Ribeira de Nisa mudou de sítio. Antes da construção da barragem a passagem era feita num lugar designado por *Porto de Alpalhão*, situado à esquerda, acima de Pego dos Amieiros. José Ralo (1995: 73) diz-nos que nessa altura se «via o moinho do Ti Joaquim Jerónimo e, perto da passagem, havia uma fonte ao lado da barroca». Com o surgimento da barragem, a passagem da Ribeira de Nisa passou a ser efetuada por cima do muro que funcionava simultaneamente como uma barreira (que segurava as águas) e como uma ponte (que ligava as duas margens).

⁸³ Palavras da conversa que tivemos em agosto de 2013 no lar da Póvoa e Meadas.

Os acessos tiveram que ser abertos e integrados na rede de estradas que já existia. O mesmo aconteceu em todas as centrais, onde foi preciso construir novas vias de acesso para lugares remotos. A construção da estrada de acesso à Central da Velada, aberta em 1931, foi, sem dúvida, a mais dramática. Na verdade, o local onde foi construída essa Central só tinha acesso fácil por barco proveniente do Tejo. A estrada construída precisou de descer a montanha num serpentear que ainda hoje impressiona. Até muito tarde, mesmo já com a estrada construída, o acesso continuou a ser feito muitas vezes pelo rio, por ser mais fácil e mais rápido.

Outra das alterações que a barragem introduziu foi o telefone, instalado em 1928, de forma a assegurar a comunicação entre a Central da Póvoa, a Central da Bruceira em Nisa e a Fundação Duarte Ferreira no Tramagal, na altura o maior cliente da HEAA. Mais tarde foi instalado um telefone para a comunicação direta com a fábrica de cimentos de Leiria, outro grande cliente da HEAA, e com o posto de transformação do Entroncamento (H.E.A.A., 2011: 20). Na época o telefone era ainda raro e pouco conhecido como revelam as palavras de um jornalista que descreveu o telefone que viu na Central da Velada como «um curiosíssimo aparelho, único em Portugal (...) que permite estabelecer contacto (...) através do mesmo cabo que conduzia a alta tensão» (Cardoso 1936: 5).

Na verdade, o telefone era fundamental para a coordenação das descargas da água ao longo do sistema de Nisa, bem como para a comunicação de avarias e outros imprevistos. A título de exemplo, quando a Barragem da Póvoa começava a descarregar, o açude do Poio tinha que ser informado, já que a sua capacidade de armazenamento de água era limitada. Por sua vez, quando a Bruceira precisava de água tinha que comunicar com a Póvoa, de forma a que as comportas fossem abertas e o Poio não ficasse totalmente vazio.

Um dos antigos trabalhadores da barragem conta que a maior mortandade de peixes que viu foi devido a um engano provocado por uma falha de comunicações entre as centrais, quando ao abrirem a água do Poio (para a Bruceira) não abriram a água da Póvoa (para o Poio) e esta baixou tão rapidamente que os peixes que entraram no canal acabaram por morrer.

Ao que parece estes acidentes continuam a acontecer como pude testemunhar numa das visitas que fiz à barragem. Depois da comporta de fundo ter sido aberta para escoar as águas da chuva, num cenário que lembrava uma das pragas bíblicas do Egito, milhares de peixes passaram para o lado seco da barragem, onde acabaram por morrer.

O sistema era complexo e o seu funcionamento dependia da comunicação entre centrais e do conhecimento das distâncias que eram medidas não em metros mas em tempo decorrido. Por exemplo, eram precisos três quartos de hora para a água chegar da Póvoa até à Central da Bruceira. Para a Velada trabalhar, as comportas da Bruceira e do Rancheiro tinham que ser abertas oito horas antes.

Durante a construção devem ter havido vários enganamentos fruto de imprevistos ou de erros de cálculo. Um dos antigos trabalhadores da barragem relatou-me um desses percalços: o canal que liga o Rancheiro à Velada começou a ser construído ao mesmo tempo dos dois lados, e quando os canais se encontraram no meio dos montes constatou-se que existia um desnível de seis metros entre eles.

Graças a isso, o Rancheiro passou a precisar de ter no mínimo seis metros de água para que os caudais se pudessem juntar ao mesmo nível⁸⁴.

O telefone, apesar de estar disponível nas centrais e permitir apenas a comunicação entre elas, foi rapidamente adotado pela população como uma forma de comunicação à distância. Os telefones das centrais passaram a ser usados muitas vezes pelas pessoas da região para enviar mensagens pessoais atribuindo aos operadores das centrais o papel de mensageiros.

As centrais eram muito barulhentas, e por isso os telefones estavam instalados em cabines fechadas dentro do edifício. Ao que parece o único lugar silencioso dentro da Central eram estas cabines. Por isso as cabines serviam para falar ao telefone mas serviam também como refúgio onde se podia «ter descanso», como me confidenciou um antigo operador da Central.

Uma nota curiosa: o operador que estava a trabalhar na Central da Póvoa soube da revolução na noite de 24 de abril devido ao regresso inesperado de um agente da PIDE que tinha família na Póvoa, notícia que partilhou imediatamente via telefone com os seus colegas das outras centrais.

Provavelmente os operadores das centrais foram os primeiros na região a saber da revolução e a festejar, via telefone, a possibilidade de mudança.

A BARRAGEM E AS EXPECTATIVAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA REGIÃO

Custódio Nunes, num artigo de 1946, defendia que o desenvolvimento do país tinha que passar pelo desenvolvimento industrial e agrícola, e que para isso era fundamental o incremento da hidroeletricidade. Nunes acreditava que a partir da abundância energética gerada pelo sistema de Nisa a *fisionomia industrial e agrícola do país* seria profundamente alterada.

No que respeita à indústria era indispensável a disponibilização de energia a um preço razoável para dinamizar os negócios já existentes bem como para atrair novas indústrias para a região. Note-se que, até então, as grandes indústrias da zona viam-se forçadas a construir as suas próprias centrais, normalmente a carvão, com todos os encargos inerentes (instalação, manutenção e o próprio combustível), o que as tornava pouco competitivas.

A metalurgia Duarte Ferreira bem como os cimentos de Leiria, são exemplos de indústrias já existentes que se expandiram graças à energia produzida pela HEAA. Contudo, como sabemos hoje, a região não se transformou num pólo industrial.

Na mesma linha de pensamento, Ezequiel Santos (1930) defendia uma mudança na paisagem do Alentejo em prol do desenvolvimento do país. Para ele, o Alentejo pouco produtivo, pobre e periférico, podia contribuir para o desenvolvimento da economia nacional através de um processo de reflorestação, sendo a eletrificação rural o motor desse processo. Santos propunha a plantação de pomares, a constituição de matas e olivais e culturas de regadio por todo o Alentejo, juntamente com a criação de condições para o desenvolvimento industrial. As ideias de Ezequiel Santos alinhavam-se

⁸⁴ Ora, isto obrigava a que o açude do Rancheiro tivesse que ser ininterruptamente alimentado sempre que estava a largar água para a Velada, isto é, sempre que a Central da Velada estava em funcionamento.

com as de Custódio Nunes. Os dois defendiam que os aproveitamentos hidroelétricos eram essenciais nesse processo de desenvolvimento do Alentejo.

Nunes acaba por materializar estas ideias na forma como construiu os arranjos paisagísticos à volta das centrais elétricas. Como se pode ver numa das imagens, as centrais surgem rodeadas de pomares e de hortas, no que parece ser uma tradução visual das ideias de Ezequiel Santos, uma espécie de modelo reduzido que poderia ser transposto para todo o Alentejo. Tratava-se da afirmação da possibilidade de um Alentejo com uma agricultura mais produtiva e, por essa via, de um Alentejo mais desenvolvido. Contudo, como sabemos hoje, a paisagem agrícola do Alto Alentejo não se alterou significativamente com a construção da barragem.

O que a barragem efetivamente trouxe foi a criação de um novo ecossistema à volta da albufeira — podemos mesmo dizer, de uma nova paisagem —, que atraiu (e em alguns casos fixou) pessoas, a par de novas espécies de árvores, de flores e de aves como, por exemplo, a *garça boieira*, que só nidifica à volta de corpos de água. Os observadores de aves, atraídos pela diversidade da fauna e da flora, também passaram a fazer parte deste novo ecossistema. Até o mel produzido pelas abelhas adquiriu outros sabores graças às muitas tílias plantadas à volta da barragem.

De certa maneira podemos dizer que a barragem também atraiu o Andanças (o festival) e os «andantes»⁸⁵, que são os mais recentes habitantes do lugar. As pulseiras, necessárias para entrar no recinto, e muitas vezes mantidas durante todo o ano são, aliás, semelhantes às anilhas que se colocam nos pássaros para os identificar. O festival realiza-se desde 2013 no espaço da barragem e parece que veio para ficar. Vamos poder ver, nos próximos anos, se os «andantes» vão ou não passar a fazer parte do ecossistema e mesmo, quem sabe, nidificar e partir para outros voos culturais, fazendo jus à potência do lugar.

⁸⁵ *Andantes* é a forma como os frequentadores assíduos do festival andanças se identificam.

6. A BARRAGEM COMO ESPAÇO SOCIAL DE ENCONTROS E DE LAZER

A VOCAÇÃO TURÍSTICA DA BARRAGEM

«À medida que as obras iam progredindo mais se intensificava a afluência dos nisesenses ao local em que a par dos profundos alicerces do enorme paredão, se estava alicerçando também o progressivo desenvolvimento da nossa terra» (Figueiredo, 1927: 1-4)

O lugar da futura Barragem da Póvoa começou a ser foco das atenções a partir do momento em que as obras começaram no terreno. «Durante a construção do muro e a instalação da Central, em particular aos fins de semana, eram inúmeras as pessoas que vinham satisfazer a curiosidade e certificarem-se da realidade do empreendimento» (Ralo, 1995: 73). A dimensão da obra, bem como o número de pessoas envolvidas, transformou a barragem num lugar de romaria para as pessoas da região.

Nessa época as pessoas iam contemplar e admirar a obra em curso motivadas pela curiosidade (ver para acreditar) e não tanto por lazer. Contudo, num artigo datado dos anos trinta, Custódio Nunes já proclamava o papel que a barragem poderia ter na dinamização do turismo da região. Nele afirmava que era necessário «criar motivos de beleza que proporcionassem ao turista, ávido de impressões novas, inesquecíveis horas de prazer espiritual» (Nunes, s.a: 38). E prossegue:

«Auxiliemos a natureza, que tão pródiga foi para Castelo de Vide, tornando possível a sua paisagem ridente e atraindo o turista a quem não faltarão atrações sadias. Estão próximas as instalações da Hidro Elétrica, que por leigo que se seja sempre consegue interessar o visitante, e na albufeira, imenso lençol de águas caprichosamente recortadas pelas sinuosidades das rochas marginais, são possíveis vários desportos como a natação, as regatas, o remo, o water-polo, a pesca, a caça às aves aquáticas, etc., afastando o tédio que é companheiro inseparável do turista em quase todas as estâncias portuguesas. Mercê dos trabalhos levados a cabo pela Hidro Elétrica Alto Alentejo pode e deve Castelo de Vide ser dentro em breve um dos mais belos centros de turismo do nosso país».

Em 1936, Américo Pavia, na altura funcionário da Central, redige um série de artigos publicados no jornal alentejano *A Rabeca*, a que deu o título «A Barragem — Ponto de Turismo» (Ralo, 1995: 76). Neles exalta a grandiosa obra da Hidroelétrica e o seu valor turístico para a região. Pavia classifica a barragem como um «monumento grandioso» (Ralo 1995: 76) que devia passar a fazer parte do roteiro turístico do Alto Alentejo, até então composto apenas pelo triângulo Portalegre-Marvão-Castelo de Vide. Já nessa altura (1936) Pavia menciona o «constante corrupio turístico (...) em que a barragem

se transforma durante os meses de julho, agosto e setembro, «onde, de norte a sul do país, ali ocorria gente demorada de justificada curiosidade» (Ralo, 1995: 76).

Os painéis de azulejo existentes na estação de caminho de ferro de Vale do Peso, da autoria de Jorge Colaço, representando as Centrais da Velada e da Foz, são um testemunho do valor turístico atribuído aos empreendimentos hidroelétricas na região. Também as excursões organizadas para visitar as *obra* da HEAA, entre 1927 e 1952, em particular a Barragem da Póvoa, são manifestações dessa dimensão (ver anexo F).

Com o decorrer dos anos, o movimento de visitantes não esmoreceu, pelo contrário, até cresceu, a ponto de nas décadas de setenta e oitenta «a grande afluência de portugueses e espanhóis ao fim de semana dar a impressão de que a barragem se tratava, afinal de uma praia, [onde] a *água na sequiosa zona, a luxúria da vegetação e os jardins cuidadosamente tratados proporcionavam aos visitantes o bem-estar ideal para os momentos de lazer*» (Ralo, 1994: 48). Assim sendo, só depois da década de sessenta é que podemos considerar que a barragem assume em pleno a sua (anunciada) vocação turística.

UM LUGAR DE BRINCADEIRA

As obras da Barragem da Póvoa atraíam não só os adultos, que vinham admirar a grande obra, como também os miúdos da aldeia que vinham ali brincar. Na altura da construção «as vagonetes eram uma tentação para a rapaziada» (Ralo, 1995: 74). «Vinha-se com os amigos, sem a autorização das mães. Vinha-se ver se a barragem estava cheia, se os descarregadores estavam a trabalhar, era um espetáculo!»⁸⁶ Depois da barragem erguida, o encarregado da Central tinha por hábito levar a cabo uma espécie de espetáculo que encantava, sobretudo as crianças, que se poderia chamar «sabe-se lá o que é a eletricidade» (*A Voz*, 1927c: 1). O evento foi-me relatado pelo povoense Videira Louro, antigo espetador encantado, que o recorda da seguinte forma:

«Onde hoje está o transformador novo era uma espécie de sala de experiências. Havia um aparelho que tinha dois carvões que, ao se aproximarem um do outro, faziam faísca. Era um espetáculo ver as faíscas saltar de um lado para o outro. As pessoas ficavam lá longe enquanto [o chefe da Central] manejava as coisas. Nós não sabíamos o que era a eletricidade, ficávamos perplexos. Eram só raios e faíscas»⁸⁷.

A BARRAGEM COMO LUGAR DE MORTE

Como todos os lugares de vida a barragem é também um lugar de morte. Já outrora o lugar da barragem fora escolhido como cemitério. As sepulturas de diversas épocas, cujos vestígios se encontram na zona do lago, próximas do muro da barragem, reforçam esta ideia. *Azinhaga da Boa Morte* é o nome da maior necrópole encontrada. Talvez por influência do *espírito do lugar*⁸⁸, a

⁸⁶ Palavras de um habitante da Póvoa com seis anos na altura da inauguração da barragem.

⁸⁷ História contada por uma habitante da Póvoa que frequentava a barragem quando era criança, nos anos cinquenta.

⁸⁸ Espírito do lugar é aqui usado na asserção de Norberg-Schulz (1979).

barragem continua ainda hoje a ser um lugar de morte, não só por causa das pessoas que morrem afogadas acidentalmente na albufeira, mas também pelos muitos suicídios que lá ocorrem, conforme me relatou um médico local.

SEGUNDA-FEIRA DE PÁSCOA: DIA DO BORREGO E DIA DA BARRAGEM.

O feriado municipal do concelho de Castelo de Vide em honra de Nossa Senhora da Luz festeja-se na segunda-feira a seguir à Páscoa. Em Póvoa e Meadas este dia é conhecido como o dia da barragem, pois era costume as pessoas irem fazer piqueniques à barragem (imagem 33) em que o borrego era o prato principal, muitas vezes os restos de borrego da véspera⁸⁹. Saíam da Póvoa em grandes grupos, normalmente a pé, em direção à barragem. Os rapazes vestiam fato novo e as raparigas trajes garridos, em que sobressaíam as saias rodadas, lisas ou plissadas, o ouro ao pescoço e, sobretudo, os xailes de seda que elas próprias bordavam.

Os grandes adeptos e entusiastas desta festa eram os mais jovens. Havia sempre grandes *bailaricos* (imagem 34) e era comum arranjar-se namoro. Como conta João Carrilho, habitante da Póvoa e antigo trabalhador da HEAA, «ia-se por causa das raparigas e, muitas vezes, saía-se de lá com namorada», como fora o seu caso. É preciso notar que esta era das poucas ocasiões em que os rapazes e as raparigas podiam estar juntos e conviver com uma certa liberdade. Provavelmente é por isso que da festa saíram tantos casamentos.

Ainda hoje são os mais jovens que falam com maior entusiasmo dos passeios à barragem, um lugar de eleição para conviver com os amigos. É que a barragem tem esta dupla vertente: é vista pelos povoenses como um lugar da terra que faz parte da aldeia (ou melhor da identidade da aldeia) mas, ao mesmo tempo, está suficientemente distante para constituir um outro espaço, onde se podem fazer coisas que, eventualmente, não seriam aceitáveis dentro da aldeia. Uma espécie de *espaço liminar* ideal para os processos de mudança ou, nos termos de van Gennep (1978), para os *ritos de passagem*.

Como já referi, nesse feriado era tradição comer borrego na barragem, o prato tradicional da Páscoa nesta região, uma herança dos judeus (Castelo de Vide teve uma comunidade judaica muito forte que se estendia um pouco por toda a região) que podia ser confeccionado de diversas maneiras, como por exemplo, assado, ensopado ou o *sarapatel*.

Como me foi dito, toda a gente da Póvoa ia à barragem na segunda-feira de Páscoa mas nem todos iam comer borrego. E nem todos se deslocavam a pé. Alguns, mais pobres, comiam papas de milho. Outros, mais ricos, vinham de bicicleta ou de carro apenas para passear.

Podemos supor que este ritual de comer o borrego da Páscoa longe dos centros urbanos e junto à água pode radicar numa ancestral necessidade de ocultação das práticas judaicas, fruto das perseguições aos judeus, tão intensas nesta região. Pois, se por um lado o amanho do borrego precisava de ser feito ao pé da água para a limpeza do animal, por outro, comer o borrego longe da cidade era uma forma de ocultar um ritual judaico. Logo, comer borrego junto do sítio onde ele era

⁸⁹ O borrego é o prato tradicional do dia de Páscoa na região.

«sacrificado», normalmente junto de um curso de água, parece ter sido prática comum. Portanto, podemos ser levados a acreditar que este costume sobreviveu e se colou de algum modo ao lugar da barragem, um lugar de águas abundantes e longe do centro.

Uma nota curiosa: no amanho do borrego os judeus deitavam fora as físsuras e o sangue do animal que são as partes usadas no *sarapatel*, hoje um prato tradicional desta região. O *sarapatel* era considerado uma comida dos pobres que mais não faziam do que aproveitar criativamente as partes desprezadas pelos judeus. O *sarapatel* é também um dos pratos tradicionais pelo qual é conhecida a comida goesa, fruto, muito provavelmente, da emigração dos judeus para Goa durante o século XVI para fugir às perseguições levadas a cabo pela Inquisição.

O BANHO NA BARRAGEM ANTES DE «TIRAR SORTES»

Para os rapazes da Póvoa, o ano em que iam «tirar sortes» era um ano especial, um ano de transição em que os *mancebos* se preparavam para ir à tropa (muitos deles sabendo que iriam para a guerra do ultramar), o que configurava uma espécie de *estado liminar* em que lhes era permitido (mesmo solicitado) ter certas liberdades nas festividades da aldeia. *O comportamento deste grupo de rapazes caracterizava-se pelo excesso e transgressão da ordem quotidiana através de bebedeiras e outros comportamentos desviantes em relação ao comportamento normal da comunidade. Durante todo o ano o grupo tinha uma certa autonomia em relação à comunidade, levando a cabo uma espécie de ritual de passagem da puberdade para a idade adulta* (Cornejo, 2003). Na Póvoa, a «rapaziada das sortes» assumia um papel especial, por exemplo, na procissão da festa de Santa Margarida realizada no terceiro domingo de setembro. Nas *festas do madeiro*, em dezembro, eram eles que «roubavam» a lenha para a fogueira. Nas touradas eram os responsáveis por «roubar» as carroças para a construção da «praça de touros» sendo também os agarradores de vacas. Ou seja, tinham um papel especial nas festividades e durante o ano havia um conjunto de atividades que se esperava que eles levassem a cabo.

«Tirar sortes» significava, nesse contexto, ir à inspeção militar. Os rapazes em idade de ir à tropa apresentavam-se nos quartéis para ver se estavam aptos a integrar o exército. Tratava-se também da altura em que os rapazes ficavam a saber se iam para a guerra colonial, de onde poderiam não regressar. O primeiro passo desse processo ocorria em janeiro. Nesse mês tinham que se deslocar aos Paços do Conselho de Castelo de Vide para «dar o nome». Com o objetivo de animar a viagem *contratavam um tocador de concertina, enfeitavam uma carroça e era assim que faziam o caminho até à vila acompanhados do tocador e de um garrafão de cinco litros de vinho. Para a ocasião mandava-se fazer um fato inteiro e bordar uma bolsa nova* (Arez, 1994).

Em junho iam a Castelo de Vide à inspeção e tiravam uma semana para preparar as coisas. Ou seja, tinham dispensa do trabalho para se preparar, tratar das diligências formais e para fazer a festa. Um dos pontos altos dessa semana era o banho na Barragem da Póvoa, uma espécie de purificação sacrificial. Um dia iam a Castelo de Vide tirar a guia e no dia seguinte, antes de irem à inspeção, era

o «dia da lavagem».⁹⁰ Como me foi dito, *lavavam-se por fora com água e por dentro com vinho*. É preciso ter em conta que nessa época a maior parte das casas não tinha água canalizada, pelo que este ritual era simultaneamente uma festa de despedida e uma prática de higiene.

Quando regressavam de Castelo de Vide toda a comunidade ficava a saber qual tinha sido a sorte de cada um, pois os rapazes traziam uma fita no braço da cor que lhes tinha calhado: o verde para a espera, o branco quando ficavam livres e o vermelho para os apurados (Cornejo, 2003; Arez, 1994). Na noite do regresso da inspeção, já depois de saberem da sua sorte, «havia uma baile na Sociedade Recreativa e Musical, pago pelos rapazes, em que aqueles que tinham namorada ou noiva trocavam prendas de compromisso. A meio do baile havia sempre a dança dos mancebos, em que cada qual puxava a noiva ou a moça que trazia debaixo d'olho. Nesses bailes o povo ficava a saber quais os namoros que ainda não eram oficiais» (Arez, 1994). O momento que marcava a transição dos rapazes à condição de adulto concretizava-se com a realização do baile (Cornejo, 2003).

Tal como na segunda-feira de Páscoa, o espaço da barragem era integrado numa prática ritual da comunidade. A presença da água (que permitia o banho) e o facto de o lugar ser fora da aldeia (um lugar nas margens) tornavam a barragem particularmente propícia para o efeito. Talvez possamos ligar a festa — especialmente o banho de limpeza feito na barragem antes de «tirar sortes» — com a festividade judaica conhecida por *Purim*. *Purim* vem da palavra persa *pur* que significa «tirar sortes». A festividade judaica teve origem numa história remota. Haman⁹¹, primeiro ministro do rei Achashverosh da Pérsia, descendente de Amalek, que personifica a maldade, tomou a decisão de tirar sortes — *pur* — para escolher aleatoriamente a data em que os judeus seriam aniquilados. A opção de escolher o dia à sorte foi um ato intencional pois *um sorteio representa o acaso, a sorte, a ausência de decisão e de ordem, ou seja, simboliza o caos. E, num lugar em que não há ordem nem distinção entre o certo e o errado, a maldade tende a florescer*. O nome da festividade refere-se ao perigo de extermínio que os judeus correram na altura. No calendário de festa judaico *Purim* é um dia festejado com grande alegria. Não consigo deixar de pensar que durante a guerra colonial a expressão «tirar sortes» juntamente com a festa e o banho na barragem consistiam numa espécie de encenação do mito em que os rapazes se preparam para a aleatoriedade do momento em que iam, ou não, ser escolhidos para o sacrifício da guerra.

O PEIXE, A PESCA, OS PESCADORES E A SOPA DE PEIXE⁹²

«O Alentejo como não tem mar, descobre-o. Nas suas barragens cultiva-se a boga e achigã, como quem planta novidades (Nemésio, 1996: 25).

«De um curso de água irregular, na aparência insignificante, fizera-se um mar tranquilo de muitos quilómetros quadrados que transformava a paisagem, que arrancava das trevas a região, que a enriquecia de peixe e lhe facilitava novas atividades» (Rodrigues, 1947: 1).

⁹⁰ Palavras usadas por um antigo trabalhador da barragem que participou neste ritual.

⁹¹ Haman é uma personagem do livro de Ester, do Antigo Testamento.

⁹² A *sopa de peixe* é igualmente referida por algumas pessoas como *migas de peixe*.

Como nos diz Nemésio, a Barragem da Póvoa inventou o mar para o Alto Alentejo. Com o surgimento da barragem «nas águas da lagoa começaram a ver-se alguns barquitos de recreio» e nas suas margens começou a pescar-se à cana (Cardoso, 1936: 5).

Na realidade, na Póvoa as pescarias foram sempre motivo de convívio entre amigos que se juntavam para pescar e depois para comer a célebre sopa de peixe. Os métodos mais usados para pescar eram as *cocadas*⁹³, que tinham lugar no início da primavera nas ribeiras mais caudalosas. No verão e no outono pescava-se à rede (Ralo, 1995). A pesca à cana era menos comum por ser menos certa. Para a pescaria levava-se também a *sertã* e os *cochos*⁹⁴ para cozinhar a sopa de peixe. A iguaria era composta por pão duro, azeite, vinagre, cebolas, tomate, pimentos, sal, malagueta e poejos apanhados no local. Segundo a receita refogava-se no azeite a cebola cortada em finas rodelas, juntavam-se de seguida o tomate, os pimentos «catalães» e os poejos. Depois de bem cozinhado acrescentava-se água suficiente para o caldo e esperava-se até levantar fervura, altura em que se adicionava o sal e a malagueta e, mesmo no fim, o peixe. Retirava-se então a *sertã* do lume, juntava-se um pouco de vinagre e colocava-se o peixe num *cocho*, dispondo-o em camadas, e temperava-se com sal, azeite e vinagre. Noutro *cocho* colocava-se o pão migado sobre o qual se deitava o caldo (Ralo 1995).

No moinho do *Joaquim da Cruz* era habitual, à segunda-feira, juntar-se um grupo, o «grupo dos artistas»,⁹⁵ também conhecido como «os companheiros da alegria», para comer a sopa de peixe. Era o dia de folga dos homens dos ofícios da Póvoa e, conseqüentemente, o dia em que iam moer o seu trigo aos moinhos da barragem. Nesse dia *Joaquim da Cruz* «deitava a *tarrafa* à água» e fazia uma sopa de peixe para o almoço. Era uma festa.

Com a construção da barragem a quantidade de peixe aumentou e a pesca passou a ser possível todo o ano, independentemente dos caudais das ribeiras, mas só à cana, numa versão mais desportiva. Assim, a pesca continua a ter uma papel na vida da barragem como umas das principais atividades de lazer, sendo palco regular de concursos de pesca. Continua, pois, a pescar-se, porém as sopas de peixe já não se fazem na barragem.

Durante o trabalho de campo tive o prazer de ser convidada para provar uma sopa de peixe em Póvoa e Meadas. Quem a fez foi um especialista, Abel Godinho Anselmo, antigo trabalhador da barragem, que me falava frequentemente das sopas de peixe comidas com os amigos na barragem. Não me passava pela cabeça que o peixe tivesse tanta importância na dieta das pessoas deste interior tão interior e que fosse motivo de tanta festa. Só posso dizer que estava excelente e que foi uma tarde muito bem passada à sombra de uma azinheira.

OS PASSEIOS

⁹³ Na véspera da pescaria misturava-se coca pisada com minhocas em pequenos fragmentos e um pouco de vinagre. Esta mistura era lançada à água de modo a entorpecer os peixes que depois eram apanhados com o auxílio do *galricho* (uma rede para apanhar peixe miúdo) ou à mão.

⁹⁴ Recipiente feito de cortiça usado no Alentejo.

⁹⁵ Os homens dos ofícios, que tinham pequenos negócios na Póvoa, como o barbeiro, o sapateiro, etc.

A barragem era um lugar obrigatório sempre que regressava de férias, como me disse um habitante da Póvoa que esteve emigrado muitos anos em África. Com entusiasmo, conta a história dos passeios de barco na albufeira da barragem (imagem 35) e de um passeio de burro (uma burricada) que fez à barragem em 1952 com os amigos. A barragem era o sítio predileto dos jovens nas férias de verão. Passavam as férias a caminho da barragem de bicicleta ou a pé. Embora nessa época já se tomasse banho na albufeira, a natação era ainda uma prática pouco comum, pelo que a grande maioria das atividades sociais se passavam na parte seca da barragem.

«O POSTAL DO ALENTEJO»

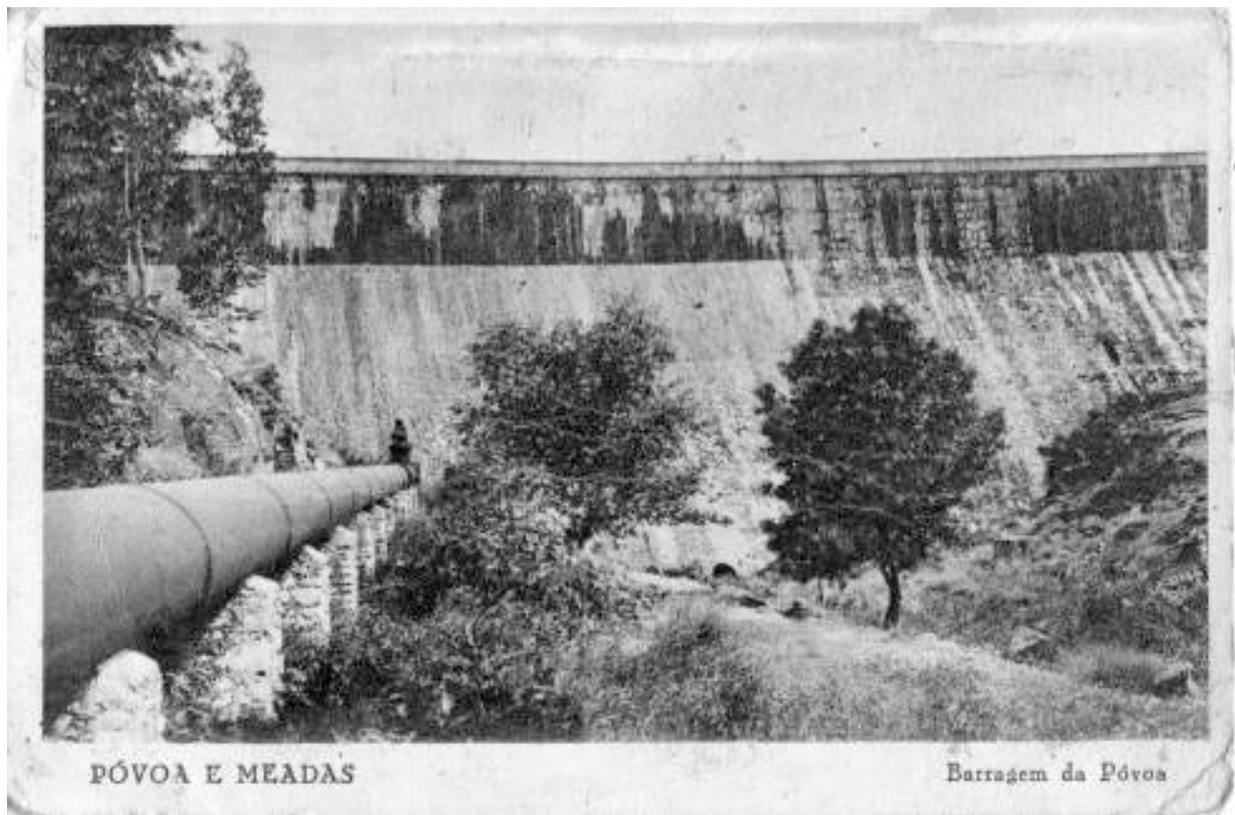


Imagem 32 – Postal ilustrado da Barragem da Póvoa e Meadas, datado do início da década de cinquenta, representando a parte seca da barragem, designadamente a conduta forçada e o paredão. Curiosamente o original desta foto encontra-se nos arquivos da empresa HEAA.

Encontrei um postal ilustrado da Barragem da Póvoa do início da década de cinquenta, o que revela bem a dimensão turística da barragem já nessa altura. Provavelmente este postal estaria à venda nos quiosques de Castelo de Vide na secção das atrações da região. Nessa época era ainda a engenharia da obra hidroelétrica o centro das atenções, como se pode ver pela imagem que retrata a conduta forçada e o paredão (imagem 32).

A partir da década de cinquenta, com o início da construção das grandes hidroelétricas, a Barragem da Póvoa começa a perder relevância como produtora de energia elétrica. Inversamente, é a partir desta altura que as atividades turísticas de convívio e de lazer começam a ganhar relevância.

Contudo, a barragem só na década de setenta é que adquire verdadeiramente a dimensão de lugar de veraneio para onde se vai passar férias, ao ponto da «grande afluência de portugueses e espanhóis ao fim de semana dar a impressão de que de uma praia se tratava» (Ralo, 1994: 48). Para tal terá contribuído também o facto de a praia fluvial de Ródão, situada na margem esquerda do Rio Tejo, onde se ia a banhos na região até então, ter sido engolida pelo caudal do rio depois da construção da barragem do Fratel em 1973. João Lopes, habitante de Nisa, antigo trabalhador das oficinas da HEAA, contou-me que quando era criança, nos anos cinquenta, ia a banhos na praia de Ródão, situada no lado esquerdo do Rio Tejo, perto de Vila Velha de Ródão, que «tinha um areal que era um espetáculo». De acordo com ele, na altura os nisenses só iam à barragem em passeio.

Porém, nos anos setenta, com a construção da barragem do Fratel, o areal foi submerso e gradualmente as pessoas voltaram-se para a barragem, que passou a ser a praia da região. Começaram a surgir diversas atividades comerciais na zona da barragem como, por exemplo, a venda ambulante de bebidas aos turistas, entre as quais os famosos *pirolitos*. Começaram também a chegar turistas de mais longe, normalmente campistas, tanto portugueses como franceses e alemães, que acampavam à volta da albufeira. A barragem era ideal para umas férias económicas, indo ao encontro do número cada vez maior de pessoas que podiam gozar férias.

No final dos anos oitenta, já depois da nacionalização, em virtude do processo de automatização levado a cabo pela EDP, a Central da Póvoa (bem como as restantes centrais do sistema de Nisa) começou a ser comandada remotamente. A partir dessa data as centrais deixaram de ter trabalhadores permanentes e as casas e a Central foram desocupadas. A pouco e pouco foi-se dando «a degradação do meio ambiente da barragem e (...) o que era um parque aprazível tornou-se um bosque de silvas e outras ervas daninhas e as moradias abandonadas sofreram a degradação do tempo e passaram a ser frequentadas por marginais» (Ralo, 1994: 63). Com avanços e recuos, a situação não mudou grande coisa até há pouco tempo.

Vejamos pois, resumidamente, a situação da barragem na última década. Em 2002, numa altura em que se começou a falar de projetos turísticos para o local, foi feita uma limpeza e desmatagem na Barragem da Póvoa pela Câmara de Castelo de Vide. Foi construída uma estrutura com casas de banho, acesso a água e eletricidade, para servir de apoio ao parque de campismo improvisado que existia (e ainda existe) no local (*Jornal Fonte Nova*, 2002). Em 2004 inauguraram-se as piscinas municipais de Castelo de Vide que passaram a fazer concorrência à barragem como lugar de banhos. Em 2007 a água da albufeira da barragem passou a abastecer sete concelhos da região. A barragem continuou a ser usada para banhos, mas as casas fechadas e o mato mantinham a zona seca da barragem em estado de abandono. O facto de a concessão da exploração da Ribeira de Nisa para o aproveitamento hidroelétrico do escalão da Póvoa e da Bruceira, cedida por setenta e cinco anos à EDP (na altura HEAA), expirar em 2009, e de não estar claramente decidido o molde da sua continuação, não ajudou a alterar o estado das coisas. Em 2011 as casas continuavam a degradar-se

(*A Terra do Alto Alentejo*, 2011). Contudo, a pouco e pouco a «a barragem (re)começa a ganhar visibilidade local e nacional através de uma sucessão de iniciativas» (*Rosa*, 2013: 10), como atividades desportivas, implementação de um circuito de manutenção, e realização de eventos, como por exemplo campeonatos de BTT, concursos de pesca, etc. Esta tendência culminou com a realização do Festival Andanças em 2013.

A hipótese de a associação *PédeXumbo*, responsável pela organização do *Andanças*, vir a dinamizar o local, mesmo fora dos períodos do festival, ocupando os espaços edificados outrora ao abandono, parece dar um novo alento à paisagem da barragem, contribuindo para que o espaço se mantenha vivo e atuante, agora como lugar de cultura e de lazer.



Imagem 33 – Na imagem vê-se a família de um antigo trabalhador da barragem em dia de matança do borrego na barragem.



Imagem 34 – Os bailes na barragem, onde é possível ver os rapazes e as moças a dançar em traje domingueiro, com as saias plissadas e os xales usados nestas ocasiões. Confesso que ao olhar para esta imagem não consigo deixar de pensar nos bailes do *Andanças*. No mesmo lugar, muitos anos depois, outras pessoas se juntam também para dançar, talvez por influência do *espírito do lugar* (Norberg-Schulz, 1979).



Imagem 35 – Grupo de jovens num passeio de barco na albufeira da Barragem da Póvoa nos anos cinquenta.



Imagem 36 – Nesta imagem é possível ver as famosas hortênsias a servir de enquadramento a uma foto familiar depois do almoço de borrego.

PARTE III
A PAISAGEM DA BARRAGEM
ONDE TUDO SE RESUME

7. A DIMENSÃO VISUAL DA BARRAGEM



Imagem 37 – A vista da parte seca da barragem a partir do interior da cabine da comporta de fundo sugere-nos que barragem é como um barco que navega parado e o que se move (o que muda) é o que está em seu redor.

E lembra-nos que novos enquadramentos-paisagem surgem com a barragem.



Imagem 38 – Esta imagem, que faz parte dos arquivos da HEAA, mostra-nos uma vista da albufeira da barragem, ou do *lago*, como muitos ainda lhe chamam, na altura da inauguração da barragem em 1927. Como se pode ler na legenda, a imagem pretendia registar o nível das águas da albufeira quando o muro atingiu os 14 metros. Porém, o enquadramento da fotografia mostra uma cena bucólica, uma imagem que poderia ser um postal ilustrado.



Imagem 39 – Tal como na altura da construção, em que as pessoas iam à futura barragem admirar a obra em curso, esta imagem revela-nos um conjunto de cadeiras colocadas pelo festival Andanças (2013) diante do paredão que convidam, de um modo irresistível, à sua contemplação.



Imagem 40 – Os pequenos lagos da barragem depois de terem sido limpos por ocasião do Festival Andanças em 2013. A imagem revela, de um modo surpreendente, a beleza quase mágica do lugar. Uma tradução estética da dimensão reflexiva do lugar



Imagem 41 – Esta fotografia (parte dos arquivos da HEAA) terá sido tirada, provavelmente, para documentar uma enchente, mas o que nos mostra é o poder performativo dos elementos, a força da *hulha branca*



Imagem 42 – Esta fotografia datada de 1927, que faz parte dos arquivos da empresa, terá sido tirada para registar a obra, designadamente o paredão e a albufeira. Temos aqui mais um exemplo de uma fotografia que terá sido produzida para ilustrar a obra técnica, mas que revela, afinal, a dimensão estética e lúdica da paisagem



Imagem 43 – Fotografia tirada em 2013. Tal como a imagem anterior, esta foto mostra a dimensão-paisagem da barragem. Contudo, enquanto esta imagem nos remete intencionalmente para a dimensão paisagem da barragem, a anterior, que faz parte dos arquivos da empresa (HEAA), terá sido tirada para ilustrar o paredão e a albufeira. O que é curioso é que o ângulo foi escolhido sem ter conhecimento da fotografia anterior. Estas imagens juntas foram um ponto de partida para pensar *no que permanece e no que muda*.

UM LUGAR-PAISAGEM

Uma das coisas que me intrigaram durante a pesquisa foi a quantidade de imagens que encontrei no arquivo da empresa (HEAA) que remetem não para questões técnicas, como seria de esperar, mas para a barragem enquanto paisagem. São imagens de grande qualidade, extremamente expressivas, que dão a ver fazendo apelo a todos os sentidos. Mostram um lugar belo, dramático, quieto e silencioso. Noutros casos quase que se consegue, através da imagem, ouvir o barulho da *hulha branca*. Em muitas dessas imagens a barragem nem sequer se vê, só se pressente.

A Barragem da Póvoa parece pois dar-se à imagem de uma forma irresistível, imagens belas, um belo *não num sentido decorativo, mas como algo que se apresenta e se imiscui em todas as formas de vida conjunta, ordenando completamente o todo, algo que aparece e nesse aparecer atrai* (Gadamer, 2010). Podemos dizer que a barragem é um lugar de produção de formas sensíveis ou, dito de outra maneira, de produção de imagens. A paisagem da barragem tem a capacidade de existir fora do próprio lugar, fora de si, nas imagens e, nessa medida, *é um fenómeno que se lança para além de si* (Coccia, 2010).

Outra coisa que pude constatar foi que quando as pessoas mencionam a Barragem da Póvoa, não se referem especificamente ao paredão (muro da barragem) mas a um todo que inclui o espelho de água, os edifícios, as experiências lá vividas, ideias e valores. Ou seja, a barragem é entendida como uma totalidade heterogénea com uma certa unidade do tipo paisagem, composta de muitos espaços. E como o lugar da barragem continua a ser habitado, a sua paisagem mantém-se viva e, nessa medida inacabada. Como obra inacabada reserva ainda um espaço suplementar que permanece aberto ao possível que, a meu ver, faz com que o lugar permaneça vivo e relevante para as pessoas, em suma, que continue a dialogar com o (e no) presente. A Barragem da Póvoa foi desenhada para ser um exemplo e uma inspiração da possibilidade de mudança. E, embora essa mudança não tenha (ainda) acontecido, essa possibilidade existe, enquanto o lugar lá estiver.

Outro aspeto curioso, que as imagens da barragem revelam, é o carácter de permanência da paisagem da barragem. As fotografias, tiradas com um intervalo de quase oitenta anos, mostram uma paisagem idêntica (imagens 42 e 43). Contudo, sabemos que muita coisa mudou ao longo deste período de tempo. Esta tensão entre permanência e mudança dá à paisagem da barragem uma dimensão paradoxal, que se vê, sente, e quase se tateia nas imagens da barragem

Este carácter de permanência também está presente nas palavras das pessoas. Durante a pesquisa não encontrei nada, nem ninguém, que tenha transmitido uma imagem negativa da obra, independentemente do tempo histórico, da condição social ou do campo político em que se situava. De facto a barragem apresenta-se desde a sua construção como um espaço de absoluto consenso. Este facto torna-se hoje especialmente intrigante, se tivermos em conta o contexto fortemente politizado que encontrei na região, dominado por uma grande conflitualidade política, trazida para as conversas mais triviais. Porém, e em paralelo, o espaço da barragem apresenta-se paradoxalmente como uma espécie de «campo de batalha» onde se esgrimam diversos poderes. Na altura da construção, a barragem serviu de palco para a luta entre poderes locais, bem como para criticar o

centralismo de Lisboa. Hoje, a face visível da barragem como «campo de batalha» é o baixo nível das águas da albufeira. Esta luta, embora com atores diferentes — o conflito é entre a EDP («dona» das estruturas), a empresa Águas do Alentejo («dona» da água) e a Câmara Municipal de Castelo de Vide (responsável pelo espaço público enquanto espaço de sociabilização) — opõe igualmente interesses instalados, Governo central e poder local⁹⁶.

Ainda ao nível local a barragem foi sempre um campo de luta entre municípios, como se pode verificar pela disputa do próprio nome. Batizada como Barragem da Póvoa (por ser a aldeia mais próxima do local) é por muitos conhecida como barragem de Nisa (nome da ribeira) ou como barragem de Castelo de Vide. A barragem situa-se administrativamente no concelho de Castelo de Vide, mas foi ao concelho vizinho de Nisa que a luz elétrica primeiro chegou e também foi em Nisa que aconteceram os grandes festejos na altura da inauguração da barragem. Aliás, os nisenses referiam-se muitas vezes à barragem como *barragem de cima* porque não queriam associá-la à *Póvoa e Meadas*.

Mesmo dentro do mesmo concelho, o concelho de Castelo de Vide, as coisas não são pacíficas entre as freguesias. Pois se a identificação remete diretamente para a freguesia de Nossa Senhora de Póvoa e Meadas, a jurisdição do espaço da barragem é, na verdade, repartida entre duas outras freguesias do concelho: a freguesia de São João Baptista e a freguesia de Santiago Maior. Ou seja, quem tem visibilidade por via do nome (e da história) é a Póvoa, mas quem tem a responsabilidade de a administrar são as outras freguesias. O Festival Andanças, que se realizou pela primeira vez na barragem no verão de 2013, reatualizou a barragem como local de indefinição, uma espécie de terreno neutro, que pertence a todos sem pertencer a ninguém. Talvez seja essa indefinição que a mantém como *lugar de jogo*.

Em suma, o espaço surgiu e continua a ser um palco de guerra entre diversos interesses, uma espécie de «campo de batalha», embora sobre ele paire um olhar de absoluto consenso. De facto, embora as opiniões divirjam sobre o destino da barragem, ninguém parece discordar sobre a importância (de facto e de valor) do lugar no presente como no passado para a região.

A DIMENSÃO ESTÉTICA DA BARRAGEM

O espelho de água do grande *lago* é sem dúvida central na expressividade da barragem. Esta abundância de água faz com que a paisagem da barragem seja vista como uma espécie de oásis, palavra que dá nome ao café central da aldeia de Póvoa e Meadas. Deve ter sido, de facto, brutal o

⁹⁶ Agora a barragem confronta a EDP (que detém a concessão para exploração hidroelétrica), a empresa Águas do Norte Alentejano (que tem a licença de exploração para o fornecimento água potável à região) e a Câmara Municipal de Castelo de Vide (responsável pela parte pública do espaço envolvente). A EDP é a proprietária de parte da barragem, nomeadamente da grande parede, cuja reparação é necessária para poder deter com segurança a água. Embora a barragem ainda funcione para produção de eletricidade, a sua rentabilidade para este fim parece não compensar os custos da reparação, nem justificar o investimento no arranjo do espaço em seu redor. Por outro lado, a empresa *Águas do Norte Alentejano* precisa da albufeira com água, mas não sendo proprietária do paredão não se considera responsável pela sua recuperação. A Câmara, que tem interesse em dinamizar a zona para fins recreativos e turísticos, também precisa da albufeira cheia e do espaço arranjado. Em suma, diferentes interesses tornam o espaço hoje difícil de gerir.

surgimento de tanta água numa paisagem caracterizada pela aridez, o que justifica plenamente a associação da barragem à ideia de oásis (imagem 44).



Imagem 44 – A barragem vista de cima. Na imagem é possível ver o local onde se concentram a maior parte das construções bem como o muro principal da barragem. A imagem lembra-nos que quando nos referimos à barragem estamos também a incluir o grande lago, bem como as suas margens. Aliás, este é, porventura, a maior construção da barragem.

Contudo, é a beleza dos jardins da barragem, o cuidado do arranjo paisagista que existia outrora, e especialmente a abundância das hortênsias e das camélias que as pessoas mais recordam. A opinião é unânime em relação à beleza impar dos jardins à volta da barragem. Aliás, os canteiros das hortênsias eram um dos lugares preferidos para as fotografias de família, como se vê na imagem 36, ou como descreve uma participante nas *Memórias da Barragem*⁹⁷:

Lembro-me do mar azul e verde e das hortênsias que eram maiores do que eu. Eu era assim tipo anãozinho num bosque encantado. Ficou-me essa imagem.

⁹⁷ Encontro organizado no âmbito do Festival Andanças.

Já na altura da inauguração da barragem, em 1927, se fazia referência às *surpreendentes belezas panorâmicas* e aos passeios que se organizavam para apreciar a paisagem (*Diário de Notícias*, 1927), fazendo sobressair o *espírito turístico* do lugar. A barragem era considerada o «*cartão de visita do Alentejo*» ou, como vi mencionado em textos da época, «*o Postal do Alentejo*». A dimensão estética está, pois, bem presente desde a construção da barragem. O seu potencial turístico foi, aliás, referido por Custódio Nunes logo na altura da construção (Nunes, s.a.).

Podemos afirmar que a Barragem da Póvoa e Meadas é precursora do movimento de visitas organizadas às barragens — as chamadas excursões —, movimento esse que se vai intensificar depois da década de cinquenta com a construção das grandes barragens como as de Belver e de Castelo de Bode. Esta dimensão estética das barragens (enquanto paisagens), como lugares que vale a pena visitar para admirar (uma dimensão comum à maior parte das barragens), mantém-se até aos dias de hoje, como comprovam as inúmeras excursões que se organizam, ainda hoje, para visitar, por exemplo, o grande Alqueva.

A DIMENSÃO CONTEMPLATIVA DA BARRAGEM

A dimensão contemplativa da barragem está presente tanto na altura da construção como agora, como nos mostra o espaço que foi edificado para acolher o monumento feito em homenagem a Custódio Nunes (uma pequena península que se debruça como um terraço sobre a albufeira) que convida, de um modo irresistível, à contemplação da obra (imagem 9). Existe, por perto, também um pequeno miradouro de onde é possível contemplar toda a albufeira e que é, simultaneamente, um dos lugares eleitos pelos visitantes para tirar fotografias (imagem 46 e 47). Mais recentemente, um conjunto de cadeiras colocadas pelo festival Andanças (2013) diante do paredão, que à noite serve como tela de cinema, convidam, durante o dia, à contemplação da barragem como se de uma *obra de arte* se tratasse, fazendo convergir toda a atenção para o muro (imagem 39). O muro da barragem é, de facto, o centro do lugar. É a partir dele que tudo se organiza como, curiosamente, sugere essa plateia que evidencia a ideia de que a obra está lá para ser contemplada, admirada. Se nos colocarmos no cimo do muro, parece que estamos numa varanda a partir da qual é possível contemplar toda a paisagem (imagem 45). O paredão é, aliás, o único lugar que permite ver simultaneamente ambos os lados da barragem, a parte seca e o lago. Ou seja, só a partir dele, ou melhor só nele, é que podemos (pretender) ter acesso à totalidade da paisagem. Ora, como o paredão faz parte da paisagem, podemos depreender que só temos acesso a ela se nos incluir. Ou seja, a paisagem da barragem, a sua imagem, é uma experiência que nos inclui, que nos abarca como *jogadores*. A barragem é, pois, um lugar para ser visto e que nos olha, e nesse olhar nos seduz para o *jogo da reflexão* próprio da *obra de arte*.



Imagem 45 – Imagem usada na capa. O paredão surge nesta imagem como uma varanda de onde é possível contemplar a paisagem. Na altura da construção, como hoje, as pessoas têm por hábito parar no paredão para admirar a obra e a paisagem.

«VI E ADMIREI» (H.E.A.A., 1927)

A HEAA tinha um *Livro de Visitantes* (1927) onde era sugerido que as pessoas deixassem uma mensagem, um breve testemunho. Foi aí que encontrei a brevíssima anotação deixada por Salazar na sua visita à barragem, no dia 7 de setembro de 1931, que se resume a um lacónico «Vi». No mesmo ano é deixado por um visitante um testemunho mais longo, que nos revela a dimensão da barragem como fenómeno e que resume bem a mentalidade da época:

«Vim aqui para ver: verifico, olhando para dentro de mim, que afinal vim para admirar, no sentido profundo da palavra. Esta obra é formidável pelo alcance social e económico, mas empolga-me, sobretudo, pelo significado humano que a transcende. Numa terra tão escassa de iniciativas privadas, esta empresa e esta obra são um exemplo raro e nobre de inteligência clara, de vontade firme e idealismo fecundo. Aqui recebe-se a lição de como se pode e deve ter confiança no esforço do Homem, nas suas extraordinárias possibilidades criadoras» (H.E.A.A., 1927).

O autor desta nota põe em evidência o poder do ser humano para transformar as coisas, quando se alia o conhecimento, a determinação e o idealismo. Um lugar para admirar, não só pelo seu alcance social e económico mas, sobretudo, pela sua dimensão enquanto produto de uma visão do mundo.

Uma outra anotação deixada no *Livro de Visitantes* (H.E.A.A., 1927) em março de 1932 revela-nos bem a dimensão fenomenológica da barragem. Diz ela que a barragem é «uma obra formidável [...] que não basta só ver – é preciso compreender e sentir» (H.E.A.A., 1927).

Em suma, a barragem é um lugar que convida à contemplação, um lugar-imagem, uma nova paisagem, que só é apreensível pelo olhar, um ver presencial, fenomenológico. Essa paisagem, construída para ser um modelo a seguir, uma inspiração, põe em evidência não só as ideias e os valores que estiveram na origem do empreendimento, mas também os dos tempos que por ela foram passando. A imagem da Barragem da Póvoa parece pois ter a capacidade de *condensar um entendimento da realidade que lhe dá o caráter de permanência da obra de Arte* (Gadamer, 2010).



Imagem 46 – Imagem de um álbum de fotografias de Abel Godinho Anselmo, tirada nos anos sessenta.



Imagem 47 – Imagem tirada durante o trabalho de campo (2013). Duas imagens, o mesmo enquadramento. O que muda é o nível da água. Tudo o resto se mantém.

OS ENQUADRAMENTOS DA PAISAGEM

A barragem também é um cenário que convida à produção de imagens fornecendo novos enquadramentos, como nos sugere a primeira imagem deste capítulo (imagem 37). Serão certamente milhares as fotografias que já se fizeram com a barragem como pano de fundo. Contudo, há um espaço que parece ter sido desenhado exatamente para esse efeito, como me mostrou, por acaso, Abel Godinho Anselmo, quando o escolheu para tirar uma fotografia durante um passeio que fizemos juntos à barragem. Como verifiquei mais tarde, quando folheava o seu álbum de fotografias, o enquadramento era exatamente o mesmo que tinha sido usado há cinquenta anos para fotografar a sua família (imagem 46 e 47). Este espaço parece ter sido concebido para servir de cenário às fotografias da barragem. Curiosamente, se analisarmos as imagens percebemos que pouco mudou (a maior diferença é o nível das águas).

Esta ideia de que existem lugares que convidam à produção de imagens é também visível noutras imagens (42 e 43). As duas fotos (apresentadas lado a lado) foram tiradas com mais de oitenta anos de intervalo entre si. Porém, parece que tudo permanece na mesma. Importa salientar que o ângulo escolhido por mim mostrou-se exatamente igual a uma foto que fui descobrir, mais tarde, nos arquivos da HEAA. O que estas imagens revelam é que o desenho da paisagem da barragem inclui lugares que convidam à produção de imagens e que a paisagem da barragem tem um certo carácter de permanência que se imprime nas imagens.

Enfim, foi a construção da barragem que fez de um espaço indiferenciado um lugar para onde o olhar converge de um modo irresistível. É a partir dela que tudo se organiza numa imagem do tipo paisagem. Esse lugar, um lugar-paisagem, detém um carácter de permanência capaz de incorporar as ideias e valores do(s) seu(s) tempo(s), o que o projeta para além de si próprio. Um lugar que nos interroga e que continua a dialogar com as pessoas e com a história.

CONCLUSÃO

DA PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE À PRODUÇÃO DE CULTURA

Se quisermos fazer um resumo dos usos da barragem e dos seus habitantes ao longo dos oitenta e oito anos da sua existência, podíamos fazê-lo resumidamente da seguinte forma:

1925-1950 - UM LUGAR DE CONTEMPLAÇÃO E ADMIRAÇÃO

(1) Nesta altura, a ocupação humana do lugar da barragem é dominada pelo pequeno aglomerado de casas onde vivem os trabalhadores permanentes e as suas famílias. As visitas dos que vêm de fora são principalmente para admirar a grande obra, o feito tecnológico.

1950-1970 e 1970-1990 - UM LUGAR DE LAZER E RECREIO

(2) **1950-1970** – Os trabalhadores continuam a viver nas casas da barragem com as suas famílias. A barragem começa a integrar as festas e comemorações locais.

(3) **1970-1990** – A barragem torna-se um destino de férias, especialmente no verão. Os trabalhadores deixam gradualmente de viver com as famílias na barragem, passando as casas a serem usadas para as férias. A barragem começa a ser conhecida como a praia da região.

1990-2010 - UM LUGAR DE AO ABANDONO

(4) A *Central* começa a ser comandada remotamente pelo que deixa de necessitar da presença humana. As casas dos trabalhadores são fechadas e o lugar passa a estar ao abandono.

2013- ... - UM LUGAR DE LAZER E DE TURISMO CULTURAL

(5) A realização do *Andanças* em 2013, bem como de outros eventos, volta a colocar a barragem no centro da atenção das pessoas (população e poder local) mas também do exterior.

Deste quadro resumido, a primeira coisa que nos salta à vista é que o espaço da barragem foi sempre habitado, independentemente dos usos que foi tendo ao longo do tempo. A Barragem da Póvoa surge inicialmente como centro de produção de eletricidade. Nessa altura, o espaço mais valorizado (e usado) era a zona seca da barragem, onde se situa a Central, bem como as casas dos trabalhadores e os jardins. Na época a vida na barragem fazia-se à volta do edifício da Central. Mesmo para quem vinha de fora, em passeio, a Central e as zonas circundantes eram visita obrigatória. Na parte do lago a atividade mais importante era a pesca. As pessoas de fora vinham à barragem acima de tudo admirar a *obra de progresso*.

Tal como a palavra *hulha branca* que começa a cair em desuso nos anos cinquenta, também nesse período se dá uma viragem nos usos da barragem. A produção de eletricidade vai perdendo relevância, na medida inversa em que o lazer e o turismo ganham protagonismo. Este período de viragem, entre os anos cinquenta e os anos setenta, é o período em que a barragem se consolida como espaço social de convívio e de lazer para as pessoas da região, um lugar público de encontros e comemorações, como a segunda-feira de Páscoa (o dia da barragem), ou a festa antes das *sortes*. A partir dos anos setenta, a barragem cumpre finalmente a promessa anunciada por Custódio Nunes de se tornar um lugar de turismo. A sua valência como produtora de eletricidade é definitivamente subalternizada pela entrada em cena das grandes barragens. Por isso, a dimensão estética da paisagem da barragem começa a ser cada vez mais relevante. As casas dos trabalhadores da Central passam a ser usadas apenas para os trabalhadores dormirem, deixando de ser habitadas pelas suas famílias, exceto nas férias do verão. A barragem começa a ser um destino de férias, não só para as famílias dos trabalhadores e para as pessoas da região, mas também para os que vêm de fora (mesmo do estrangeiro), cada vez em maior número. Nessa altura a barragem começa a ser usada como se de uma praia se tratasse. Os banhos na albufeira e os desportos náuticos ganham relevância e, em sentido inverso, o edifício da Central e os jardins (a parte seca da barragem) vão perdendo protagonismo.

No final dos anos oitenta, com o processo de automatização das centrais elétricas, a barragem deixa de ser operada localmente por funcionários e esvazia-se de pessoas. Os trabalhadores da Central são despedidos ou recolocados noutros lugares da empresa (na altura já EDP) e começa um período caracterizado pela degradação da parte seca da barragem, dos jardins e das habitações.

Em 2013 realizou-se pela primeira vez na Barragem da Póvoa o festival Andanças⁹⁸. O festival atraiu mais de vinte mil pessoas e colocou a barragem de novo no centro das atenções locais, regionais e nacionais, através da cobertura mediática. Todo o espaço foi limpo e arranjado, e as infraestruturas melhoradas. Voltou de novo a conseguir ver-se o lago no jardim, até então coberto de silvas. E, quase quarenta anos depois, os bailes e os concertos populares voltaram à barragem, desta feita em palcos de madeira construídos para o efeito. Isto é, de certa forma o festival recuperou a tradição dos bailes e concertos na barragem e esta voltou a ser um lugar de convívio e de cultura popular. O mercado e as tendas de comida do Andanças também se instalaram no lado seco da barragem. O lago foi aproveitado para atividades de lazer. Curiosamente, o edifício da Central e o espaço em seu redor foi o único lugar da barragem que não foi usado pelo festival. O que a realização do Andanças mostra é que o lugar continua vivo e dialogante e se mantém como um lugar de produção.

⁹⁸ O festival Andanças é organizado pela associação PédeXumbo, sediada em Évora, cuja missão assenta, como se pode ler no *site*, em quatro pilares – social, cultural, ambiental e económico. A associação procura organizar atividades que possam contribuir para «um mundo melhor e modos de vida mais sustentáveis» (PédeXumbo, 2013). Não deixa de ser curioso que na sua missão se encontrem valores idênticos aos que Custódio Nunes defendeu para a HEAA na altura da sua fundação.

OS OUTROS ESPAÇOS DA BARRAGEM

«Um inveterado e, até certo ponto, justificado pessimismo acolheu a famosa iniciativa, porque todos reputavam esta terra infeliz de mais para merecer, inesperadamente tão carinhosa visita da Fortuna (...) era a sorte grande sem comprar o bilhete!» (Figueiredo, 1927).

Um dos factos mais intrigantes da barragem de Póvoa tem a ver com as condições da sua edificação, condições essas que reforçam o carácter excecional e, ao mesmo tempo paradoxal, da obra. Situemo-nos pois na segunda década do século XX. A crise que se vivia na Europa após a primeira Guerra Mundial, bem como a instabilidade política e económica interna (que culminou no golpe militar de 28 de maio de 1926, curiosamente o ano em que a Barragem da Póvoa entrou em funcionamento), parecia pouco propícia a obras desta envergadura. Para além disso, o Alto Alentejo era uma zona longe do *centro*, quase esquecida, onde tudo demorava a chegar, com uma economia baseada na exploração agrícola, exploração essa controlada por (poucos) grandes proprietários. A maioria da população era muito pobre e dependia quase exclusivamente do trabalho rural, sazonal e mal remunerado. De um modo geral o ambiente era de grande pessimismo, um sentimento que invadia tudo.

Por outro lado, a Barragem da Póvoa não surge diretamente ligada a nenhuma grande demanda industrial (nem urbana), como foi o caso, por exemplo, da barragem da Serra da Estrela (que se justificava pela proximidade das indústrias dos lanifícios). A Barragem da Póvoa nasce antes como uma quimera que, surpreendentemente, acabou por se tornar realidade. Tanto mais que o principal empreendedor do projeto não era rico nem pertencia à elite. Curiosamente, a falta de dinheiro, que poderia ter comprometido a obra, apenas a tornou mais singular, ao desencadear um movimento inédito que colocou lado a lado pequenos comerciantes locais, alguns trabalhadores da obra e grandes proprietários capitalistas, como sócios da empresa (HEAA), uma esforço coletivo face a um objetivo comum. Este movimento aproximou as pessoas que, passando a partilhar a crença na importância da obra, a transformaram numa bandeira da região.

Por fim, o contexto geográfico também não parecia convidar ao surgimento da barragem. Só uma leitura cuidadosa da *informação ecológica* do espaço permitiu a Custódio Nunes (re)conhecer o sítio ideal para a construção da barragem. Subordinado a um cálculo puramente economicista o empreendimento nunca teria visto a luz do dia, pois era demasiado arriscado, demasiado improvável e mesmo quimérico.

A crise, a interioridade, a falta de dinheiro e a geografia pouco convidativa, todos estes factores adversos parecem ter conjurado para que, paradoxalmente, esta obra improvável se tenha realizado. A vontade de mudança, o inconformismo, uma profunda ligação afetiva ao Alentejo, aliada ao conhecimento técnico, contribuíram para contrariar o pessimismo da altura. Digamos que neste caso as adversidades funcionaram como catalisadores da mudança, o que contribuiu para uma certa mitificação da obra (e do seu mentor). Ora, essa força dos projectos improváveis que ainda assim se

consumam, está presente ainda hoje no espaço da barragem que se mantém como um espaço de possibilidades.

A barragem foi construída com dois objetivos distintos e de natureza diferente. Por um lado, deveria ser o motor de desenvolvimento da região (ou de *progresso* nos termos da época) melhorando a vida das pessoas. Por outro, o espaço deveria servir de exemplo e inspiração. Este programa traduz-se na maneira como o espaço foi desenhado, uma espécie de afirmação gráfica da possibilidade de mudança.

Em termos práticos, a construção da barragem permitiu trazer a eletricidade a uma zona tão remota — a aldeia de Póvoa e Meadas foi a primeira aldeia rural do país a ter iluminação pública elétrica — possibilitando iluminar as ruas, puxar água potável, ajardinar o espaço público, melhorar as vias de comunicação, isto é, promover efetivamente uma mudança na vida da população. Mas sabe-se hoje que a região não se transformou numa região rica e populosa, bem pelo contrário. Mesmo que a barragem não tenha mudado radicalmente o curso das coisas, esta dimensão de promessa de mudança parece ter ficado inscrita na paisagem da barragem. De tal forma que ninguém, desde a sua construção até hoje, parece discordar sobre a relevância do lugar. Como se a dimensão potencial do lugar, como espaço de possibilidades de mudança (sempre em vias de se cumprir mas nunca se cumprindo) em direção a uma sociedade mais desenvolvida e mais justa (mais *civilizada* nas palavras da época) se tivesse impregnado no lugar, um lugar que mostra (e relembra) a importância de manter a utopia no horizonte.

As pessoas da região continuam a ver hoje na barragem a porta pela qual o desenvolvimento pode chegar. E, nessa medida, a paisagem da barragem funciona como uma zona de abertura ao exterior, por onde chegam pessoas diferentes e ideias novas ou, dito de outra maneira, ventos de (possível) mudança. Uma jovem alentejana resumia muito bem esta ideia numa conversa que tivemos durante o trabalho de campo. Dizia ela: — nós, Alentejanos, estamos sempre à espera que cheguem, de fora, novas ideias, ventos de desenvolvimento, mais riqueza para a região mas, na verdade, quando chega a agitação começamo-nos logo a queixar. Embora almejemos a mudança, quando essa mudança parece aproximar-se começamos a questionar-nos se realmente é isso que queremos.

DO ESPAÇO AO LUGAR, DO LUGAR À PAISAGEM

Este trabalho evidencia que o espaço da Barragem da Póvoa, ao longo dos anos, se manteve sempre habitado e dialogante. É um espaço vivo, que se transforma, mas que retém uma certa permanência. Permanece a beleza do lugar imaginado por Custódio Nunes, e o seu uso como espaço de lazer e encontros culturais. Muda o foco da produção (outrora a eletricidade, agora o turismo cultural), porém o lugar mantém-se como lugar de produção. Mudam os habitantes mas permanece o interesse no habitar. A paisagem continua pois a ter a capacidade de atrair pessoas, ideias, práticas e representações, como demonstra a realização do Festival Andanças.

A um outro nível, a barragem, ou melhor, a paisagem da barragem incorpora ideias e valores, que se mantêm, nalguns casos, desde a sua construção. Como se esse momento tivesse ficado gravado de uma forma indelével na paisagem da barragem. Não será por acaso que algumas das preocupações que estiveram por detrás da construção da barragem são comuns ao festival Andanças, designadamente uma ideia de desenvolvimento que inclua a comunidade local e que respeite o meio ambiente.

A construção da barragem transforma o espaço num lugar com um nome, uma forma, uma vida. Esse espaço tem uma certa singularidade, uma certa unidade, que se traduz na expressividade visual do lugar, um lugar-paisagem, habitado por pessoas e por ideias. Portanto, como se pode concluir, este estudo não é sobre uma barragem, nem sobre um lugar, como inicialmente pensei, mas sim sobre uma paisagem, a paisagem da barragem, que inclui tudo isso.

UMA ÚLTIMA REFLEXÃO NA FORMA DE PERGUNTA

Formulemos uma última questão, aparentemente retórica, mas que nos serve para concluir e atar as pontas desta reflexão:

— Qual seria o impacto do desmantelamento da Barragem da Póvoa?

Em 2014 a Liga para a Proteção da Natureza apresentou um documento intitulado «Preparar Portugal» com um conjunto de medidas que visam mitigar as alterações climáticas e preparar o país para as alterações previstas pelos cientistas do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) designadamente o aumento das temperaturas, que incluía a proposta de desmantelamento de barragens antigas. Vejamos o que nos diz o documento:

«Os projetos internacionais de desmantelamento e descomissionamento de barragens são uma tendência crescente. Nos Estados Unidos da América e Canadá já foram desmanteladas dezenas de barragens, incluindo barragens de grande dimensão, dando lugar à renaturalização dos ecossistemas estuarinos e ribeirinhos e demonstrando a elevada capacidade de recuperação dos rios, da sua fauna e flora, uma vez retirados os obstáculos. Esta medida, além de fazer sentido no que diz respeito ao combate às alterações climáticas, é racional em termos de ordenamento do território, podendo revitalizar regiões em despovoamento, recuperando serviços dos ecossistemas às populações humanas, dinamizando o setor da construção civil (para as obras de engenharia que estarão implicadas no processo) e permitindo que várias barragens obsoletas, que já não servem os propósitos para os quais foram construídas, possam deixar de ser uma barreira inútil no meio dos rios. Há em Portugal mais de 70 barragens com mais de 50 anos de idade e cerca de uma dezena com mais de 100 anos, ainda presentes nos rios. Bastantes destas já não servem os propósitos para os quais foram construídas».

Ora, esta declaração levanta diversos quetões se tivermos em conta a Barragem da Póvoa, uma das setenta barragens com mais de 50 anos de idade (passaram exatamente 89 anos desde a sua inauguração). E não deixa de ser curioso que os argumentos usados para defender o desmantelamento destas barragens sejam quase os mesmos que servem para justificar a construção de novas barragens, designadamente o de «revitalizar regiões em despovoamento (...) dinamizando o setor da construção civil».

Por outro lado, o argumento que defende que o desmantelamento das barragens deve ser feito quando estas «já não servem os propósitos para os quais foram construídas» tem implícito a ideia de que de que as barragens são estruturas desligadas de tudo o que está à sua volta (geografia, pessoas, ideias, etc). Ora, como nos mostra a Barragem da Póvoa, quando falamos de uma barragem, nunca estamos a falar apenas do muro (paredão) mas sim de uma paisagem (que inclui a barragem mas não se restringe a ela).

Outro erro de princípio surge, a meu ver, quando no documento se assume o objetivo de «renaturalizar os ecossistemas estuarinos e ribeirinhos». Numa deriva rousseuniana, o documento

alicerça-se na ideia de que existe uma natureza primordial à qual se pode voltar, natureza essa mais pura e benéfica. Ora, o que a Barragem da Póvoa nos mostra é justamente o contrário.

A Barragem da Póvoa não pode ser entendida, a meu ver, como uma coisa fora da paisagem, e vai mudando com ela ao longo do tempo. Portanto, se pusermos a hipótese do desmantelamento desta barragem temos de falar na destruição da paisagem, o que equivaleria, nos termos de Ingold, a apagar os *testemunhos duradouros de vidas e trabalhos das gerações anteriores que nele habitaram* (Ingold, 2011: 189). Temos de ter em conta que a barragem ou, melhor, a paisagem da barragem continua viva, e continua a atrair pessoas, ideias e projetos. A prova disso foi a escolha da barragem para a realização do Festival Andanças em 2013.

Não pretendo com isto afirmar que se devem manter todas as barragens antigas. Penso, contudo, que temos de ter em conta que a sua demolição implica sempre algum grau de destruição (ecológica, paisagística, arquitetónica, cultural, etc) e, por isso, uma tal operação tem que ser bem ponderado. Especialmente se as barragens estiverem associadas a uma albufeira artificial.

A Barragem da Póvoa ou, melhor, a paisagem da barragem faz parte do património local (património entendido como coisa viva e dialogante) e continua a ter relevância para as pessoas e para a região. O que é património na Barragem da Póvoa não são só as edificações mas sim o todo paisagem (sendo que a paisagem inclui a barragem e as edificações). Numa perspectiva de preservação, o que se tem de cuidar na Barragem da Póvoa não é apenas o paredão ou a central, como se poderia supor numa versão simplista das coisas, mas o todo. Se se desmantelasse a Barragem da Póvoa seguramente que se perderia um pedaço do Alto Alentejo, da sua história, da sua identidade e, acima de tudo, se perderia uma paisagem que continua a (re)lembrar que a mudança é possível, mesmo que nunca se cumpra.

BIBLIOGRAFIA

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO/METODOLÓGICO

Bibliografia Citada

- Angrosino, Michael e Kimberfy Mays de Perez (2000), «Rethinking observation. From Method to context» em Norman Denzin & Yvonna Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitativ Research*, Thousand Oaks, Califórnia, Sage (2ª edição), pp.673-702.
- Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*, Oeiras, Celta.
- Coccia, Emanuele (2013), «Mente e matéria ou a vida das plantas» em *Revista Landa*, 1, (2), (online), <http://www.revistalanda.ufsc.br/PDFs/ed2/Emanuele%20Coccia.pdf>, (consultado em 3/9/2013), pp.197-220.
- (2010), *A Vida Sensível*, Desterro: Cultura e Barbárie.
- Gadamer, Hans-Georg (1998), *Verdade e Método. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, Petrópolis, Editora Vozes.
- (2010), *Hermenêutica da Obra de Arte*, Seleção e tradução de Marco António Casanova, São Paulo, WMF/Martins Fontes.
- Geertz, Clifford (2008), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC.
- Heidegger, Martin (2002), *Ensaio e Conferências*, Petrópolis, Vozes.
- Ingold Tim e Jo Lee Vergunst (1988), *Ways of Walking: Ethnography and Practice on Foot*, Surrey, Ashgate.
- Ingold, Tim. (2011a), *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, London, Routledge.
- (2011b), *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*, Oxon, Canadá.
- (2013), *Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*, London, Routledge.
- Merleau-Ponty, Maurice (1994), *Fenomenologia da Percepção*, São Paulo, Martins Fontes.
- Pink, Sarah (2009), *Doing Sensory Ethnography*, London, Sage.
- Van Gennep, Arnold, 1978, *Os ritos de passagem*, Petrópolis: Editora Vozes.

Bibliografia Relevante

- Abram, David (2007), *A Magia do Sensível: Percepção e Linguagem num mundo mais do que humano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bateson, Gregory (1987), *Natureza e Espírito*, Lisboa, Don Quixote.
- Braudel, Fernand (1995), *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, 1, Lisboa, Don Quixote.
- Davies, Charlotte Aull. (1999), «Reflexivity and ethnographic research», *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*, Londres, Routledge, pp.1-25.
- Denzin, Norman e Yvonna Lincoln (2000 [1994]), «Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research» em Norman Denzin & Yvonna Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, California: Sage (2ª edição), pp.1-28.
- Descola, Philippe. (2008), «Who Owns Nature?», *laviedesidees.fr*, www.booksandideas.net/Who-owns-nature.html?lang=fr, (consultado em 13/1/2013).
- Diamond, Jared (2008), *Colapso. Ascensão e queda das sociedades humanas*, Lisboa, Gradiva.
- Latour, Bruno (2004), *Políticas da Natureza. Como fazer ciência na democracia*, São Paulo, EDUSC.

———(1998), «Crise dos meios ambientes: desafios às ciências humanas» em Hermetes Reis de Araújo (org.), *Tecnociências e Cultura - Ensaios sobre o tempo presente*, São Paulo, Estação Liberdade, pp.91-126.

Morgan, Lewis (1868), *The American Beaver and his Works*. Philadelphia, J.B.Lippincott.

Ortner, Sherry (1993 [1984]), «Theory in Anthropology since the Sixties» em *Comparative Studies in Society and History*, 26, (1), (Jan), pp.126-166 .

———(2006), «Introduction: Updating Practice Theory» em Sherry Ortner, *Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject*, Durham, Duke University Press, pp.1-18.

Salzman, Philip e Donald Attwood. (2002 [1996]), «Ecological Anthropology», *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London, Routledge, pp. 257-61.

Strickland, S. S. (2002 [1996]), «Human Ecology», *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London, Routledge, pp.107.

Thin, Neil (2002 [1996]), «Environment», *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London Routledge, pp.283-7.

Turner, Victor (ed.), 1986, *The anthropology of experience*, Illinois, University of Illinois Press.

Velho, Otávio (2001), «De Bateson a Ingold: Passos na construção de um paradigma ecológico», *Mana*, 7, (2), pp.133-140.

Verde, Filipe (2009), *Explicação e Hermenêutica*, Coimbra, Angelus Novus.

2. PAISAGEM, ESPAÇO E MEMÓRIA

Bibliografia Citada

Cézzane em Deleuze, G. e Guattari, F (1992), *O que é a filosofia?*, Rio de Janeiro, Editora 34.

Halbwachs, Maurice (1992), *On Collective Memory*, Chicago, University Chicago Press.

Herrington, Susan (2009), *On Landscapes*, Routledge, Oxon.

Hirsch, Eric, Michael O'Hanlon (1995), *The Anthropology of Landscape. Perspective on Place and Space*, Oxford, University Press.

Ingold, Tim (2012), «Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais» em *Horizontes Antropológicos*, 18 (37), pp. 25-44, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832012000100002&script=sci_arttext, (consultado 13/4/2013).

Norberg-Schulz, Christian (1979), *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*, Londres, Academy Editions.

Bibliografia Relevante

Bender, Barbara (2002 [1996]), «Landscape», *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London, Routledge, pp.487-8.

Candau, Joël (2013), *Antropologia da Memória*, Lisboa, Instituto Piaget.

Cardoso, Isabel Lopes et al. (2013), *Paisagem e Património*, Porto, Dafne Editora/CHAIA-UÉ.

Connerton, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*, Lisboa, Celta.

Felice, Massimo (2012), *Paisagens Pós-Urbanas. O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*, Lisboa, Vega.

Foucault, Michel (2005 [1998]), «De outros espaços», *Virose CEPAD*, http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html, (consultado em 2/3/2014).

- Hall, Edward T. (1986 [1966]), *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio de Água.
- Janowski, Monica, Tim Ingold (2013), *Imagining Landscapes. Past, Present as Future*, Surrey, Ashgate.
- Schama, Simon (1996), *Paisagem e Memória*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Serrão, Adriana (2012), *Filosofia e Arquitetura da Paisagem*, Lisboa, Centro de Filosofia.
- Spirn, Anne (1998), *The Language of Landscape*, New Haven, Yale University Press.
- Simmel, Georg (2009 [1913]), *Filosofia da Paisagem*, Covilhã, Lusofonia.
- Turri, Eugénio (2013), «A paisagem como teatro: do território vivido ao território representado» em Adriana Serrão (coord.), *Filosofia da Paisagem* (2ª edição), Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp.167184.
- Wylie, John (2007), *Landscape*, Oxon, Routledge.

3. BARRAGENS, ENERGIA HIDROELÉTRICA E CONTEXTO HISTÓRICO

Bibliografia Citada

- Ferreira, Fernando e Gilberto Monteiro (2000), «A contribuição da geologia de engenharia no projeto de reabilitação de barragens: o caso da Barragem da Póvoa, Apresentado no VII Congresso Nacional de Geotecnia.
- Liga para a Proteção da Natureza, 2014, «Perante os cenários das alterações climáticas do IPCC, a LPN propõe medidas de adaptação do país», <http://www.lpn.pt/Homepage/Noticias/Comunicados-de-Imprensa/Announcements.aspx?tabid=2403&code=pt&ItemID=1544> (consultado em 1/4/2014).
- , 2014, «Alterações climáticas: Preparar Portugal», http://www.lpn.pt/Backoffice/UserFiles/menu_lpn/CI/2014/PrepararPortugal2014.pdf (consultado em 1/4/2014).
- Matos, Ana et al. (2005), *A electricidade em Portugal: dos primórdios à 2ª Guerra Mundial*, Lisboa, EDP.
- Meneses, Filipe (2009), *Salazar – Uma Biografia Política*, Lisboa, D. Quixote.
- Oliveira, Manuel e Irene Fernandes e José da Silva (2004), «Adequação dos descarregadores de cheias das barragens dos sistema de Niza. Soluções propostas», Apresentado no 7º Congresso de Águas.
- Simões, Ilídio (1997), *Pioneiros da eletricidade em Portugal e outros estudos*, Lisboa, EDP.
- Saraiva, Clara, 2003, «Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e das mudanças, Etnográfica», Vol. VII (1), pp. 105-130.
- , 2009, “Pesquisa e recolha etnográfica: o caso da aldeia da Luz”, Atas do Colóquio Museus e Património Imaterial, Lisboa, Instituto de Museus e Conservação.

Bibliografia Relevante

- Antunes, Manuel e Lucinda Duarte (2004), «Barragens em Portugal: de Vilarinho das Furnas à aldeia da Luz, com passagem pelo Douro internacional», *Revista Lusófona*, (online), <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1269/1028> (consultado em 3/4/2014).
- EDP (2000), *Electricidade e Modernidade: cartazes/ posters*, Lisboa, EDP.
- Mariano, Mário (1993), *História da Electricidade*, Lisboa, EDP.
- Madureira, Carlos e Victor Baptista (2002), *Hidroeletricidade em Portugal: memória e desafio*, Lisboa, REN.

Reino, João, (2006), «As “Cidades” do Douro internacional», http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/ENS46444c0fc27f1.pdf, (consultado em 3/3/2014).

Silva, Antunes (1982), *Alqueva, a Grande Barragem*, Lisboa, Livros Horizonte.

4. FONTES LOCAIS, MONOGRAFIAS E ETNOGRAFIAS SOBRE A BARRAGEM E SOBRE A REGIÃO

Arez, Elisabeth (1994), «Tirar as Sortes», Programa do III Festival de Folclore 20 agosto 1994, <http://povoameadas.com.sapo.pt/sortes.htm>, (consultado em 3/4/2014).

Arquivo Distrital de Leiria (2008), «Eusébio Nunes Delisle», <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1068600>, (consultado 12/12/2013).

Bar, Jayme (2014), «Uma dimensão mística do Purim», Revista Morasha, <http://judaismohumanista.ning.com/group/kabbalah/forum/topics/uma-dimensao-mistica-do-purim-revista-morasha>, (consultado em 3/4/2014).

Brito Camacho, Manuel (1931), *Por Cerros e Vales*, Guimarães, Guimarães & C, <http://jornaldenisa.blogspot.pt/2013/11/historia-brito-camacho-no-alto-alentejo.html> (consultado 12/12/2013).

CEL/CAT (1969), «Hidroelectrica Alto Alentejo», *Boletim CEL/CAT* 30, Lisboa, CEL/CAT, pp.14-7.

Cornejo, Mónica e Ema Pires (2003), «Una fiesta y varias fronteras: los Quintos de Barrancos (Portugal) y Noblejas (España)», *Revista de Antropología Social*, 12, España, Universidad Complutense de Madrid, pp. 181-198.

Cunha, José (2001), *Conselho de Castelo de Vide. A economia agrária em meados do século XX*, Castelo de Vide, Câmara Municipal.

Cutileiro, José (1977), *Ricos e pobres no Alentejo : uma sociedade rural portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.

EDP, (2013), «Barragem da Póvoa», http://www.a-nossa-energia.edp.pt/centros_produtores/info_tecnica.php?item_id=43&cp_type=he§ion_type=info_tecnica, (consultado em 13/04/2013).

Fidalgo, Daniel (1933), «Póvoa e Meadas», *O Castelvidense*, Ano 2, 2ª série, (26), pp.2-3.

Gonçalves, Fausto (1957), *Alentejo e alentejanos*, Lisboa, Livraria Portugal.

——— (1964), *A vida e a obra de José Custódio Nunes: o homem da Hidroelétrica Alto Alentejo*, Lisboa, Livraria Portugal.

Gordo, João (1935), “*Terra-Alta*”. *Antologia de Castelo de Vide*, Lisboa, Sá da Costa.

———(2004 [1954]), *No Alto Alentejo. Crónicas e Narrativas*, Castelo de Vide, Grupo de amigos de Castelo de Vide.

H.E.A.A., (1924), *Hidro-electrica Alto Alemtejo : sociedade anónima de responsabilidade limitada*, Lisboa, Casa Portuguesa.

———(1927), *Livro de visitantes*. Lisboa: Hidro Eléctrica do Alto Alentejo.

———(1953), *Folheto Publicitário Pracana – Rio Ocreza*.

———(1953), *Folheto Publicitário Belver – Rio Tejo*.

———(1962), *Hidroeléctrica do Alto Alentejo : 1925-1962*. Lisboa: HEEA.

———(2011), «Atas da Direção da Hidroelétrica Alto Alentejo – H.E.A.A.», Livros 1, 2, 3, e 4 (1925 a 1964) em Sara Silva (compilação).

Jornal Fonte Nova (2002), «Limpeza e desmatação na barragem da Póvoa», <http://jornalfontenova.blogspot.pt/>, (consultado em 13/04/2013).

Mendes, M, 2008, «Blogue “Corte das Areias” recorda José Custodio Nunes como “um maçon de Póvoa e Meadas», *Notícias de Castelo de Vide*, <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.pt/2008/03/blogue-corte-das-areias-recorda-jos.html>, (consultado 3/12/2013).

- Ministério da Economia (s.a.), «João Geirinhas», *Acervo de Infraestruturas, Transportes e Comunicações*, <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=222525>, (consultado 12/12/2013).
- (s.a.), «Francisco Xavier Centeio», *Acervo de Infraestruturas, Transportes e Comunicações*, <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=220109>, (consultado 12/12/2013).
- (s.a.), «Mário da Silva Pereira de Albuquerque», *Acervo de Infraestruturas, Transportes e Comunicações*, <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=18918>, (consultado 12/12/2013).
- Muralhas, Pedro (1933), «A Hidroelétrica do Alto Alentejo é um formidável empreendimento alentejano», *Álbum Alentejano*, Tomo III, Portalegre, pp.539-41.
- Nemésio, Manuel (1996), *Construção da casa do ser ou roteiro sentimental de Castelo de Vide*, Lisboa, Colibri.
- Notícias de Castelo de Vide, 2009, «Póvoa e Meadas terá “Rua LED” no dia 27 – 15 luminárias na Rua de Santo António», <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.pt/2009/11/povoa-e-meadas-tera-rua-led-no-dia27.html>, (consultado em 13/04/2013).
- Nunes, Custódio (1931), «Empréstimos industriais sobre a Hidroelétrica do Alto Alentejo», *Documentos do Arquivo Salazar da Torre do Tombo (1930-1934)*.
- (s.a.)*, «A Hidro Eléctrica Alto Alentejo», *Terra-Mãe*, (5), pp.38-9.
- (s.a.)*, «A Hidro Eléctrica Alto Alentejo», *Terra-Mãe*, (6), pp.45-6.
- (s.a.)*, «A Hidro Eléctrica Alto Alentejo», *Terra-Mãe*, (9), pp.205-10.
- (1933), «Hidro Eléctrica Alto Alentejo», *O Castelovidense*, Ano 2, 2ª série, (26), pp.6-7.
- (1936), «Eletrificação», *O Grémio Alentejano*, (9), pp.1,8.
- (1944), *Palestra sôbre o Alentejo. Conferência realizada na Casa do Alentejo em 21 de dezembro de 1944*, Beja, Casa do Alentejo.
- (1946), «Considerações oportunas», *A Rabeca*, (1413-1414), pp.8,10.
- PédeXumbo (2013), «Andanças: Conceito», *Andanças 2013*, <http://www.andancas.net/2013/pt/26/festival/conceito/andancas>, (consultado em 13/04/2013).
- (2013), «Associação PédeXumbo», <http://www.pedexumbo.com/>, (consultado em 13/04/2013).
- 2006, *Contra Danças não Há Argumentos, Uma década de Andanças, Festival Internacional de Danças Populares*, Évora, PédeXumbo.
- Polido, António (1998), *As Memórias de António Maria Polido*, Nisa.
- Ralo, José (1995), *Recordações da Aldeia*, Castelo de Vide, Câmara Municipal.
- (1994), *Memórias de um Veterinário*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários.
- Revista Electricidade (1973), «Algumas palavras sobre a história da Hidro-Eléctrica Alto Alentejo», *Brochura de divulgação "História da HEAA", separata da Revista Electricidade*, (100).
- Ribeiro, José (1993), *O Engenheiro José Custódio Nunes e a Hidro Eléctrica Alto Alentejo. Subsídios para a História do tecido empresarial em Portugal*, Trabalho elaborado no âmbito do programa FL/FOCO – História Económica, Coimbra.
- Rollo, Maria (2005), «“Hulha branca”: uma história de triunfos, impasses e de renovados desafios», *Revista Ingenium* (88), <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/hulha-branca-uma-historia-de-triunfos-impasses-e-de-renovados-desafios/>, (consultado 10/12/2013).
- Rosa, Jorge (2013), «Barragem da Póvoa. O Futuro é agora», *Notícias de Castelo de Vide*, pp.10.
- (1997), *Póvoa e Meadas, um olhar sobre a sua história*, Castelo de Vide, Câmara Municipal.
- Santos, Ezequiel, (1930), «Empréstimos industriais sobre a Hidroelétrica do Alto Alentejo», *Documentos do Arquivo Salazar da Torre do Tombo (1930-1934)*.
- A Terra do Alto Alentejo (2011), «A barragem de Póvoa e Meadas», <http://aterradoaltoalentejo.blogs.sapo.pt/129478.html>, (consultado 16/12/2013).
- Tolmei, Yael (2012), *Castelo de Vide, Os Judeus e a Inquisição*, Bruxelas, Orfeu.
- Ventura, António (2007), *A Maçonaria no distrito de Portalegre (1903-1935)*, Lisboa, Caleidoscópio.

5. FONTES DO ARQUIVO PESSOAL DO ENGENHEIRO CUSTÓDIO NUNES⁹⁹

Cardoso, Leonel, 1936, «Impressões de Viagem. Breves recordações da excursão do Grémio Alentejano à Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo», *O Grémio Alentejano*, (9), pp.4-6.

O Castelovidense (1952) «A nossa estância termal. A total transformação da “Empresa das Águas Alcalinas Medicinais de Castelo de Vide” para um futuro melhor», *O Castelovidense*, Ano XXI, (951-952), pp.6,9.

Democracia do Sul (1933), «Engenheiro Custódio Nunes», *Democracia do Sul*, (4669), pp.1.

Diário de Lisboa (1951), «Quatro ministros visitaram hoje as obras da barragem de Belver», *Diário de Lisboa*, Ano 31, (10.388), pp.1,7.

Diário de Notícias (1927a), «Os Grandes Empreendimentos. O Alto Alentejo e o Sul da Beira Baixa inundados de energia eléctrica. No acto inaugural da iluminação em Niza, o Sr. Américo de Oliveira e os srs. Ministros do Interior e Comércio fizeram interessantes declarações políticas», *Diário de Notícias*, Ano 63º, (21.939), pp.1.

——— (1927b), «A valorização do Alto Alentejo. Realizou-se com grande imponência e brilhantismo a cerimónia de inauguração da central Hidro-Eléctrica de Niza», *Diário de Notícias*, Ano 65, (21.940), pp.1,5.

——— (1927c), «O Alto Alentejo em Festa. A inauguração da Luz eléctrica», *Diário de Notícias*, Ano 63º, (21.941), pp.1.

——— (1927d), «A inauguração da luz eléctrica em Niza e a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo», *Diário de Notícias*, Ano 63º, (21.945), pp.4.

——— (1936), «Portugal Progressivo. Uma obra que enobrece a Industria Nacional: Impressões de uma visita às Instalações da Hidro-eléctrica Alto Alentejo», *Diário de Notícias*, Ano 72, (25.229), pp.2.

——— (1951), «O Domínio do Tejo. 4 ministros visitaram os trabalhos da barragem de Belver. Uma grande realização de iniciativa particular, apoiada e louvada pelo estado», *Diário de Notícias*, Ano 87º, (30.785), pp.1-2.

——— (1929), «O Funeral de António José de Almeida foi a mais grandiosa manifestação de que há memória em Lisboa», *Diário de Notícias*, Ano 65, (22.905).

Figueiredo, J. (1927), «A inauguração da Barragem da Ribeira de Niza e da iluminação eléctrica de aquela vila» e «A Vila de Niza em Festa. Dois importantíssimos melhoramentos. Com a assistência de alguns membros do Governo, realiza-se hoje a inauguração oficial da Barragem da Ribeira de Niza e da iluminação eléctrica da linda vila alentejana», *Diário de Notícias*, Ano 63, (21.938), Lisboa, pp.1,4.

Notícias Agrícola (1950), «Uma visita à barragem de Belver. Energia Eléctrica para a Agricultura», *Notícias Agrícola*, Ano XVII, (882), pp.1,4.

Novidades (1936), «A bem da economia nacional. A Hidro Eléctrica do Alto Alentejo, grande obra engenhada e realizada por portugueses. Impressões da visita às barragens e centrais», *Novidades*, Ano LI, (12:776), pp.1,3.

Nunes, Custódio (1933), «Hidro Eléctrica Alto Alentejo», *O Castelovidense*, Ano 1, 2ª série, (26), pp.6-7.

——— (1936), «Electrificação», *O Grémio Alentejano*, (9), pp.1,8.

——— (1946), «Considerações oportunas», *A Rabeca*, (1.413/14), pp.8,10.

Mello, Artur (1933), «Grémio Alentejano», *O Castelovidense*, Ano 1, 2ª série, (26), pp.17.

Mourato, Casimiro (1950), «A Hidro», *Brados do Alentejo*, Ano XIX, (1.014), pp.1,6.

——— (1952), «A Barragem de Belver», *Brados do Alentejo*, (1.088), pp.5-6.

A Rabeca (1950), «Bodas de prata da Hidro Eléctrica», *A Rabeca*, Ano XXXV, (1.608) pp.1.

——— (1952), «Passeio a Belver», *A Rabeca*, (1678), pp.1.

——— (1952), «Ainda a barragem de Belver», *A Rabeca*, (1679), pp.1.

Revista Alentejana (1961), «José Custódio Nunes. Homem de corajosa têmpera e energia», *Revista Alentejana/Boletim da Casa do Alentejo*, Ano XXVI, (291), pp.1,7.

⁹⁹ Grafia dos títulos conforme os originais.

Rodrigues, Urbano (1947), «A hidroelectrica do Alto Alentejo é uma realização portuguesa de que podemos orgulhar-nos», *Diário de Notícias* Ano 83, (29.207), pp.1,4.

——— (1947), «O centro do país vai ter a baixo preço luz e energia eléctrica. O desenvolvimento de uma grande obra de Portugueses», *Diário de Notícias*, Ano 83, (29.236), pp.1,4.

Santos, Martins (1927a), «É hoje inaugurada próximo de Niza a primeira central electrica de uma empresa que se propõe fornecer energia para todo o Alto Alentejo», *A Voz*, Ano I, (23), pp.1.

——— (1927b), «A inauguração da luz eléctrica em Niza e os Festejos comemorativos. As nossas reportagens e o serviço dos correios», *A Voz*, Ano 63º, Ano 1, (26), pp.1,3.

O Século (1927a), «A luz eléctrica no Alto Alentejo. A assistir à inauguração daquele importante melhoramento partiram para Castelo de Vide os Srs. Ministros do Interior e do Comercio», *O Século*, Ano 48º, (16.151), pp.2.

——— (1927b), «A inauguração das primeiras instalações da Hidro-Elctrica do Alto Alentejo», *O Século*, Ano 48º, (16.152), pp.3.

——— (1927c), «A Hidro-electrica do Alto Alentejo. Decorreu com grande entusiasmo a inauguração deste importante melhoramento, tendo assistido à cerimonia os srs. Ministros do Interior e do Comercio e o sr. Bispo de Portalegre», *O Século*, Ano 48º, (16.155), pp.1,2.

——— (1927d), «O Progresso do Alentejo. Regressaram, ontem, a Lisboa os membros do Governo que foram a Niza assistir à inauguração da Hidro-ElecTrica. O sr. ministro do Interior afirma o seu propósito e dos seus colegas de acabarem com revoluções em Portugal», *O Século*, Ano 48º, (16.154), pp.6,2.

——— (1951), «A Barragem de Belver que custou 240.000 contos, fornecendo a média anual de 150 milhões de K.W.H, e começa a funcionar dentro de uma semana, foi ontem visitada pelos Srs. Ministros da Presidência, Obras Públicas, Economia e Comunicações», *O Século*, Ano 71, (24.998), pp.1-2.

A Voz (1927a), «A inauguração da central Electrica da Póvoa. Os srs. Ministros do Interior e do Comércio foram entusiasticamente recebidos em Castelo de Vide», *A Voz*, Ano I, (22), pp.6.

——— (1927b), «Das ideias dos factos. O pensamento político do Governo», *A Voz*, Ano I, (24), pp.6.

——— (1927c), «A inauguração da primeira central Electrica da Empreza Hidro-Elctrica do Alto Alentejo, em Castelo de Vide, com a assistência dos ministros do Interior e Comercio», *A Voz*, Ano I, (25), pp.1,2.

Dicionários

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005), «Hulha», Lisboa, Temas e Debates. pp. 4460.

——— (2005), «Herói», Lisboa, Temas e Debates. pp. 4363.

Direitos e Autoria das imagens

As imagens 1,2,3,4,5,6,7, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 41, 42 e 45 fazem parte do arquivo da HEAA e encontram depositadas no CDME — Centro de Documentação do Museu da Eletricidade.

As imagens 33, 36 e 46 são do álbum de fotografias de Abel Godinho Anselmo.

As imagens 32, 34 e 35 são do álbum de fotografias de Videira Louro.

As imagens 13, 15, 23, 24, 37, 39, 40, 43 e 47 foram tiradas por mim durante o trabalho de campo.

A imagem 9 foi retirada do site http://www.geocaching.com/geocache/GC3JEDP_barragem-de-povoa-e-meadas (consultado em 14 de novembro de 2014).

A imagem 8 é uma página do jornal *A Voz* (1927b).

A imagem 10 é uma página de uma brochura da HEAA (H.E.A.A. 1924).

A imagem 11 foi retirada de uma página do jornal *O Século* (1927d).

A imagem 12 são duas páginas da revista *Terra Mãe* (s.a.).

A imagem 44 foi retirada do *Google Earth* (junho de 2014).

ANEXOS

ARQUIVO PESSOAL DO ENGENHEIRO CUSTÓDIO NUNES¹⁰⁰

Do arquivo pessoal do engenheiro Custódio Nunes constam 40 documentos diferentes (6 documentos pessoais e 34 jornais), com datas compreendidas entre 1927 e 1961. Todos os jornais, com exceção de dois, estão completos e muito bem conservados. Dos 34 jornais, 17 são exemplares únicos, 16 existem em duplicado e 1 em triplicado.

Mais de um terço dos jornais (14 exemplares) são referentes à inauguração oficial da Barragem da Póvoa (1927) e foram guardados em duplicado. Existem exemplares de *O Diário de Notícias*, *A Voz e O Século*, com artigos quase diários sobre o acontecimento (os primeiros artigos foram publicados a 23 de fevereiro e o último em 3 de março).

O exemplar do *Diário de Notícias* de 1929, dedicado ao funeral de António José de Almeida, não contém qualquer assunto relacionado com a barragem ou com a empresa Hidroelétrica Alto Alentejo, o que indicia a atribuição de uma relevância especial a este acontecimento, provavelmente fruto da simpatia que o engenheiro Custódio Nunes nutria pela causa republicana.

Até 1936 os artigos centram-se na figura de Custódio Nunes como exemplo de um alentejano, *homem de ação e de vistas largas*, defensor de um Alentejo mais desenvolvido e *civilizado* (Custódio Nunes foi presidente do Grémio Alentejano durante vários anos), bem como na conclusão da terceira central do sistema da Ribeira de Nisa, a central da Velada, por ocasião da qual a HEAA organizou uma ação de relações públicas, que incluiu um passeio com visita às três centrais já concluídas e culminou num almoço com 250 convidados.

O conjunto de artigos publicados entre 1946 e 1951, tanto pela imprensa regional como pela imprensa local, alguns da autoria do Custódio Nunes, focam o princípio da construção das grandes barragens pela Hidroelétrica Alto Alentejo, nomeadamente a Barragem da Pracana no Rio Ocreza e a barragem de Belver, a primeira a ser construída no Rio Tejo. Estes artigos refletem as tensões provocadas pelas novas linhas da política energética do Estado Novo, tributárias de uma visão centralista (nomeadamente com a criação da CNE — Companhia Nacional de Eletricidade) assente no investimento em grandes empreendimentos hidroelétricos controlados pelo Estado.

O último documento do arquivo é de 1961, data da morte do engenheiro Custódio Nunes.

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO

A organização do arquivo resultou na elaboração de uma ficha por cada documento, compiladas num dossier. Cada ficha contém as seguintes informações:

- Referência bibliográfica;

¹⁰⁰ Este trabalho foi realizado em janeiro de 2014.

- Secções do artigo e/ou Resumo;
- Quadros das imagens (legendas e descrição) bem como a posição relativa em relação ao jornal.

As fichas foram ordenadas cronologicamente e foram agrupadas em conjuntos, divididos por separadores, que fazem referência ao ano e ao(s) acontecimento(s) que originaram a sua publicação, bem como a alguns dados contextuais relevantes.

Para além de jornais, fazem parte do arquivo seis documentos pessoais, documentos esses que foram todos agrupados numa pasta.

SISTEMA DE REFERENCIAÇÃO

Ano da publicação/ Dia e mês / N° documento / Pasta / N° de exemplares.

Os documentos foram numerados de acordo com a ordem do arquivo original.

A referência «pasta» diz respeito ao número da pasta na qual o documento estava arquivado (os documentos estavam arquivado em 3 pastas distintas).

Os originais foram arrumados na nova pasta por ordem cronológica, correspondendo a cada um uma ficha.

Os documentos foram agrupados em separadores por se relacionarem com acontecimentos específicos.

Os títulos dos artigos bem como todas as citações foram mantidas na grafia original.

O arquivo organizado voltou para as mãos da sobrinha do engenheiro Custódio Nunes. Os jornais duplicados serão oferecidos ao arquivo da Fundação EDP.

RESUMO DO ARQUIVO¹⁰¹

1927

Artigos escritos na sequência da inauguração oficial da Barragem de Póvoa e da luz elétrica em Nisa.

1929

Jornal sobre o funeral de António José de Almeida sem referência à barragem ou a qualquer assunto relacionado.

1933

Os artigos surgem na sequência da homenagem que o Grémio Alentejano fez ao engenheiro José Custódio Nunes (imprensa regional).

1936

¹⁰¹ Descrições usadas nos separadores do arquivo.

Artigos escritos na sequência de uma visita (excursão) organizada às instalações da HEAA desde a Barragem da Póvoa, passando pela Central da Bruceira e terminando na Central da Velada, recentemente inaugurada.

1946

Artigo escrito pelo Engenheiro Custódio Nunes.

Em 1946 iniciam-se as obras em Belver mesmo antes da concessão estar formalizada. Em 1944 tinham-se iniciado as obras da Pracana.

1947

Em agosto de 1947 é outorgada a concessão da Barragem de Belver já em construção desde 1946. A Barragem da Pracana, primeira do aproveitamento do Ocreza, estava em construção desde 1944. Criação da Companhia Nacional de Eletricidade (CNE).

1950

Artigos escritos na sequência de uma visita às obras de construção da Barragem de Belver (em novembro de 1949) e da visita/festa à Barragem da Pracana (em novembro de 1950) por ocasião do arranque do funcionamento da primeira turbina e da comemoração do 25º aniversário da Hidroelétrica Alto Alentejo.

Ambas as visitas são em novembro (uma em 1949 e outra em 1950), mês do aniversário da criação da HEAA.

1951

Artigos escritos por ocasião de uma visita organizada à Barragem de Belver, no início do seu funcionamento, onde estiveram presentes entidades políticas, investidores e jornalistas. Neste ano a Barragem de Belver inicia a exploração industrial (principalmente ligada à CUF).

1952

Artigos sobre um passeio organizado pela HEAA à Barragem de Belver, inaugurada em 1951, para jornalistas e personalidades locais.

1961

Artigo escrito por ocasião da morte do Engenheiro José Custódio Nunes.

EXEMPLO DE UMA FICHA

Ficha 19

1927 / 27 fevereiro / N° 10 / P1 / 2 exemplares

Referência

Santos. Martins dos. 1927. «**A INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉCTRICA EM NIZA E OS FESTEJOS COMEMORATIVOS. AS NOSSAS REPORTAGENS E O SERVIÇO DOS CORREIOS**» NA SECÇÃO «**MELHORAMENTOS LOCAIS**». *A VOZ*, Ano 63º, Ano 1, nº 26, 27 de fevereiro. Lisboa. Pág. 1 e 3.

Resumo/Secções

A INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA EM NIZA E OS FESTEJOS COMEMORATIVOS.

As nossas reportagens e o serviço dos correios

- *Ainda o grande banquete de gala;*
- *Notáveis afirmações do sr. Ministro do Interior;*
- *Festas populares e religiosas. Uma notável alocução do prelado da diocese;*
- *Uma pitoresca Ginkana de automóveis;*
- *Um jantar íntimo.*

Anúncio aludindo à HEAA na primeira página.

O artigo começa com uma nota da redação justificando o atraso na sua publicação e atribuindo a culpa aos correios de Lisboa. Redigido em Nisa, no dia 25 de fevereiro, centra-se nas festividades em Nisa, especialmente no «grande jantar de gala» e nas «festas populares e religiosas» que decorreram no dia seguinte, dia 26. O enviado especial do jornal faz ainda um resumo das intervenções dos políticos e das personalidades ilustres que estiveram presentes no referido jantar. Na primeira página (capa) sobre o lado direito do logótipo do jornal, surge o que parece um anúncio publicitário da empresa que forneceu o material elétrico à HEAA.

Imagens

Descrição	Legenda
Imagem foto com entidades institucionais (ao cimo da página sobre o lado esquerdo)	«Chegada dos srs. ministros do Comércio e do Interior e comitiva».
Imagem foto com entidades institucionais (ao cimo da página sobre o lado direito)	«O sr. Ministro do Comércio empunhando o manipulo duma turbina para pôr as máquinas em andamento»
Imagem composta por duas fotos, uma retangular à qual se sobrepõe um «medalhão» (no centro da página a meio do artigo)	«Um aspeto da represa – No medalhão: S. Ex. ^a Rev. ^{ma} o Sr. Bispo de Portalegre benzendo os maquinismos»

RECONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DAS FESTAS DE INAUGURAÇÃO DA CENTRAL DA PÓVOA

22 de fevereiro de 1927

Viagem da comitiva oficial de Lisboa para Castelo de Vide e recepção local

- Saída da comitiva oficial da estação do Rossio em Lisboa pelas 12:20 horas
- Almoço no Entroncamento
- Recepção em Castelo de Vide na sala de visitas do Hotel das Águas ao som da *Portuguesa*, tocada por uma orquestra local
- Banquete no Clube de Castelo de Vide sob a presidência do ministro do Interior abrilhantado pela orquestra do Asilo dos Cegos pelas 20:30 horas
- Recolher dos ministros ao Hotel das Águas pela 1:00 hora

23 de fevereiro de 1927

Inauguração oficial da Central Hidroelétrica da Póvoa e início das festividades em Nisa

- Passeio por Castelo de Vide e visita ao *Asilo dos Cegos*, uma instituição de beneficência local
- Partida do cortejo em direção à Póvoa pelas 12:00 horas
- Chegada à Barragem da Póvoa pelas 13h:30 horas
- Inauguração oficial da Central Hidroelétrica da Póvoa abrilhantada por duas filarmónicas locais com a presença do bispo de Portalegre, das entidades oficiais locais e do povo. Visita aos *trabalhos hidrográficos, à obra de arte e à represa*
- «Copo de água» no local oferecido pela *Hidro-Elétrica Alto Alentejo*
- Viagem de automóvel até Nisa
- Sessão solene nos Paços do Concelho de Nisa com a presença da banda dos Bombeiros Voluntários de Nisa e da banda de Alpalhão pelas 17:30 horas
- Inauguração da cabine de transformação elétrica
- *Banquete de 100 talheres* na sala de audiências do tribunal pelas 22:30 horas
- Recolher dos ministros a casa da família Fragoso e dos jornalistas à residência de José Almadanim pelas 2:00 horas

24 de fevereiro de 1927

Festas populares e religiosas em Nisa

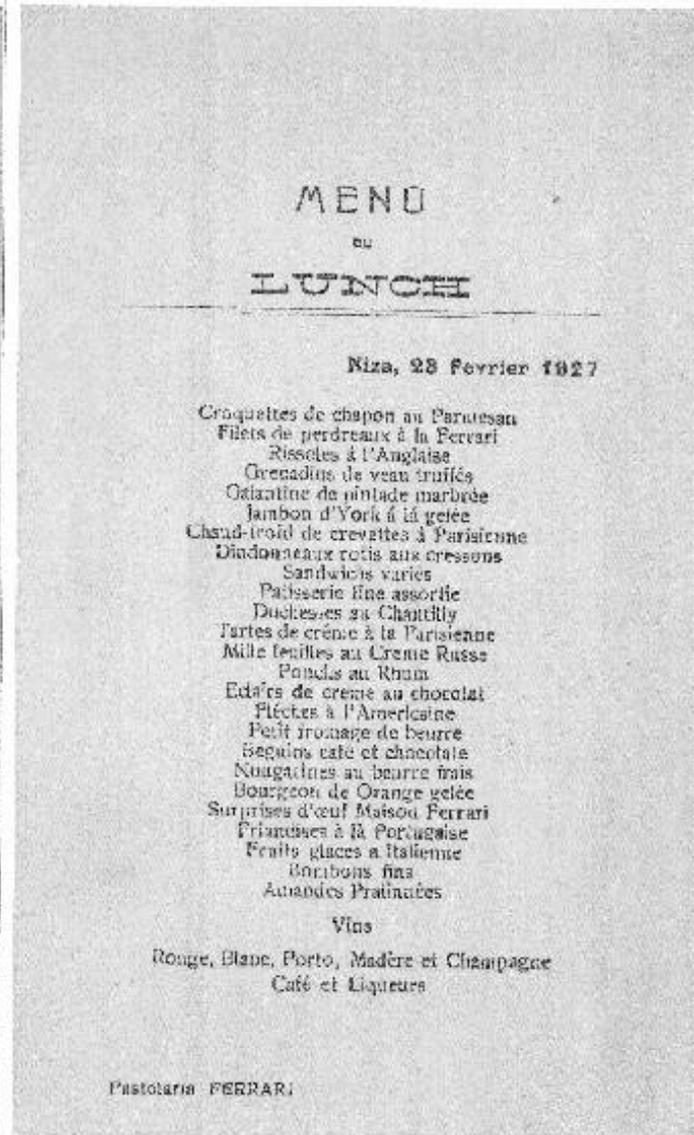
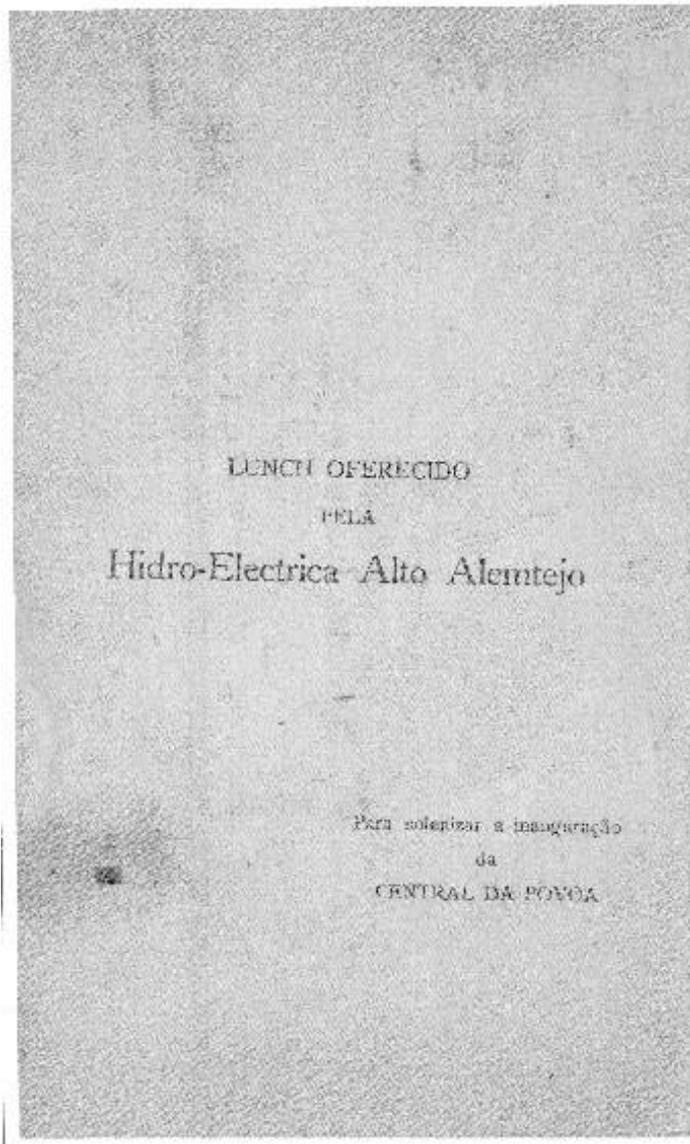
- *Alvorada* tocada pelas bandas de música nas ruas da vila pelas 7:00 horas
- Distribuição do *bodo* aos pobres pelas 9:00 horas
- Recepção à banda dos Bombeiros Voluntários de Portalegre e missa cantada na Igreja Matriz pelas 10:00 horas
- Concerto popular pela banda de Portalegre no coreto da Praça da República ao princípio da tarde
- *Gincana* de automóveis pelas 16:00 horas
- Concertos populares, fogo de artifício e bailes pelas 22:00 horas.
 - Grande baile de gala nos Paços do Concelho
 - Baile dos camponeses na sede da Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nisense
 - Baile dos artistas (operários) na escola oficial

25 de fevereiro de 1927

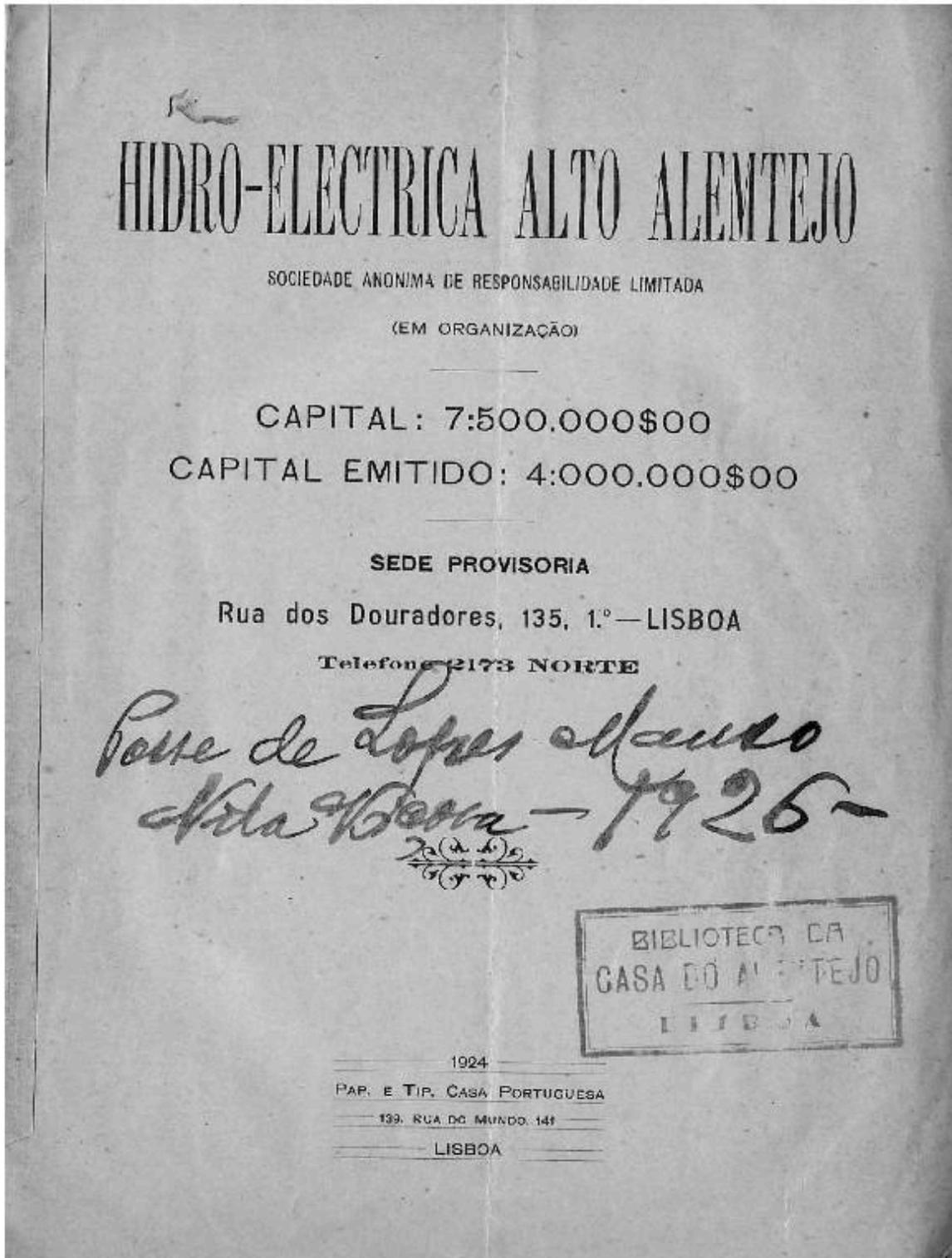
Regresso da comitiva a Lisboa

- Partida pelas 8:00 horas
- Chegada a Lisboa pelas 14:00 horas

MENU DO LUNCH OFERECIDO PELA HIDRO-ELÉTRICA ALTO ALENTEJO NA INAUGURAÇÃO DA CENTRAL DA PÓVOA



PRIMEIRA PÁGINA DA BROCHURA IMPRESSA COM O OBJETIVO DE
ANGARIAR ACIONISTAS (H.E.A.A., 1924)



PUBLICIDADE NOS JORNAIS DOS FORNECEDORES DA OBRA NA ALTURA DA INAUGURAÇÃO



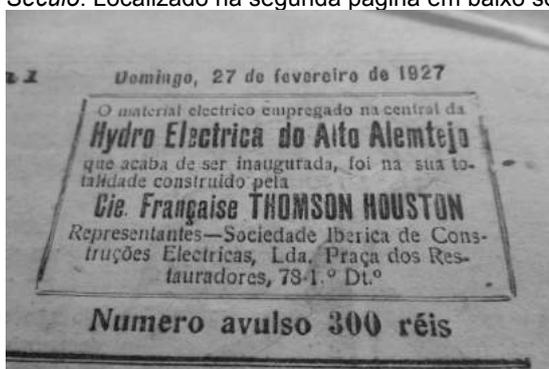
Publicado no dia 26 de fevereiro no *Diário de Notícias*. Localizado na primeira página sobre o lado direito ao nível do título.



Publicado a 26 de fevereiro no jornal *Voz*. Localizado na primeira página sobre o lado esquerdo ao nível do título.



Publicado a 26 de fevereiro no *Século*. Localizado na segunda página em baixo sobre o lado direito esquerdo.



Publicado a 27 de fevereiro no jornal *Voz*. Localizado na primeira página sobre o lado direito ao nível do título.

AS VISITAS E AS EXCURSÕES ÀS BARRAGENS DA HEAA

«E já costume antigo estas visitas às instalações da HEAA» (Novidades 1936: 1,3), autênticas «peregrinações aos lugares santos da labuta da HEAA» (*Diário de Notícias*, 1936: 2)

VISITAS AO SISTEMA DE NISA

Em março de 1936, na altura da conclusão da Central da Velada, o Grémio Alentejano organizou uma excursão de dois dias às centrais da HEAA, com partida de Cacilhas e diversas paragens no Alentejo (9 automóveis, 37 excursionistas). A iniciativa foi de Custódio Nunes, «alma da excursão e alma da HEAA» (Cardoso, 1936: 4).

No primeiro dia, debaixo de uma chuva contínua, o passeio teve várias paragens com o propósito de colocar flores nos monumentos aos mortos da Grande Guerra, nomeadamente em Montemor-o-Novo, Arraiolos e Portalegre. O dia terminou em Castelo de Vide, ficando os excursionistas hospedados no Hotel das Águas. Em todo o percurso reinou «o espírito de turismo», com as populações a acolherem os excursionistas com entusiasmo.

No dia seguinte, com muito sol, a excursão partiu em direção à Barragem da Póvoa, onde puderam apreciar a «imensa lagoa», suportada pela «gigantesca barragem» (Cardoso, 1936: 5). De seguida a excursão dirigiu-se para a central da Velada, que tinha entrado recentemente em funcionamento, e terminou na Central da Bruceira onde, pelas quatro horas, foi servido um jantar para mais de sessenta pessoas. No local, já se encontravam os convidados vindos dos arredores, as autoridades superiores de várias cidades e vilas alentejanas bem como alguns jornalistas. A refeição foi servida numa «interminável mesa» posta diante da Central. No fim da refeição, o engenheiro Custódio Nunes fez um discurso que foi «um modelo de equilíbrio, de bom senso, de regionalismo, de energia, de confiança e de patriotismo (...) um hino ao trabalho e à disciplina» (Cardoso, 1936: 5).



Imagem 1 – Foto da vista à Central da Bruceira em março de 1936.¹⁰²

No final de abril do mesmo ano foi organizada uma visita às instalações da HEAA com o objetivo de assinalar oficialmente a entrada em funcionamento da Central da Velada. Nessa visita o ênfase foi dado à dimensão técnica da nova Central, descrita como um exemplo da «sciência aplicada em proveito da humanidade» (*Novidades*, 1936).

A visita teve início na Barragem da Póvoa, «num domingo de primavera», passando depois pela Central da Bruceira e terminando na Central da Velada, recentemente inaugurada¹⁰³. No final, regressaram à Bruceira, onde foi oferecido um almoço servido no salão dos geradores da Central, para «duzentos e quarenta talheres».

À chegada os diretores da empresa «foram surpreendidos por uma homenagem do pessoal que não puderam evitar a tempo dela se tornar do domínio público. Os representantes dos trabalhadores pretendiam inaugurar os retratos dos diretores num dos gabinetes e entregar uma mensagem subscrita por cerca de oitenta trabalhadores» com a seguinte redação: «Esta pequena homenagem é o respeito de gratidão de todo o pessoal da HEAA pelo esforço dispendido pela Ex.^{ma} Direção em prol do desenvolvimento da nossa empresa, garantindo assim a manutenção dos nossos lares».

Estiveram presentes os acionistas, para quem a visita «funcionou como uma segunda edição do relatório apresentado pela direção» (*A Voz*, 1933: 1), industriais, engenheiros, jornalistas e as entidades oficiais.

No final do almoço, falaram: José Maria Alvares (presidente da Associação Industrial Portuguesa); Alfredo Filipe «que focou o caráter e feição nacionalistas da obra, engenhada, executada e mantida exclusivamente por portugueses, e com capitais portugueses»; Martins dos Santos jornalista de *A Voz* (o mesmo que tinha acompanhado as festas de inauguração da Póvoa, dez anos antes); e o capitão Amadeu Caleja (governador civil substituto de Portalegre), entre outros. No final, o engenheiro Custódio Nunes salientou que a HEAA fornecia já eletricidade às oficinas da CP no Entroncamento e à fundição de Duarte Ferreira e filhos no Tramagal.

A presença da imprensa nacional foi aproveitada para enviar recados aos responsáveis políticos designadamente a urgência de acabar com «esse caústico da economia nacional que são as centrais térmicas [de forma a que] sejam substituídas pela *hulha branca*, que é ouro nosso» porque «num país como o nosso há quem prefira à luz a treva, ao movimento a paralisia, e à *hulha branca*, que é nossa e quase se dá de graça, o carvão estrangeiro, que desequilibra sem dó nem piedade a balança económica nacional!» (*Diário de Notícias*, 1936: 2).

VISITA À BARRAGEM DA PRACANA

No princípio dos anos cinquenta, mais precisamente em novembro de 1950, a HEAA organizou uma festa para cerca de duzentas pessoas na Barragem da Pracana. O evento pretendia assinalar a

¹⁰² Todas as fotos apresentadas neste artigo fazem parte do arquivo da Fundação HEAA e encontram-se depositadas no CDME - Centro de Documentação do Museu da Eletricidade.

¹⁰³ A Central da Velada iniciou a laboração em 1935.

entrada em funcionamento da Central e, ao mesmo tempo, comemorar o 25º aniversário da HEAA¹⁰⁴ (Mourato, 1950; *A Rabeca*, 1950). A inauguração da Central da Pracana era vista como «um grande incremento da riqueza regional e portanto nacional» (Mourato, 1950). O aumento da quantidade de energia disponível a preços mais baixos proporcionaria mais trabalho *nas indústrias, na lavoura*, e melhorias nas condições de vida das pessoas.

O *caráter* alentejano da obra é destacado pelo jornal quando refere que o «engenheiro Custódio Nunes soube, com sua técnica profissional, aproveitando capitais alentejanos, mão-de-obra alentejana, corrente de água alentejana, construir a Barragem da Póvoa e as suas três centrais», dando trabalho à mão-de-obra regional na construção e manutenção bem como aprendizagem técnica e eletricidade às povoações mais pequenas. O engenheiro Custódio Nunes, caracterizado como um «autêntico e retinto alentejano», idealizou o que «tantos consideravam um sonho irrealizável» (Mourato, 1950).

Em nome do pessoal, o empregado mais antigo ofereceu ao engenheiro Custódio Nunes, um estojo com uma medalha em ouro gravada com *o monograma* da empresa e a data da sua criação.

VISITA À BARRAGEM DE BELVER



Imagem 2 – Visita à Central de Belver em 1951.

No ano seguinte (1951), também em novembro, a HEAA organizou uma visita à Barragem de Belver, a primeira a ser construída no Rio Tejo, onde estiveram presentes quatro ministros, o ministro da Presidência, o ministro das Obras Públicas, o ministro da Economia e o ministro das Comunicações, bem como investidores e jornalistas (*Diário de Notícias*, 1951; *O Século*, 1951; *Diário de Lisboa*, 1951).

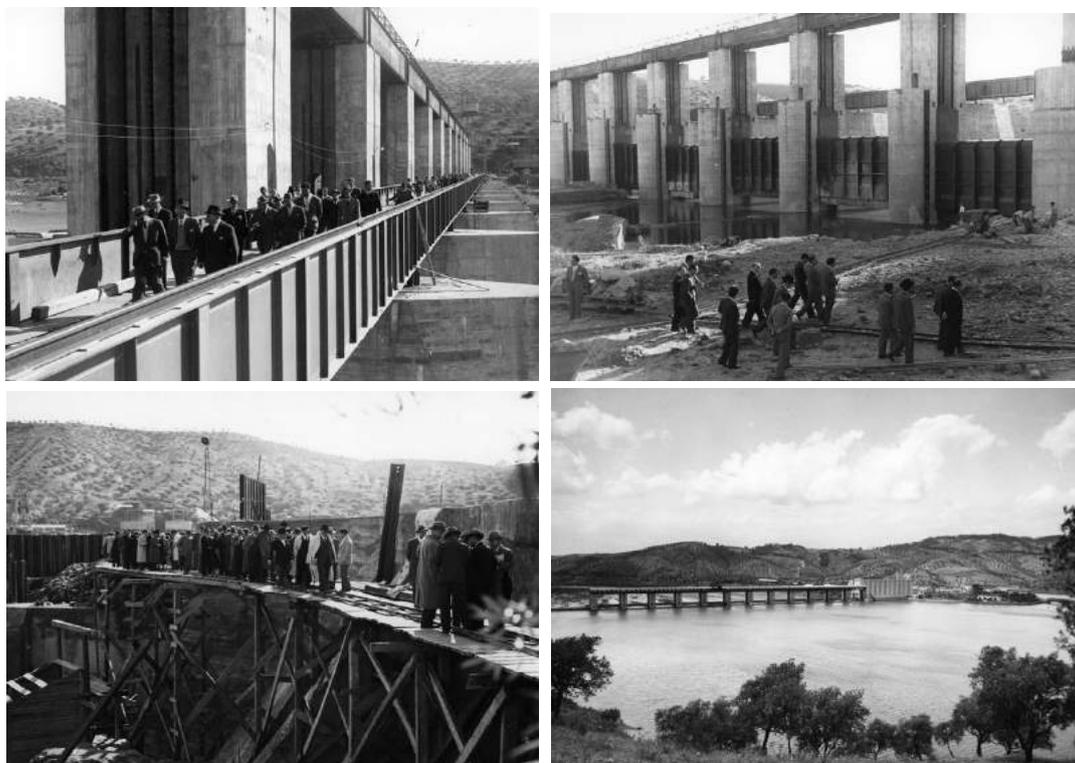
¹⁰⁴ Há uma referência a uma visita às obras da Barragem de Belver no ano anterior, também em novembro (*Notícias Agrícola*, 1950), bem como no ano seguinte (*Diário de Notícias*, 1951; *O Século*, 1951; *Diário de Lisboa*, 1951), todas no mês do aniversário da criação da HEAA, o que indicia que esta data era alvo de comemorações especiais.

Os visitantes chegaram ao local de comboio. Começaram por examinar a boca da *câmara da entrada* de águas para a central (imagem 2), atravessaram depois a ponte de serviço para ver as *comportas* já montadas (imagem 3). Os visitantes puderam admirar um panorama deslumbrante, que incluía toda a barragem, a central, montes altos e arredondados cobertos de oliveiras novas. Aí iria ser construída uma eclusa para dar passagem aos barcos até 2 metros de calado. Os convidados atravessaram de novo a ponte de serviço (imagem 3) e desceram à praia para observar o ponto de entrada da água na Central. No final foi oferecido um almoço na casa da barragem destinada à administração.

O destaque na imprensa foi dado ao feito técnico, nomeadamente ao facto de esta ser a primeira barragem a fio-de-água¹⁰⁵, bem como ao esforço financeiro e humano necessário para fazer a obra. Nesta «obra colossal» (*Notícias Agrícola*, 1950; Mourato, 1952) chegaram a trabalhar simultaneamente mil e quatrocentos trabalhadores (*Diário de Lisboa*, 1951) dos cerca de dois mil que estiveram envolvidos (Mourato, 1952). Metade da energia produzida por esta central destinava-se à fábrica de amoníaco da CUF, sendo a restante integrada na rede nacional de distribuição.

A barragem submergiu as *milenares termas de Belver* (que tiveram de se compradas pela HEAA) bem como alguns terrenos. Foi preciso subir a linha de caminho de ferro e criar um apeadeiro no local. Na margem direita foi construída «uma escada de salvação para os peixes»¹⁰⁶.

Curiosamente, pela primeira vez, se encontraram referências às questões da preservação do ambiente.



¹⁰⁵ Uma *barragem a fio de água* funciona com o caudal do próprio rio. Este sistema mecânico permitia também regularizar o caudal do Tejo na altura das cheias.

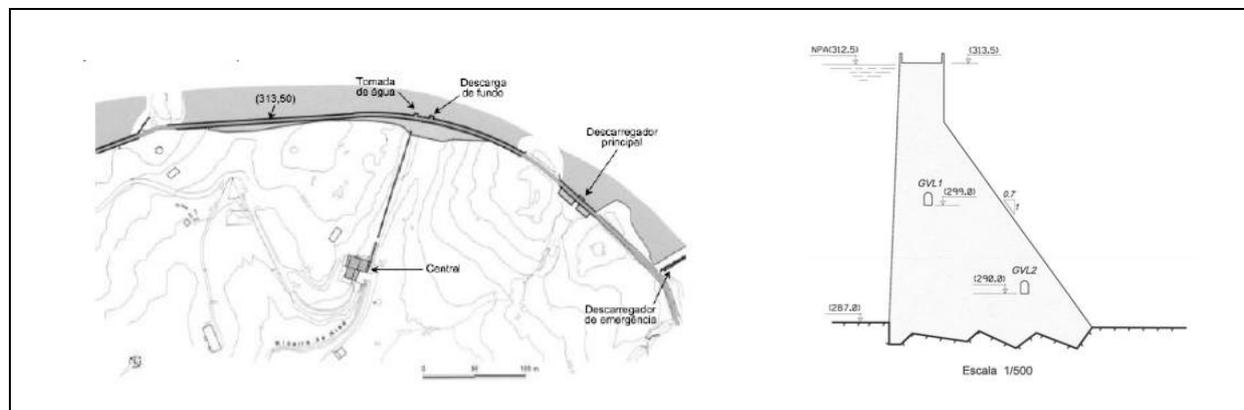
¹⁰⁶ Um sistema de pequenos túneis de degraus e caldeiras por onde os peixes podiam seguir o seu caminho.

Imagem 3 – Imagens da Central de Belver por ocasião da visita em 1951.

Em maio de 1952, há registo da realização de uma excursão à Barragem de Belver organizada pelo Grupo de Amigos de Portalegre (*Rabeca*, 1952). Durante a visita às instalações os excursionistas, divididos em vários grupos, «não se cansaram de ouvir atentamente as explicações do engenheiro» (Gonçalves, 1957).

Já não eram apenas os passeios organizados pela HEAA. A partir desta altura eram as pessoas que organizavam excursões para ver estes monumentos que só eram possíveis de apreender vendo (*Diário de Notícias*, 1936). As excursões às barragens da HEAA iniciam uma tradição que perdura até aos dias de hoje.

DESCRIBÇÃO TÉCNICA DA BARRAGEM DA PÓVOA E DO SISTEMA DE NISA

Imagem 1 – Parede principal da barragem e perfil do muro principal da barragem¹⁰⁷

A barragem era composta por quatro corpos: o muro principal, dois outros que fechavam as *portelas* do lado direito (com 13,5 metros e 4,5 metros de comprimento) e uma estrutura de superfície. Para fazer as descargas quando a água era excessiva a barragem foi equipada com dois *descarregadores de cheias* na margem esquerda: um principal e um de emergência, ambos atualmente desativados. O descarregador principal era composto por duas grandes aberturas (equipadas com comportas elétricas que eram manobradas a partir da central) e catorze aberturas menores, seis do lado esquerdo e oito do lado direito (equipadas com comportas manuais presas com um fuso em cima que se tirava com uma manivela). Quando estes descarregadores estavam abertos «faziam tanto barulho que se ouvia na Póvoa»¹⁰⁸. O descarregador de emergência consistia numa estrutura de superfície (à cota da barragem) independente do paredão, composta por onze aberturas com cerca de dois metros de largura, que eram fechadas com uns pranchões/portadas de madeira. Eram colocados no inverno para *segurar a água*. A albufeira foi considerada, nessa altura, *um reservatório de energia* que era preciso preservar. Quando os pranchões não eram necessários colocavam-se em cima da estrutura de pedra e faziam uma ponte.

Os caudais lançados quando os descarregadores estavam abertos eram encaminhados para duas linhas de água confluentes, situadas na encosta da margem esquerda e restituídos à Ribeira de Nisa, cerca de 300 metros a jusante do corpo da barragem. Existia ainda um *descarregador de fundo* que atravessa o corpo principal da barragem, no *talvegue*, e que ainda está em funcionamento. Este descarregador tinha uma forma circular e era equipado a jusante com uma válvula dispersora que proporcionava um efeito especial, em jato oco, quando a água passava por ele. A este jato chamavam as pessoas da região *o leque*. Ainda hoje, quando chove muito, se visita de propósito a barragem para apreciar *o leque*.

¹⁰⁷ Parede principal da barragem (Ferreira, 2004). Perfil do muro principal da barragem (Oliveira, 2004).

¹⁰⁸ De acordo com o depoimento de um antigo trabalhador da barragem morador na Póvoa.

O edifício da Central da Póvoa tem dois andares. No primeiro estavam instaladas duas turbinas com 500 cavalos de potência cada e um quadro de distribuição e manobra. No andar de cima estavam instalados quatro transformadores, dois de 30.000 volts e dois de 6.000 volts. Colado ao edifício da central estava o armazém¹⁰⁹. Os equipamentos antigos já não funcionam mas encontram-se bem conservados. A tomada de água da barragem fazia-se por conduta forçada em declive. A conduta tinha cerca de 1,26 metros de diâmetro e 150 metros de comprimento. Depois de entrar nas turbinas a água era lançada de novo no leito da ribeira onde corria livremente até ao sítio do açude do Poio.

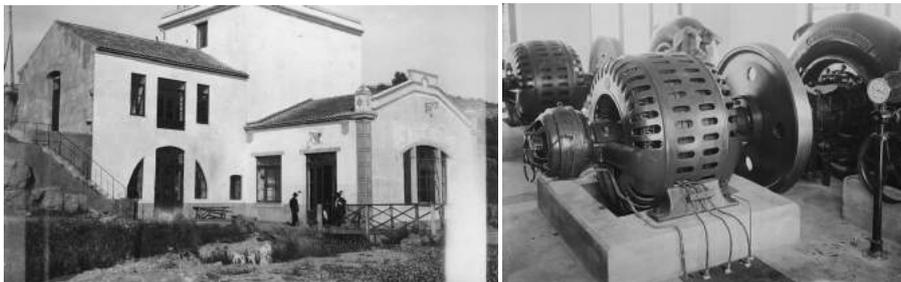


Imagem 2 – Edifício da Central da Póvoa e interior da Central.

O escalão da Bruceira, por seu lado, era constituído pelo açude do Poio, pelos circuitos hidráulicos — *condutas a céu aberto e condutas forçadas* — e pelo edifício da central. O açude do Poio consistia numa pequena barragem do tipo de gravidade construída em alvenaria de granito e betão. Tinha um coroamento com cerca de 113 metros de comprimento e situava-se à cota de 279,75 metros. A partir daí a água era conduzida por um *canal a céu aberto* com mais de 3 quilómetros de extensão¹¹⁰ até uma *câmara de carga* com 5.000 metros de capacidade. Desta câmara saíam as *condutas forçadas* para a Central da Bruceira¹¹¹. Através desta derivação obtinha-se uma queda de 65 metros de altura equivalente a 2.400 cavalos de potência.

O escalão da Velada começou a ser construído em 1931. Os primeiros trabalhos consistiram em abrir um caminho que desse acesso ao local. A central foi erguida num lugar muito remoto *nas profundezas de uma vale* (Cardoso, 1936: 5).

Do escalão da Velada faziam parte o açude do rancheiro (do tipo de gravidade feito em alvenaria e betão com 12,5 metros de altura e 2,8 metros de largura, e um coroamento situado à cota de 199 metros), o edifício da central e um extenso *circuito hidráulico* composto por *condutas a céu aberto e condutas forçadas*. O canal de derivação da Velada tinha mais de 13 quilómetros, dos quais mais de 6 passavam dentro de túneis e os restantes a céu aberto. Este canal ia dar a uma *câmara de*

¹⁰⁹ É neste antigo armazém que se encontram os equipamentos hidroelétricos atualmente em funcionamento.

¹¹⁰ 3.674 metros.

¹¹¹ 100 metros a montante da Ribeira da Bruceira.

*carga*¹¹², onde estava instalada a tomada de água para a conduta forçada que se dividia em três à chegada á central.

A Central da Velada está localizada a cerca de 2 quilómetros a montante da foz da Ribeira de Nisa. Está ligada às anteriores por uma linha de 30.000 *volts* podendo *trabalhar em paralelo* com elas «como se fossem uma só, num formidável sistema de vasos comunicantes» (*Novidade*, 1936). A mesa de controlo da Central da Velada era como um «quadro luminoso do tamanho de um vulgar ecrã de cinema» a partir do qual se comandavam as máquinas dispersas por quatro salas. Para tal eram precisos apenas dois homens (*Novidade*, 1936).

A Central da Foz foi a última a ser construída. Era uma pequena central, comandada automaticamente a partir da Velada (Rodrigues, 1947: 4), situada quase ao nível do Tejo. O edifício parecia um farol. Nos anos setenta a edificação da Central da Pracana alterou a cota normal do Tejo afundando parte das instalações da Foz, pelo que a Central teve que deixar de funcionar.

¹¹² Com 210 metros de comprimento e 1,2 metros de diâmetro.

QUADRAS SOBRE A HIDROELÉTRICA ALTO ALENTEJO E O ENGENHEIRO CUSTÓDIO NUNES

I

A Póvoa é pequenina
Onde nasce boa gente
Nasceu o sr. Engenheiro
Homem muito inteligente

II

Fundou a Hidro-Helectrica
Na época muito falada
Deu trabalho a muita gente
Que estava desempregada

III

Alguns dos seus empregados
Têm filhos de alta cultura
Se não fosse a Hidro-Elctrica
Restava-lhes a agricultura

IV

O sr. Eduardo Fragoso
A todos ouvimos dizer
Foi o homem que emprestou
Grande parte do dinheiro

V

A pedido do sr. Engenheiro
Todos queriam ajudar
la para lá muita gente
Aoa Domingos trabalhar

VI

Com fé em Deus todos pediam
Que assim continuasse
O que seria de nós
Se a energia faltasse

VII

Foi uma grande invenção
De nível universal
Bem -haja sr. Engenheiro
Ter nascido em Portugal

12/11/20:
J. M. Ralc

Mote

Em Póvoa e Meadas nasceu
Um grande engenheiro
Nunes de apelido seu
Na Hidro foi o primeiro

I

Numa aldeia modesta
Cheia de grandes valores
Uma terra de senhores
Ainda vos digo mais esta
Hoje já pouco nos resta
Muita gente já morreu
Que à sua terra deu

P,ras novas gerações
Hoje são recordações
Em Póvoa e Meadas nasceu

II

Nós muito lhe agradecemos
E todo o Alto Alentejo
E toda a zona do Tejo ,
Toda a luz que temos
Àquele homem a devemos
A Póvoa foi em primeiro
Mesmo com pouco dinheiro
Com coragem e valentia
Havia alguém que dizia
Um grande engenheiro.

III

Por tudo o que ele fez
Merecia ser distinguido
Com o seu nome erguido
No nome duma rua talvez
Era sensato e cortês
Ele bem a mereceu

Tudo pela Póvoa deu
Com grande sacrificio
Para nosso beneficio
Nunes de apelido seu

IV

Tantas noites sem dormir
Com o seu cérebro a pensar
Pró dinheiro arranjar
Pra barragem construir
A todo o Alentejo foi pedir
O respectivo dinheiro
Esse fiel companheiro
Teve que dar em acções
Para as suas soluções
Na Hidro foi o primeiro.

Joaquim Alonso Pereira

N a festa do povo , de homenagem ao engenheiro José Custódio Nunes -
2006

Aroeira, 5 de Março de 2012-03-06

No impedimento de participar desta merecida homenagem, por questões pessoais e de saúde de todos bem conhecidas, envio este poema para ser lido, se o acharem merecedor disso, no decorrer da comemoração dos 50 anos da sua morte.

Poema dedicado com admiração à memória do Sr. Eng. José Custódio Nunes

I
Eu como orgulhoso povoense
Que a esta terra pertença
Venho com todo o carinho
Prestar esta homenagem
Ao fundador da Barragem
Onde tem sempre um cantinho.

II
Aos cinquenta anos da morte
Lembrar-mo-nos do seu porte
É um ato justo e leal
Ele, a sua terra elevou,
Tanta gente o louvou
Por este seu ideal!

III
Sepultado em campa rasa
Foi esta a última casa
Que escolheu com humildade,
Na vida, um lutador
Que tudo fez com valor
Foi engenheiro sem vaidade...

IV

Póvoa, Nisa, Castelo V. r.
Todos no ar me lembram do
Pois P, ao tão foizgal
Por isso, o seu lembrado
É um gesto digno e
honrado
Da sua Terra Natal

Joaquim Alouso Pereira

OS CAMINHOS DA ÁGUA



Na primeira imagem vemos a conduite da Póvoa. Na segunda imagem vemos condutas a céu aberto em construção. A terceira imagem mostra os vestígios das condutas que serviam para regar o jardim da barragem, um sistema semelhante ao sistema da barragem que aproveitava o declive do terreno para chegar a todo o lado.